

Empresa de Electricidade da Madeira



# Relatório e Contas Annual Report



## Índice

Conselho de Administração	3
Organigrama	4
Dados Característicos	7
Esquema da rede de transporte	8
Síntese	11
Informação Técnica	13
I. Produção	15
II. Transporte	23
III. Distribuição	27
IV. Comercialização	30
V. Qualidade de Serviço	35
VI. Investimento não Específico	36
VII. Recursos Humanos	38
Informação Económica e Financeira	39
Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais	67
Relatório e Parecer do Fiscal Único	115
Certificação Legal das Contas Consolidadas	119
Extracto das Actas da Assembleia Geral	125



## Conselho de Administração



Da esquerda para a direita:

João Heliodoro da Silva Dantas (Vice-Presidente)

Rui Alberto Faria Rebelo (Presidente)

Mário Eugénio Jardim Fernandes (Vogal)

## Organigrama

### Assembleia Geral

Maria de Fátima F. Freitas (Presidente)  
Rui Antero F. Pestana (Vice-Presidente)  
Ana Cristina Dantas Andrade (Secretária)

### Conselho Fiscal

KPMG & Associados, SROC, S.A.  
representada pelo Dr. Jean-Éric Gaign

### Conselho de Administração

Rui Alberto Faria Rebelo (Presidente)  
João Heliodoro da S. Dantas (Vice-Presidente)  
Mário Eugénio Jardim Fernandes (Vogal)

### Assessoria Consultadoria

João Pedro Sousa

### Direcção Geral

### Auditoria e Controlo Int.

Armindo Santos

### D.E.P.

Direcção de Estudos  
e Planeamento

Agostinho Figueira

### D.S.P.

Direcção Serviços  
Produção

Pontes Leça

### D.S.T.

Direcção Serviços  
Transporte

José Cotrim

### D.S.D.

Direcção Serviços  
Distribuição

Duarte Afonso



**D.S.O.**  
Direcção Serviços  
Obras

António Marrana

**D.T.S.J.**  
Direcção Trabalho  
e Serviços Jurídicos

Ana Cristina Dantas

**D.S.I.**  
Direcção de Sistemas  
de Informação

António Nunes

**N.P.S.**  
Núcleo  
do Porto Santo

Duarte Afonso

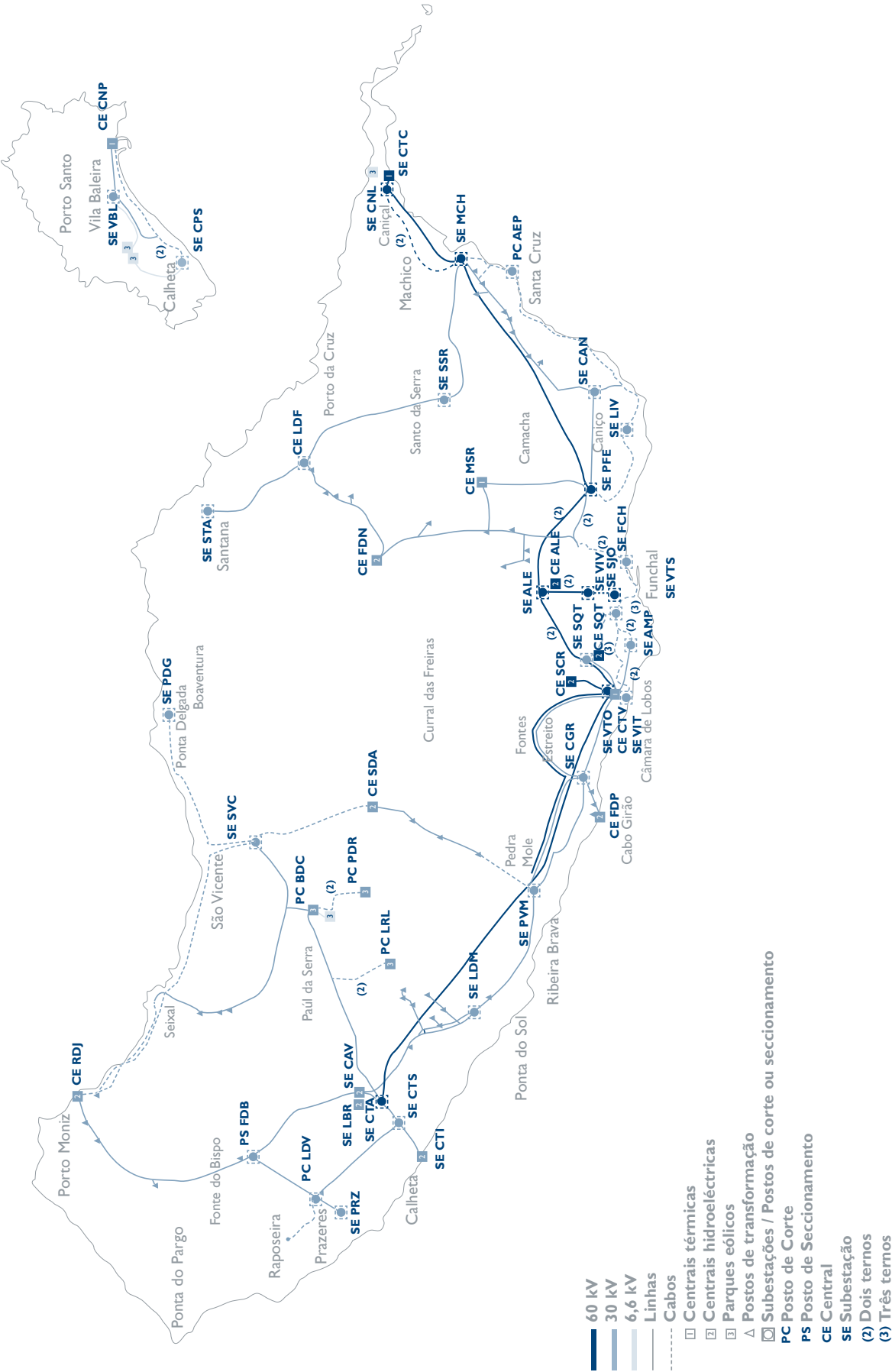




# Dados Característicos



Esquema da rede de transporte




**Origem da produção de energia eléctrica na RAM - (Sistema da EEM)**

GWh	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Madeira</b>	<b>617,79</b>	<b>642,66</b>	<b>645,71</b>	<b>694,07</b>	<b>673,52</b>
Hidroeléctrica	82,58	108,67	62,76	79,60	135,49
Termoeléctrica (Vitória)	535,21	533,99	582,95	614,47	538,03
<b>Porto Santo</b>	<b>37,37</b>	<b>37,47</b>	<b>37,42</b>	<b>39,35</b>	<b>37,58</b>
Termoeléctrica	36,58	36,77	36,76	38,47	36,93
Eólica	0,79	0,70	0,66	0,88	0,65
<b>Total RAM</b>	<b>655,16</b>	<b>680,13</b>	<b>683,13</b>	<b>733,42</b>	<b>711,09</b>

**Aquisição de energia eléctrica - Outras entidades**

GWh	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Madeira</b>	<b>246,09</b>	<b>251,31</b>	<b>255,21</b>	<b>247,21</b>	<b>266,96</b>
Hidroeléctrica	4,36	4,19	3,55	4,10	4,65
Eólica	15,26	15,44	12,07	13,09	36,90
Termoeléctrica (Caniçal)	192,17	192,35	201,49	192,81	188,60
Resíduos	34,30	39,33	38,11	37,22	36,51
Fotovoltaica*	-	-	-	-	0,29
<b>Porto Santo</b>	<b>1,11</b>	<b>1,04</b>	<b>1,19</b>	<b>1,29</b>	<b>1,18</b>
Eólica	1,11	1,04	1,19	1,29	1,17
Fotovoltaica*	-	-	-	-	0,01
<b>Total RAM</b>	<b>247,21</b>	<b>252,35</b>	<b>256,40</b>	<b>248,51</b>	<b>268,13</b>

\*Inclui microprodução (DL 363/2007 de 2 de Nov.) e PRE ("Produção em Regime Especial", DL 312/2001, de 10 de Dez.)

**Balanço de energia eléctrica na RAM - 2009**

GWh	Emissão para a rede	Fornecimento a Clientes
Madeira	924,54	842,00
Porto Santo	36,05	34,92
<b>Total RAM</b>	<b>960,59</b>	<b>876,92</b>

**Subestações**

	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Madeira</b>					
Nº	25	27	28	28	28
Potência Instalada (MVA)	427	445	485	528	528
<b>Porto Santo</b>					
Nº	3	3	3	3	3
Potência Instalada (MVA)	16	16	16	16	18
<b>Total RAM</b>					
Nº	28	30	31	31	31
Potência Instalada (MVA)	443	461	501	544	546

Postos de Transformação					
	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Madeira</b>					
Nº	1.484	1.535	1.583	1.644	1.656
Potência Instalada (MVA)	601	630	666	696	716
<b>Porto Santo</b>					
Nº	80	83	91	93	93
Potência Instalada (MVA)	29	30	35	35	35
<b>Total RAM</b>					
Nº	1.564	1.618	1.674	1.737	1.749
Potência Instalada (MVA)	630	660	701	731	751

Rede de Transporte e Distribuição na RAM					
Km	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Baixa Tensão</b>	<b>3.776,96</b>	<b>3.798,94</b>	<b>3.852,56</b>	<b>3.885,18</b>	<b>3.913,82</b>
Aérea	2.990,38	2.997,31	3.013,17	3.017,47	3.007,43
Subterrânea	786,58	801,63	839,39	867,71	906,39
<b>6,6 kV</b>	<b>1.075,58</b>	<b>1.131,31</b>	<b>1.195,56</b>	<b>1.240,77</b>	<b>1.286,99</b>
Aérea	527,86	538,87	545,75	541,48	539,34
Subterrânea	547,72	592,44	649,81	699,29	747,65
<b>30 kV</b>	<b>345,11</b>	<b>356,86</b>	<b>372,61</b>	<b>386,55</b>	<b>392,21</b>
Aérea	234,85	236,01	236,96	242,75	245,06
Subterrânea	110,26	120,85	135,65	143,80	147,15
<b>60 kV</b>	<b>68,10</b>	<b>68,10</b>	<b>78,70</b>	<b>78,70</b>	<b>78,86</b>
Aérea	68,10	68,10	68,80	68,80	68,65
Subterrânea	0,00	0,00	9,90	9,90	10,21
<b>Total RAM</b>	<b>5.265,75</b>	<b>5.355,21</b>	<b>5.499,42</b>	<b>5.591,20</b>	<b>5.671,88</b>

Dados Comerciais					
	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Madeira</b>					
Nº Consumidores	124.041	126.504	128.488	129.636	130.786
Consumo (GWh)	768,36	798,42	805,36	839,32	842,00
Doméstico e Agrícola	248,30	263,51	255,54	259,76	265,25
Comércio e Serviços	314,85	334,65	337,49	358,50	364,32
Serviços Públicos	59,06	57,24	59,11	60,02	60,81
Indústria	77,63	75,26	75,74	74,57	70,80
Iluminação Pública	68,52	67,76	77,48	86,47	80,82
<b>Porto Santo</b>					
Nº Consumidores	4.120	4.275	4.414	4.477	4.560
Consumo (GWh)	34,54	34,98	34,39	36,67	34,92
Doméstico e Agrícola	6,73	7,21	7,10	7,43	7,51
Comércio e Serviços	11,24	12,77	12,37	14,23	13,55
Serviços Públicos	3,37	3,31	3,53	3,65	3,52
Indústria	11,23	9,77	9,43	8,96	7,93
Iluminação Pública	1,97	1,92	1,96	2,40	2,41
<b>Total RAM</b>					
Nº Consumidores	128.161	130.779	132.902	134.113	135.347
Consumo (GWh)	802,90	833,40	839,75	876,00	876,92

Recursos Humanos					
	2005	2006	2007	2008	2009
Nº de Trabalhadores	870	869	868	865	859

Dados Financeiros Consolidados					
€'000	2005	2006	2007	2008	2009
Volume de negócios	143.312	169.766	168.996	204.735	181.906
Resultado operacional	12.859	10.579	10.866	12.847	10.639
Resultado líquido	5.670	4.510	4.558	3.760	4.002
Activo líquido	510.899	567.034	558.697	635.143	650.542
Imobilizado líquido	294.005	322.226	334.054	390.602	423.943
Capitais próprios	146.237	153.820	153.768	154.166	154.825
Investimento	51.911	40.548	39.926	66.823	57.848

## Síntese

Os investimentos da EEM no exercício de 2009, ascenderam a 57.848 milhares de Euros, apresentando a seguinte distribuição relativa por área de actividade: 59,4% na produção, 22,0% na distribuição/comercialização, 13,1% no transporte e 5,5% em investimento não específico.

## Produção

Os investimentos realizados no sector da produção ascenderam a 34.386 milhares de Euros, sendo de destacar as seguintes intervenções:

- Finalização da construção dos parques eólicos do Loiral e das Pedras;
- Continuação da construção da Nova Central Térmica - Vitória III, encontrando-se concluídos o edifício nave, a subestação, diversos equipamentos comuns e o primeiro dos três grupos termoeléctricos (Grupo nº 17);
- Grandes intervenções nos Grupos nºs 3, 5, 8, 9, 10 e 12 (CTV I e II).

## Transporte

Os investimentos realizados no sector do transporte ascenderam a 7.548 milhares de Euros, incidindo, particularmente, no reforço da rede de transmissão, construção de novas subestações e postos de corte, remodelações e aumentos de potência.

Nas subestações, são de referir os seguintes investimentos:

- Conclusão da remodelação da Subestação da Vitória a 60 kV e respectiva transferência de serviço da antiga instalação;
- Conclusão da remodelação da Subestação da Ponte Vermelha ao nível dos 30 kV;
- Remodelação da Subestação das Virtudes ao nível dos 6,6 kV;
- Conclusão da remodelação do Posto de Corte da Bica da Cana;
- Aumento de potência de 2 MVA na Subestação da Calheta da ilha do Porto Santo.

Na rede de transmissão, assinalam-se as seguintes realizações:

- Conclusão da ligação a 30 kV, entre o último apoio da linha da Pedra Mole – Bica da Cana e o Posto de Corte da Bica da Cana, em cabos subterrâneos;
- Conclusão da construção da rede de condutas entre as subestações da Vitória e do Amparo;
- Continuação das obras de construção da linha dupla entre o Paúl da Serra e a Pedra Mole.

## Distribuição/Comercialização

Os investimentos realizados no sector da distribuição/comercialização ascenderam a 12.715 milhares de Euros, sendo de destacar os seguintes factos:

- Ligação de 41 novos postos de transformação de serviço público;
- Ligação à rede de 10 novos postos de transformação de serviço particular;
- Lançamento de 46,22 km de rede de média tensão;
- Remodelação de 8,12 km de rede de média tensão;
- Lançamento de 28,64 km de rede de baixa tensão;
- Remodelação de 75,25 km de rede de baixa tensão;
- Instalação de 585 novos focos de iluminação pública;
- Substituição de 1.613 focos de iluminação pública;
- As vendas de energia eléctrica ascenderam a 842,00 GWh na ilha da Madeira e a 34,92 GWh na ilha do Porto Santo, perfazendo um total de 876,92 GWh na RAM;
- O número total de clientes ligados à rede em 31 de Dezembro de 2009 ascendeu a 130.786 e 4.560 nas ilhas da Madeira e do Porto Santo, respectivamente.

## Outras realizações

Os investimentos realizados em áreas não específicas, de carácter transversal à Empresa nomeadamente: estudos, instalações de uso geral, equipamentos, ferramentas e sistemas de informação, ascenderam a 3.199 milhares de Euros. Neste domínio, destacam-se as instalações e sistemas de informação, com particular relevo nos seguintes projectos:

- A instalação de equipamentos adequados e específicos ao uso e exploração dos edifícios e respectivos espaços funcionais dos armazéns da Calheta, Machico e São Vicente;
- Instalação de equipamentos AVAC e grupo de emergência no edifício Sede;
- Foram implementadas diversas melhorias no sistema SAP;
- Entrada em produção do Sistema de Gestão de Indisponibilidades - SGI;
- Implementação das novas normas do Sistema de Normalização Contabilística - SNC;
- Implementação da Plataforma de Compras Electrónicas (Contratação Pública).



# Informação Técnica



## I. Produção

No exercício de 2009, os investimentos promovidos no sector da produção ascenderam a 34.386 milhares de Euros, sendo de assinalar: os trabalhos de construção da nova central termoeléctrica da ilha da Madeira, designada por CTV III, localizada junto à actual Central Térmica da Vitória (CTV I e II) e que disporá de 3 grupos termoeléctricos dual-fuel e uma turbina a vapor, com uma potência total instalada de 52 MW; a conclusão da construção dos parques eólicos do Loiral e das Pedras e grandes intervenções em alguns grupos da Central Térmica da Vitória (CTV I e II), prolongando-se assim, a vida útil dos respectivos grupos.

### A. Ilha da Madeira

#### Aproveitamentos Hidroeléctricos

Dos trabalhos realizados durante o exercício de 2009 nas várias centrais hidroeléctricas, destacam-se os seguintes:

- Recuperação/reconstrução de canais, nomeadamente: canal da Ribeira da Janela, canal do Norte, canal das Rabaças e canal da Fajã da Nogueira;
- Realização do projecto de execução da ampliação do sistema hidroeléctrico da Calheta;
- Início dos trabalhos de acesso à conduta forçada da Central Hidroeléctrica dos Socorridos;
- Beneficiação das excitatrizes dos Grupos nºs 1 e 2, da Central Hidroeléctrica da Serra de Água;
- Reparação das chumaceiras do Grupo nº 2 da Central Hidroeléctrica da Ribeira da Janela;
- Beneficiação da roda de pás do Grupo nº 4 da Central Hidroeléctrica da Calheta;
- Revisão geral e beneficiação dos transformadores dos dois grupos da Central Hidroeléctrica da Fajã da Nogueira.

#### Centrais Termoeléctricas

##### *Central Térmica da Vitória*

Na Central Térmica da Vitória procederam-se aos seguintes trabalhos:

- Continuação da construção da CTV III, sendo de salientar a conclusão:
  - do edifício nave da Central;
  - da subestação da Central;
  - da instalação dos equipamentos comuns aos três grupos previstos;
  - da ligação do primeiro grupo designado como Grupo nº 17.
- Grandes intervenções nos Grupos nºs 3, 5, 8, 9, 10 e 12 (CTV I e II);
- Conclusão da instalação de equipamentos de tratamento de óleo referente aos Grupos nºs 11 e 12 (CTV II).



A 31 de Dezembro de 2009, o sistema electroprodutor da EEM na ilha da Madeira compreendia uma central termoelétrica e nove centrais hidroelétricas com uma potência instalada de 225,53 MW, dos quais, 175,14 MW (77,7%) estão instalados na Central Térmica da Vitória e os restantes 50,39 MW (22,3%) nas centrais hidroelétricas.

#### Sistema electroprodutor da EEM na ilha da Madeira - 2009

	Térmica	Hídrica	Total
Nº de Centrais	1	9	10
Potência Instalada (MW)	175,14	50,39	225,53
Produção (GWh)	538,03	135,49	673,52

#### Central termoelétrica da EEM na ilha da Madeira - 2009

	Grupo nº	Pot. Instalada (MW)	Pot. Máx. Cont. (MVA)	Pot. Máx. Cont. (MW)	Produção (GWh)	Emissão (GWh)	Combustível
Vitória	1, 2	15,00	19,50	10,40	32,80		Fuelóleo
	3	7,50	9,75	5,00	17,39		Fuelóleo
	4, 5, 6	23,40	29,25	18,60	76,14		Fuelóleo
	7, 8, 9, 10	42,24	52,00	34,00	219,59		Fuelóleo
	11, 12, 13, 14, 15	57,60	70,00	47,00	190,66		Fuelóleo
	16, 17	29,40	36,80	29,40	1,46		Dual-Fuel
<b>Total - CTV</b>		<b>175,14</b>	<b>217,30</b>	<b>144,40</b>	<b>538,03</b>	<b>523,65</b>	

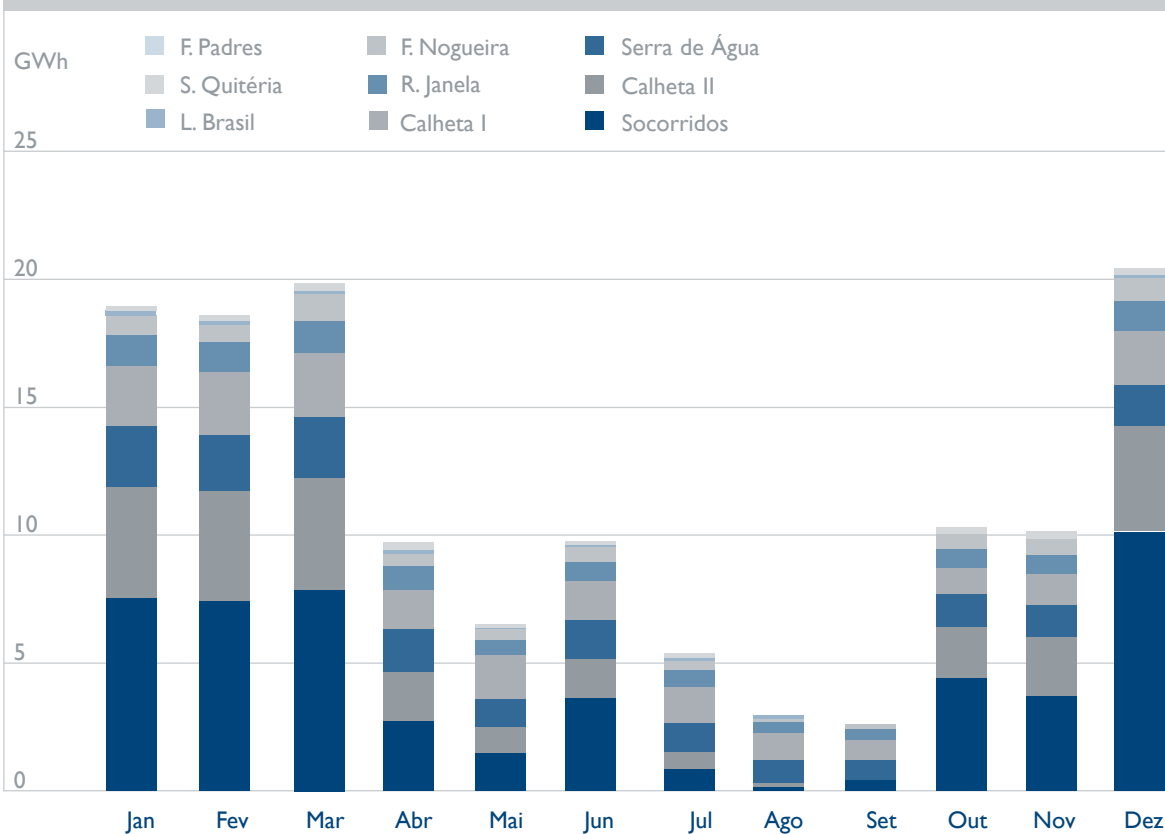
#### Centrais hidroelétricas da EEM na ilha da Madeira - 2009

	Pot. Instalada (MW)	Produção (GWh)	Emissão (GWh)	Altura de Queda (m)	Tipo de Turbina
Serra de Água	4,90	18,05	18,01	430	Pelton
Calheta I	1,10	19,68	19,50	629	Pelton
	0,52			314	Pelton
	0,50			181	Pelton
	2,60			629	Pelton
Calheta II	7,30	26,92	26,89	637	Pelton
Ribeira da Janela	3,20	10,12	10,01	398	Pelton
Fajã da Nogueira	2,40	7,17	7,09	348	Pelton
Lombo do Brasil	0,17	1,18	1,18	316	Pelton
Fajã dos Padres	1,70	-	-	530	Pelton
Santa Quitéria	1,70	2,71	2,71	212	Pelton
Socorridos	24,30	49,66	49,60	457	Pelton
Bombagem	11,25	-	-	457	Francis
<b>Total EEM*</b>	<b>50,39</b>	<b>135,49</b>	<b>134,99</b>		

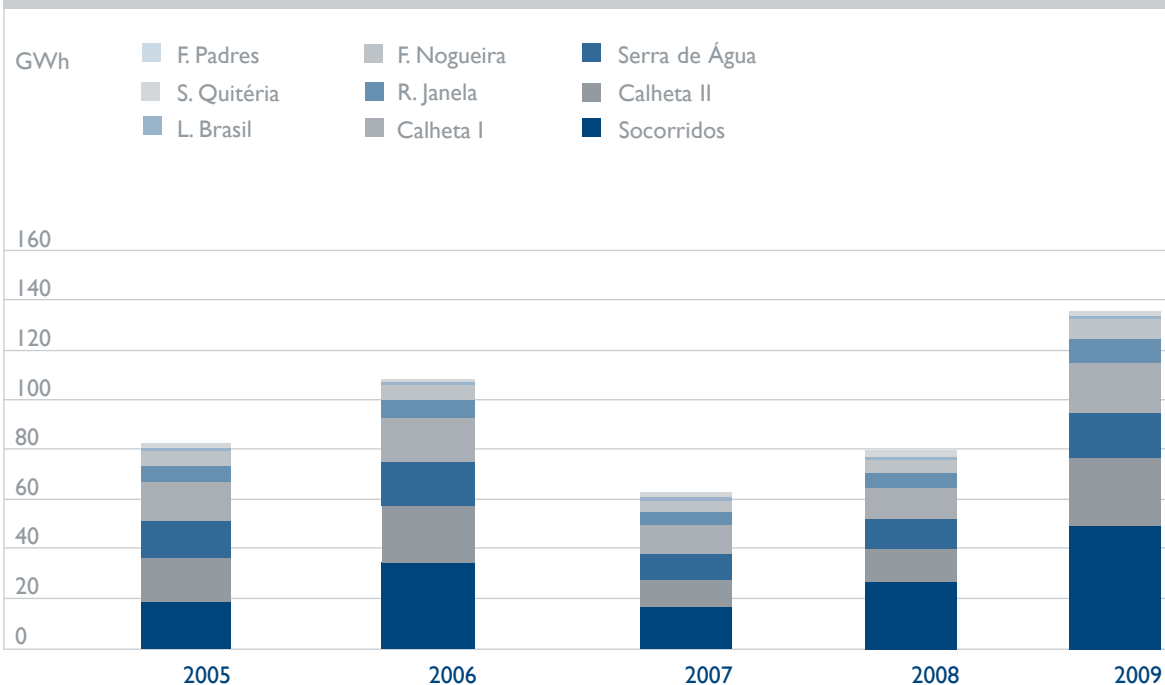
\*Exclui a potência de bombagem

No exercício de 2009, a emissão do sistema electroprodutor da EEM na ilha da Madeira, ascendeu a 658,64 GWh, dos quais 523,65 GWh (79,5%) foram de origem térmica e os restantes 134,99 GWh (20,5%) de origem hidroelétrica, valor este significativamente superior ao observado em termos médios históricos, devido a um ano hidrológico muito favorável.

### Evolução mensal da produção hidroeléctrica da EEM na ilha da Madeira - 2009



### Evolução anual da produção hidroeléctrica da EEM na ilha da Madeira



A potência instalada nos centros electroprodutores de entidades privadas ascendeu a 83,05 MW, mais 55,7% que em 2008, resultante da entrada em funcionamento de novos parques eólicos e da introdução da componente solar fotovoltaica. O quadro seguinte traduz a distribuição dos produtores independentes, por fonte de energia primária:

**Sistema electroprodutor de entidades privadas na ilha da Madeira - 2009**

	Térmica	Hídrica	Eólica	Resíduos	Fotovoltaica*	Total
Nº de Centrais	1	1	8	1	127	138
Potência Instalada (MW)	36,00	0,70	37,91	8,00	0,44	83,05
Aquisição (GWh)	188,60	4,65	36,90	36,51	0,29	266,96

\*Inclui microprodução (DL 363/2007 de 2 de Nov.) e PRE ("Produção em Regime Especial", DL 312/2001, de 10 de Dez.)

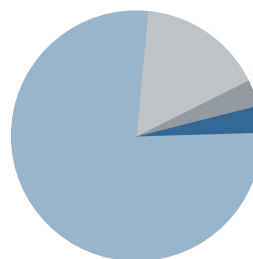
Em 2009, a energia emitida por estes centros produtores atingiu 266,96 GWh, mais 8,0% que o ano anterior. Desta energia, 70,6% foi proveniente da Central Térmica do Caniçal, 13,8% dos parques eólicos, 13,7% da ETRSU, 1,7% da Central Mini-Hídrica da Terça, sendo os restantes 0,1% oriundos dos produtores fotovoltaicos.

A contribuição dos produtores privados na emissão de energia para a rede da ilha da Madeira, representou 28,8% do valor total.

A repartição da energia emitida para a rede (sistema EEM e produtores privados) na ilha da Madeira, em 2009, foi a seguinte:

**Repartição da emissão por fonte de energia primária na ilha da Madeira - 2009**

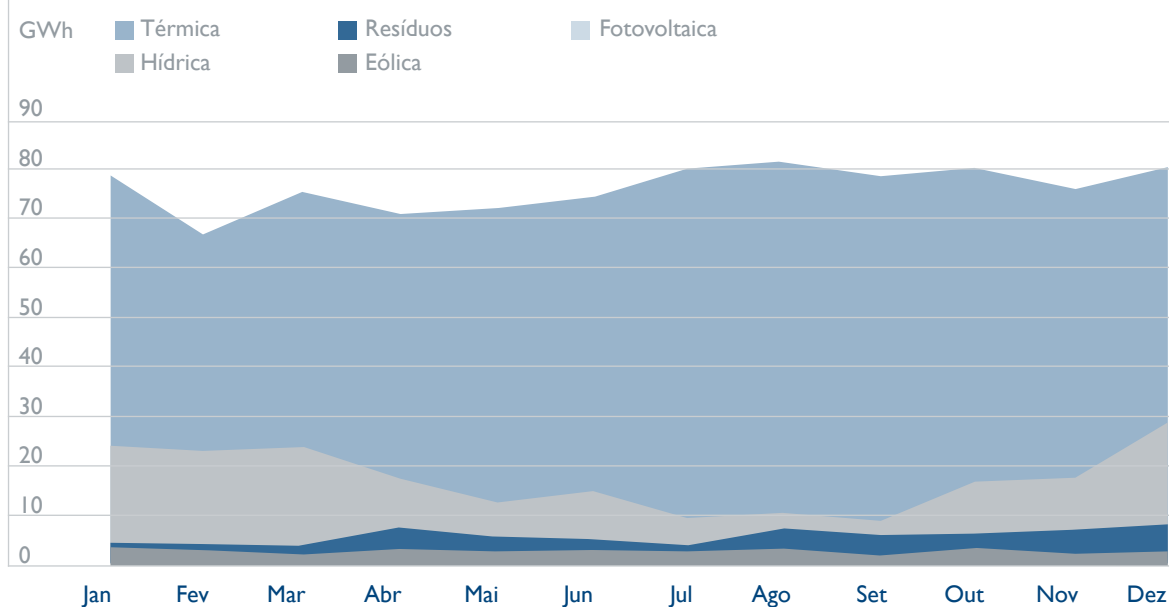
■ Térmica	77,0%
■ Hídrica	15,1%
■ Eólica	4,0%
■ Resíduos	3,9%
■ Fotovoltaica	0,0%



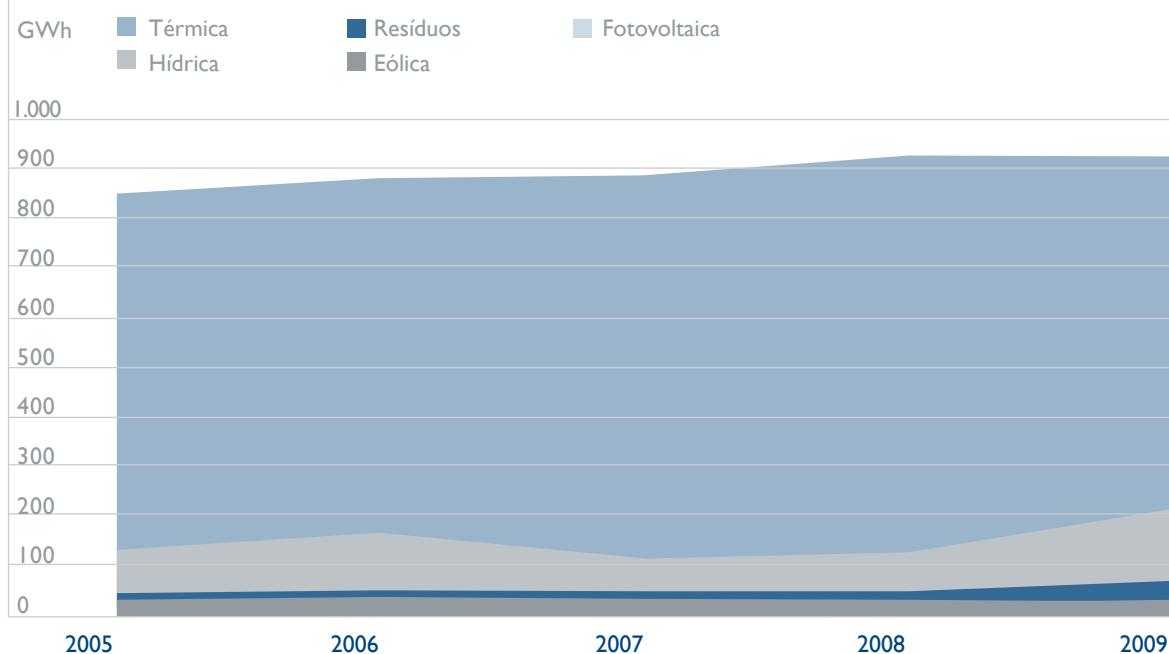
Assim, a componente renovável, em 2009, ascendeu a 23,0% do total da energia emitida para a rede, sendo os restantes 77,0% de origem fóssil.

Os gráficos seguintes traduzem a evolução mensal e anual da emissão, por fonte de energia primária:

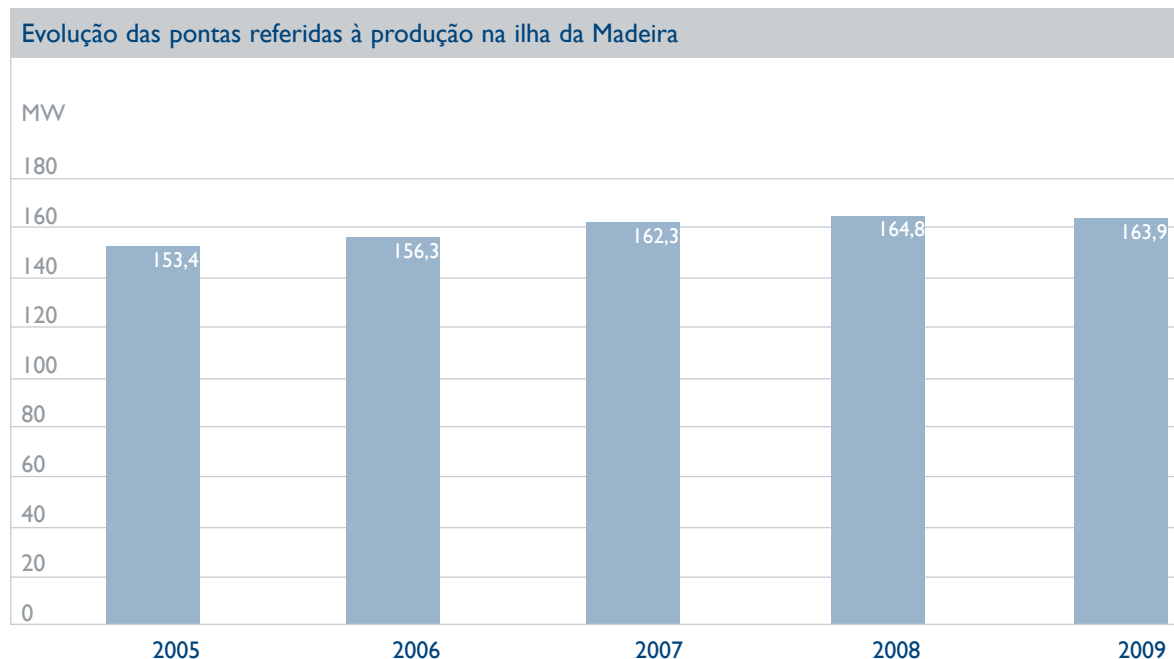
**Evolução mensal da energia emitida na ilha da Madeira - 2009**



**Evolução anual da emissão por fonte de energia primária na ilha da Madeira**



A ponta anual na ilha da Madeira ocorreu em Janeiro, atingindo o valor de 163,9 MW, representando uma ligeira diminuição de 0,5% relativamente ao ano de 2008.



O consumo de combustíveis e lubrificantes na Central Térmica da Vitória ascendeu a 120.947 e 982 milhares de litros, respectivamente. Verificou-se uma redução significativa do consumo de combustíveis em cerca de 13,3%, relativamente ao ano transacto, devido, não só ao aumento da produção hidroelétrica, mas também da maior contribuição da componente eólica.

Consumo de combustíveis e lubrificantes no sistema da EEM na ilha da Madeira - 2009			
litros '000	Fuelóleo	Gasóleo	Óleo
Central Térmica da Vitória	119.971	976	982

## B. Ilha do Porto Santo

O sistema electroprodutor da ilha do Porto Santo compreende uma central termoelétrica e dois parques eólicos. A potência total instalada é de 18,39 MW, dos quais, 17,28 MW (94,0%) se encontram instalados na Central Térmica do Porto Santo e os restantes 1,1 MW (6,0%) nos dois parques eólicos. São de referir, também, as primeiras instalações de microprodução.

### Central Térmica do Porto Santo

Na Central Térmica do Porto Santo, as principais intervenções foram as seguintes:

- Conclusão da instalação do sistema de tratamento de água poluída;
- Substituição das caldeiras de recuperação dos Grupos n.ºs 3 e 4.

**Sistema electroprodutor da ilha do Porto Santo - 2009**

	EEM		ENEREEM	Fotovoltaica*	Total
	Térmica	P. Eólicos	P. Eólicos		
Nº de Centrais	1	1	1	5	8
Potência Instalada (MW)	17,28	0,45	0,66	0,02	<b>18,41</b>
Emissão (GWh)	34,23	0,65	1,17	0,01	<b>36,05</b>

\*Inclui microprodução (DL 363/2007 de 2 de Nov.) e PRE ("Produção em Regime Especial", DL 312/2001, de 10 de Dez.)

**Central termoelétrica da EEM na ilha do Porto Santo - 2009**

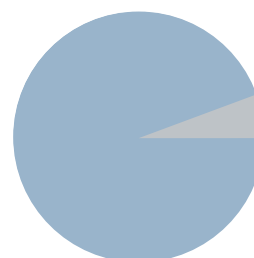
	Grupo nº	Pot. Instalada		Pot. Máx. Cont. (MW)	Produção (GWh)	Emissão (GWh)	Combustível
		(MW)	(MVA)				
Central Térmica	1,2*	10,00	12,86	-	0,02		Gasóleo
do Porto Santo	3,4,5	12,96	15,30	11,40	25,44		Fuelóleo
	6	4,32	5,10	3,80	11,46		Fuelóleo
<b>Total - CTPS</b>		<b>17,28</b>	<b>20,40</b>	<b>15,20</b>	<b>36,93</b>	<b>34,23</b>	

\*Grupos desclassificados em 2008

Em 2009, a energia emitida na ilha do Porto Santo ascendeu a 36,05 GWh, sendo que 34,23 GWh (94,9%) foram de origem térmica e os restantes 1,82 GWh (5,1%) de origem eólica. A emissão de energia fotovoltaica ainda não tem representatividade, no sistema eléctrico desta ilha (0,02%).

**Repartição da emissão por fonte de energia primária na ilha do Porto Santo - 2009**

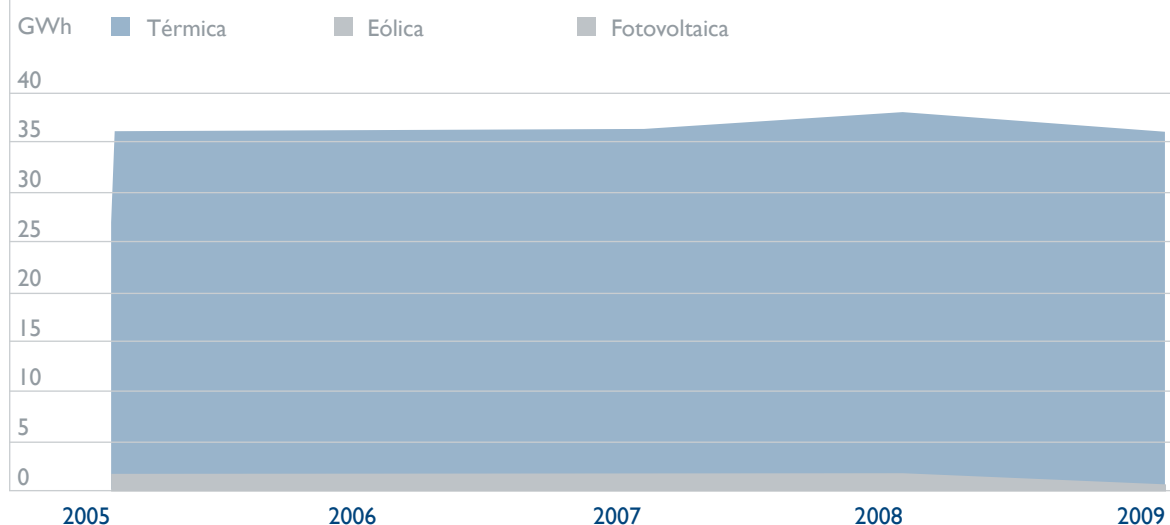
■ Térmica	94,9%
■ Eólica	5,1%
■ Fotovoltaica	0,0%



Os gráficos seguintes indicam a evolução mensal e anual da emissão, por fonte de energia primária:

**Evolução mensal da energia emitida na ilha do Porto Santo - 2009**

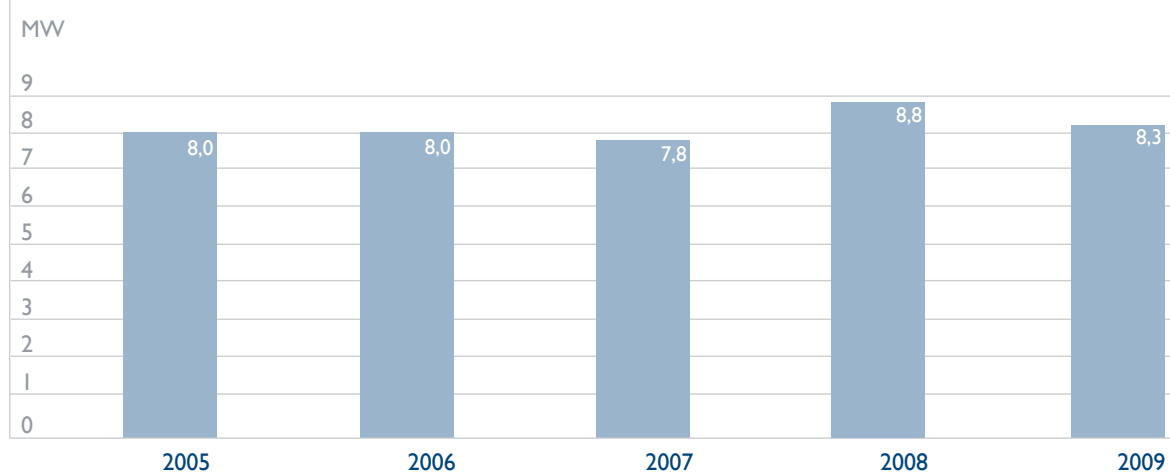

#### Evolução anual da emissão por fonte de energia primária na ilha do Porto Santo



A contribuição de energia eólica na ilha do Porto Santo tem-se mantido aproximadamente constante, sendo as flutuações da emissão compensadas pela componente térmica.

A ponta anual na ilha do Porto Santo registou-se em Agosto, tendo atingido 8,3 MW, ligeiramente inferior à observada no exercício de 2008.

#### Evolução das pontas referidas à produção na ilha do Porto Santo



O consumo de combustíveis e lubrificantes na Central Térmica do Porto Santo ascendeu a 9.314 e 45 milhares de litros, respectivamente.

#### Consumo de combustíveis e lubrificantes na ilha do Porto Santo - 2009

litros '000	Fuelóleo	Gasóleo	Óleo
Central Térmica do Porto Santo	8.742	572	45

Verificou-se um decréscimo do consumo de combustíveis na ordem dos 3,3%, relativamente ao exercício anterior, motivado pela diminuição da procura de energia.

## II. Transporte

Na rede de transporte, os investimentos mais significativos verificaram-se ao nível das subestações/postos de corte e nas linhas de transporte, totalizando 7.548 milhares de Euros.

### Subestações

No que se refere às subestações destaca-se:

- A transferência de serviço dos antigos equipamentos de corte para os novos, instalados na nova Subestação da Vitória, que compreende um novo edifício e um monobloco GIS de duplo barramento, a 60 kV, com 17 celas;
- A conclusão da remodelação total do Posto de Corte da Bica da Cana através da construção de um novo edifício e da instalação de um barramento duplo isolado a SF6;
- A colocação em serviço de um novo bloco (Barramento III) de 6,6 kV, bem como de um novo sistema de protecção e comando na Subestação dos Viveiros;
- A instalação e configuração de um novo sistema de comando na Subestação da Calheta;
- Conclusão da substituição dos disjuntores de 6,6 kV de PVO (Pequeno Volume de Óleo) por disjuntores com corte em SF6 na Subestação das Virtudes;
- A substituição do transformador de 4 MVA da Subestação da Calheta na ilha do Porto Santo, por um de 6 MVA, com regulação em carga;
- Conclusão da instalação do novo bloco de corte, isolado a SF6 a 30 kV na Subestação da Ponte Vermelha.

Além dos investimentos referidos, assinalam-se ainda as seguintes acções:

- Acompanhamento dos trabalhos de inspecção e manutenção efectuados nas subestações do Caniçal, Livramento, Calheta, São Vicente e Santana, no âmbito dos 10 anos de funcionamento;
- Trabalhos de manutenção geral, incluindo a manutenção dos transformadores;
- Acompanhamento dos trabalhos de Inspecção Termográfica.



## Subestações na RAM - 2009

	Potência instalada (MVA)			Total	Bat. Cond. MVA <sub>r</sub>
	30/6,6 kV	60/30 kV	60/6,6 kV		
<b>Ilha da Madeira</b>	<b>233,0</b>	<b>170,0</b>	<b>125,0</b>	<b>528,0</b>	<b>32,0</b>
Funchal	3 x 10,0	-	-	30,0	6,0
Amparo	2 x 10,0	-	-	20,0	2,0
Vitória 6,6 kV	2 x 10,0	-	-	20,0	4,0
Vitória	-	4 x 25,0	-	100,0	-
Santa Quitéria	10,0	-	-	10,0	-
Virtudes	2 x 15,0	-	-	30,0	2,0
Alegria	-	-	10,0	10,0	-
Viveiros	-	-	2 x 15,0	30,0	4,0
Ponte Vermelha	10,0	-	-	10,0	2,0
Lombo do Meio	4,0	-	-	4,0	-
Central da Calheta	2 x 0,5	-	-	1,0	-
Calheta	10,0	-	-	10,0	-
Lombo do Doutor	-	25,0	-	25,0	-
Ribeira da Janela	6,0	-	-	6,0	-
Serra de Água	4,0	-	-	4,0	-
Lombo do Faial	6,0	-	-	6,0	-
Santana	6,0	-	-	6,0	-
Machico	-	15,0	10,0 + 15,0	40,0	2,0
Assomada	2 x 10,0	-	-	20,0	2,0
Livramento	2 x 10,0	-	-	20,0	2,0
Palheiro Ferreiro	-	2 x 15,0	2 x 10,0	50,0	2,0
São Vicente	6,0	-	-	6,0	-
Prazeres	2 x 2,0	-	-	4,0	-
Canical	-	-	10,0	10,0	-
Cabo Girão	10,0	-	-	10,0	-
Santo da Serra	6,0	-	-	6,0	-
Ponta Delgada	10,0	-	-	10,0	-
São João	-	-	2 x 15,0	30,0	4,0
<b>Ilha do Porto Santo</b>	<b>18,0</b>	-	-	<b>18,0</b>	-
Nova Central	4,0	-	-	4,0	-
Vila Baleira	2 x 4,0	-	-	8,0	-
Calheta	6,0	-	-	6,0	-
<b>Total RAM</b>	<b>251,0</b>	<b>170,0</b>	<b>125,0</b>	<b>546,0</b>	<b>32,0</b>

## Linhas de Transmissão

Na área das linhas de transmissão, destacam-se os seguintes investimentos:

- Conclusão da ligação dupla subterrânea a 30 kV: entre o último apoio da linha Pedra Mole - Paúl da Serra até ao Posto de Corte das Pedras e entre esta instalação e o Posto de Corte da Bica da Cana;
- Conclusão da construção da rede de condutas entre as subestações da Vitória e do Amparo;
- Continuação das obras de construção da ligação dupla entre o Paúl da Serra (nas proximidades do Posto de Corte das Pedras) e o sítio da Pedra Mole;
- Continuação da construção da ligação entre o Posto de Corte do Lombo da Velha, e a Ponta do Pargo.

No âmbito da transferência de serviço para a nova Subestação da Vitória, foram efectuados diversos trabalhos de adaptação, desde os apoios de fim de linha aéreos a 60 kV, ao novo barramento a SF6, em cabo subterrâneo.

Foram ainda realizadas outras intervenções na rede de transporte, compreendendo a substituição de cadeias de suspensão e amarração, caixas terminais, afastamentos de apoios a pedido de clientes, bem como a desmatação de corredores de linhas e limpeza de bases dos apoios, numa extensão aproximada de 60 km, das quais 20 km em AT e 40 km em MT, a 30 kV.

No âmbito da monitorização da rede de transporte são de destacar as seguintes acções:

- Vistoria de cerca de 150 km de linhas aéreas, das quais 35 km em linhas AT, sendo os restantes nas linhas MT de 30 kV;
- Inspeções termográficas, numa extensão aproximada de 132 km;
- Inspeção de caixas de visita de ligações subterrâneas a 30 kV.

Rede de Transporte na RAM - 2009			
	Madeira	Porto Santo	Total RAM
<b>Subestações de 60/30/6,6 kV</b>			
Unidades	8	-	8
Potência instalada (MVA)	295,00	-	295,00
<b>Subestações de 30/6,6 kV</b>			
Unidades	20	3	23
Potência instalada (MVA)	233,00	18,00	251,00
<b>Rede de 60 kV</b>			
	<b>78,86</b>	-	<b>78,86</b>
Aérea (km)	68,65	-	68,65
Subterrânea (km)	10,21	-	10,21
<b>Rede de 30 kV*</b>			
	<b>376,91</b>	<b>15,30</b>	<b>392,21</b>
Aérea (km)	239,96	5,10	245,06
Subterrânea (km)	136,95	10,20	147,15
<b>Fibra óptica (km)</b>			
	<b>253,84</b>	<b>9,11</b>	<b>262,95</b>

\*Inclui redes de distribuição de 30 kV

O seguinte quadro indica a evolução na rede de transporte verificada em 2009:

Evolução da Rede de Transporte na RAM - 2009			
Km	Madeira	Porto Santo	Total RAM
<b>Novas electrificações e ampliações</b>			
<b>Rede de 60 kV</b>			
	<b>0,16</b>	-	<b>0,16</b>
Aérea	(0,16)	-	(0,16)
Subterrânea	0,31	-	0,31
<b>Rede de 30 kV*</b>			
	<b>5,66</b>	-	<b>5,66</b>
Aérea	2,31	-	2,31
Subterrânea	3,35	-	3,35
<b>Remodelações</b>			
<b>Rede de 60 kV</b>			
	<b>0,15</b>	-	<b>0,15</b>
Aérea	-	-	-
Subterrânea	0,15	-	0,15
<b>Rede de 30 kV*</b>			
	<b>1,85</b>	-	<b>1,85</b>
Aérea	1,66	-	1,66
Subterrânea	0,19	-	0,19

\*Inclui redes de distribuição de 30 kV

## Telecomunicações

Na área das telecomunicações, assinalam-se as seguintes acções:

- Expansão da rede de cabo de fibra óptica, no seu backbone, nomeadamente:
  - Fecho de anéis em fibra óptica nos traçados: São João - Virtudes, Largo da Saúde - Funchal e Coopereme – Nazaré - Amparo;
  - Reforço das disponibilidades de fibra óptica nos trajectos: Virtudes - Pilar e Coopereme - Nazaré;
  - Ligação entre as subestações do Lombo da Velha e dos Prazeres e entre a Subestação de São Vicente e o Paúl da Serra (postos de corte do Loiral, Bica da Cana e Pedras).
- Outras ligações com cabos de fibra óptica:
  - Ligação a 200 postos de transformação, distribuídos por toda a ilha da Madeira e do Porto Santo;
  - Ligação a cabines de rede móvel TETRA, nomeadamente: Pico do Silva, Cabeço do Cura, Pico do Arco da Calheta, Encumeada e Achadas da Cruz;
  - Ligação às delegações da Camacha, Ponta do Sol e Porto Moniz;
  - Ligação da Central Hidroelétrica da Serra de Água.
- Integração na rede de fibra óptica para o telecomando das seguintes instalações: Cabo Girão, Amparo, Ponte Vermelha, São Vicente, Calheta, Lombo do Doutor, Lombo do Meio, São João, Ponta Delgada, Santo da Serra, Caniçal, Lombo da Velha, Lombo do Faial, Vitória e nas centrais hidroelétricas da Ribeira da Janela, da Calheta e dos Socorridos;
- Expansão da rede SDH por fibra óptica e respectiva integração na rede de acesso remoto das seguintes instalações: Loiral, Bica da Cana, Pedras, Meia Serra, Palheiro Ferreiro e Vitória;
- Instalação de um sistema de alimentação socorrida, na sala técnica de telecomunicações das Virtudes.

## Centro de Despacho

No que se refere à actividade do Centro de Despacho, assinalam-se as seguintes iniciativas:

- Extensão do telecomando nas seguintes instalações:
  - Postos de corte da Bica da Cana, Loiral e Pedras;
  - Nova Subestação da Vitória de 60 kV.
- Monitorização e controlo da potência máxima dos novos parques eólicos do Paúl da Serra;
- Conclusão da alteração do protocolo de comunicação das RTU LSA para IEC - I01;
- Instalação de uma Estação Meteorológica na Central Térmica da Vitória;
- Instalação de um sistema de videovigilância na Subestação do Palheiro Ferreiro;
- Inclusão do serviço de Despacho na plataforma de recursos humanos;
- Manutenção dos equipamentos adstritos ao Centro de Despacho.

### III. Distribuição

Relativamente à rede de distribuição, o investimento foi direccionado, essencialmente, para a remodelação e construção de novas linhas de MT, postos de transformação e redes de BT/IP.

#### Rede de Distribuição na RAM - 2009

Km	Madeira	Porto Santo	Total RAM
<b>Rede de 6,6 kV</b>	<b>1.215,81</b>	<b>71,18</b>	<b>1.286,99</b>
Aérea	519,30	20,04	539,34
Subterrânea	696,51	51,14	747,65
<b>Rede de BT</b>	<b>3.795,16</b>	<b>118,66</b>	<b>3.913,82</b>
Aérea	2.943,60	63,83	3.007,43
Subterrânea	851,56	54,83	906,39

#### Postos de Transformação na RAM - 2009

	Privados		Públicos		Total	
	Nº	P (kVA)	Nº	P (kVA)	Nº	P (kVA)
Funchal	104	77.715	464	250.135	568	327.850
Câmara de Lobos	16	9.990	113	42.585	129	52.575
Ribeira Brava	5	2.410	113	34.375	118	36.785
Ponta do Sol	3	700	56	20.125	59	20.825
Calheta	4	1.530	124	33.325	128	34.855
Porto Moniz	-	-	49	12.680	49	12.680
São Vicente	5	1.610	55	16.625	60	18.235
Santana	13	6.900	84	17.980	97	24.880
Machico	31	18.395	120	45.510	151	63.905
Santa Cruz	36	23.550	261	100.010	297	123.560
Porto Santo	21	12.535	72	22.060	93	34.595
<b>Total RAM</b>	<b>238</b>	<b>155.335</b>	<b>1.511</b>	<b>595.410</b>	<b>1.749</b>	<b>750.745</b>

Os concelhos com maior potência instalada são o Funchal, Santa Cruz e Machico com 327.850 kVA, 123.560 kVA e 63.905 kVA, respectivamente.

## A. Ilha da Madeira

Na ilha da Madeira, os principais indicadores são os seguintes:

- Instalação de 40 novos postos de transformação de serviço público, com uma potência instalada de 15.170 kVA e 10 de serviço particular com uma potência instalada de 6.480 kVA;
- Ampliação da rede de média tensão em 43,88 km;
- Remodelação da rede de média tensão em 7,91 km;
- Ampliação em 25,07 km da rede de baixa tensão;
- Remodelação em 71,83 km da rede de baixa tensão;
- Instalação de 528 novos focos de iluminação pública;
- Substituição de 1.570 focos de iluminação pública.

## B. Ilha do Porto Santo

Para a ilha do Porto Santo, os principais indicadores são os seguintes:

- Instalação de 1 novo posto de transformação de serviço público, com uma potência instalada de 250 kVA;
- Ampliação da rede de média tensão a 6,6 kV em 2,34 km;
- Remodelação da rede de média tensão em 0,21 km;
- Ampliação em 3,57 km da rede de baixa tensão;
- Remodelação em 3,42 km da rede de baixa tensão;
- Instalação de 57 novos focos de iluminação pública;
- Substituição de 43 focos de iluminação pública.


**Evolução da Rede de Distribuição na RAM - 2009**

	Dist. N.E.O.	Funchal	Total Madeira	Porto Santo	Total RAM
<b>Novas electrificações e ampliações</b>					
<b>PT's de Serviço Público</b>					
Unidades	32	8	40	1	41
Potência (kVA)	12.135	3.035	15.170	250	15.420
<b>PT's de Serviço Particular</b>					
Unidades	4	6	10	-	10
Potência (kVA)	1.450	5.030	6.480	-	6.480
<b>Rede de 6,6 kV</b>					
Aérea (km)	35,74	8,14	43,88	2,34	46,22
Subterrâneas (km)	(1,20)	(0,38)	(1,58)	(0,56)	(2,14)
	36,94	8,52	45,46	2,90	48,36
<b>Rede de BT</b>					
Aérea (km)	13,03	12,04	25,07	3,57	28,64
Subterrâneas (km)	(4,91)	0,43	(4,48)	(5,56)	(10,04)
	17,94	11,61	29,55	9,13	38,68
<b>Remodelações</b>					
<b>PT's de Serviço Público</b>					
Unidades	39	9	48	16	64
Potência (kVA)	3.815	(140)	3.675	(1.615)	2.060
<b>PT's de Serviço Particular</b>					
Unidades	8	1	9	1	10
Potência (kVA)	100	(715)	(615)	500	(115)
<b>PT's abatidos</b>					
Unidades	(27)	(11)	(38)	(1)	(39)
Potência (kVA)	(3.380)	(875)	(4.255)	-	(4.255)
<b>Redes de 6,6 kV</b>					
Aérea (km)	3,21	4,70	7,91	0,21	8,12
Subterrânea (km)	2,97	0,58	3,55	-	3,55
	0,24	4,12	4,36	0,21	4,57
<b>Rede de BT</b>					
Aérea (km)	55,07	16,76	71,83	3,42	75,25
Subterrânea (km)	39,55	13,33	52,88	2,11	54,99
	15,52	3,43	18,95	1,31	20,26

## IV. Comercialização

O balanço energético da RAM no exercício de 2009 registou os seguintes valores:

Balanço de energia eléctrica na RAM - 2009			
MWh	Madeira	Porto Santo	Total RAM
<b>Produção das Centrais</b>	<b>673.517</b>	<b>37.577</b>	<b>711.094</b>
Térmica	538.030	36.928	574.958
Fuel	536.570	36.904	573.474
Gasóleo	1.460	24	1.484
Hídrica	135.487	-	135.487
Eólica	-	649	649
<b>Consumo e perdas das Centrais</b>	<b>14.881</b>	<b>2.705</b>	<b>17.586</b>
<b>Emissão própria</b>	<b>658.636</b>	<b>34.872</b>	<b>693.508</b>
<b>Aquisições a outros produtores do SEPM</b>	<b>188.602</b>	<b>-</b>	<b>188.602</b>
Térmica	188.602	-	188.602
Fuel	188.602	-	188.602
<b>Aquisições à PRE</b>	<b>78.354</b>	<b>1.181</b>	<b>79.535</b>
Hídrica	4.648	-	4.648
Eólica	36.905	1.174	38.079
Outros	36.801	7	36.808
<b>Total da energia entrada na rede</b>	<b>925.592</b>	<b>36.053</b>	<b>961.645</b>
Bombagem	1.051	-	1.051
<b>Emissão para a rede do SEPM</b>	<b>924.540</b>	<b>36.053</b>	<b>960.593</b>
<b>Consumos próprios</b>	<b>924</b>	<b>30</b>	<b>954</b>
<b>Fornecimentos SEPM</b>	<b>842.000</b>	<b>34.923</b>	<b>876.923</b>
MT	178.180	12.690	190.870
BT	663.820	22.233	686.053
<b>Energia Saída da Rede</b>	<b>842.924</b>	<b>34.953</b>	<b>877.877</b>
<b>Perdas</b>	<b>81.616</b>	<b>1.100</b>	<b>82.716</b>

O consumo de energia eléctrica verificado em 2009 traduz uma taxa de crescimento de 0,3% na ilha da Madeira. Relativamente ao Porto Santo, verificou-se uma diminuição de 4,8% do consumo.

Energia vendida a clientes do SEPM por níveis de tensão e por regimes tarifários - 2009						
GWh	AT	MT	BTE	BTN	IP	Total
Energia	-	190,87	159,05	443,77	83,23	<b>876,92</b>

Na RAM, o consumo de média tensão atingiu 190,87 GWh, enquanto que o de baixa tensão foi de 686,05 GWh, com um peso relativo de 21,8% e 78,2%, do valor total.



Os quadros seguintes apresentam a distribuição dos consumos e consumidores, por concelho e por tipo de uso:

Consumo por actividade na RAM - 2009										
GWh	Usos Domést.	Hotela.	Comér. e Serv.	Ind.	Usos Agrí.	Ilum. Pública	Serv. Púb.	Const. Civil	Total	%
<b>Ilha da Madeira</b>	<b>259,27</b>	<b>150,95</b>	<b>199,40</b>	<b>70,80</b>	<b>5,99</b>	<b>80,82</b>	<b>60,81</b>	<b>13,98</b>	<b>842,00</b>	<b>100,0%</b>
	<b>30,8%</b>	<b>17,9%</b>	<b>23,7%</b>	<b>8,4%</b>	<b>0,7%</b>	<b>9,6%</b>	<b>7,2%</b>	<b>1,7%</b>	<b>100,0%</b>	
Funchal	110,53	106,74	135,55	16,02	0,50	18,25	34,18	3,53	425,31	50,5%
Câm. Lobos	30,06	5,44	8,73	10,76	0,32	10,71	2,60	1,87	70,49	8,4%
Rib. Brava	12,40	2,71	8,13	1,59	0,07	6,15	1,54	0,56	33,15	3,9%
Ponta do Sol	8,92	2,23	2,04	1,91	0,59	3,79	1,45	1,28	22,21	2,6%
Calheta	13,27	4,10	4,13	1,38	0,67	7,06	1,40	0,72	32,72	3,9%
Porto Moniz	6,10	1,55	1,50	0,33	0,40	3,70	0,81	0,04	14,42	1,7%
S.Vicente	5,87	2,56	1,80	0,94	0,10	4,12	0,93	2,75	19,07	2,3%
Santana	8,15	2,23	3,72	0,90	0,38	5,18	1,40	1,56	23,53	2,8%
Machico	22,31	5,30	10,97	15,23	1,02	10,71	3,16	0,68	69,38	8,2%
Santa Cruz	41,66	18,09	22,82	21,73	1,94	11,16	13,35	0,98	131,72	15,7%
<b>Ilha do Porto Santo</b>	<b>7,44</b>	<b>7,36</b>	<b>5,97</b>	<b>7,93</b>	<b>0,07</b>	<b>2,41</b>	<b>3,52</b>	<b>0,22</b>	<b>34,92</b>	
	<b>21,3%</b>	<b>21,1%</b>	<b>17,1%</b>	<b>22,7%</b>	<b>0,2%</b>	<b>6,9%</b>	<b>10,1%</b>	<b>0,6%</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Total RAM</b>	<b>266,70</b>	<b>158,31</b>	<b>205,37</b>	<b>78,73</b>	<b>6,06</b>	<b>83,23</b>	<b>64,33</b>	<b>14,20</b>	<b>876,92</b>	
	<b>30,4%</b>	<b>18,1%</b>	<b>23,4%</b>	<b>9,0%</b>	<b>0,7%</b>	<b>9,5%</b>	<b>7,3%</b>	<b>1,6%</b>	<b>100,0%</b>	

Consumidores por actividade na RAM - 2009										
	Usos Domést.	Hotela.	Comér. e Serv.	Ind.	Usos Agrí.	Ilum. Pública	Serv. Púb.	Const. Civil	Total	%
<b>Ilha da Madeira</b>	<b>108.929</b>	<b>2.075</b>	<b>13.190</b>	<b>1.008</b>	<b>1.123</b>	<b>1.636</b>	<b>2.154</b>	<b>671</b>	<b>130.786</b>	<b>100,0%</b>
	<b>83,2%</b>	<b>1,6%</b>	<b>10,1%</b>	<b>0,8%</b>	<b>0,9%</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,6%</b>	<b>0,5%</b>	<b>100,0%</b>	
Funchal	45.612	1.059	7.650	311	99	449	1.092	213	56.485	43,2%
Câm. Lobos	11.843	141	1.125	93	205	140	191	82	13.821	10,6%
Rib. Brava	5.940	71	492	44	46	131	91	49	6.863	5,2%
Ponta do Sol	4.242	53	314	47	74	65	74	36	4.904	3,7%
Calheta	6.428	89	435	62	67	155	108	77	7.421	5,7%
Porto Moniz	1.634	51	141	19	77	75	75	11	2.083	1,6%
S.Vicente	3.035	62	241	26	168	73	71	29	3.705	2,8%
Santana	4.250	69	342	36	127	108	108	19	5.058	3,9%
Machico	8.474	194	809	118	107	182	149	54	10.086	7,7%
Santa Cruz	17.470	286	1.641	253	154	258	195	103	20.360	15,6%
<b>Ilha do Porto Santo</b>	<b>3.787</b>	<b>80</b>	<b>406</b>	<b>45</b>	<b>19</b>	<b>68</b>	<b>90</b>	<b>65</b>	<b>4.560</b>	
	<b>83,0%</b>	<b>1,8%</b>	<b>8,9%</b>	<b>1,0%</b>	<b>0,4%</b>	<b>1,5%</b>	<b>2,0%</b>	<b>1,4%</b>	<b>100,0%</b>	
<b>Total RAM</b>	<b>112.716</b>	<b>2.155</b>	<b>13.596</b>	<b>1.053</b>	<b>1.142</b>	<b>1.704</b>	<b>2.244</b>	<b>736</b>	<b>135.347</b>	
	<b>83,3%</b>	<b>1,6%</b>	<b>10,0%</b>	<b>0,8%</b>	<b>0,8%</b>	<b>1,3%</b>	<b>1,7%</b>	<b>0,5%</b>	<b>100,0%</b>	

Em Dezembro de 2009, o número médio de consumidores ligados à rede na RAM ascendeu a 135.347, representando um acréscimo 0,9% relativamente ao exercício de 2008.



### Consumo / Clientes - Distribuição por actividades na RAM - 2009

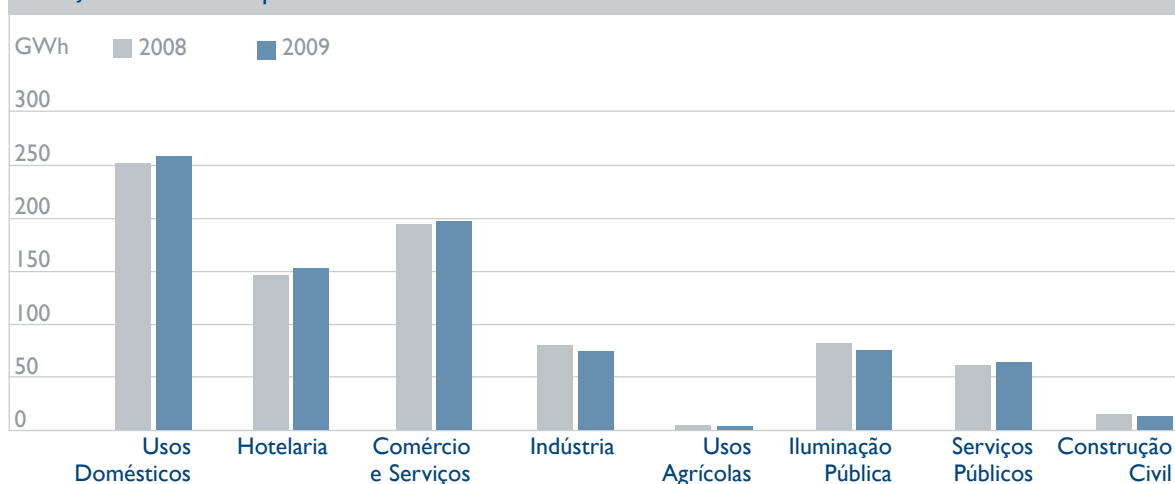
	Média e Baixa Tensão			Baixa Tensão			Usos Domésticos		
	Consumo (GWh)	Clientes	(MWh)/ Cliente	Consumo (GWh)	Clientes	(MWh)/ Cliente	Consumo (GWh)	Clientes	(MWh)/ Cliente
<b>Ilha da Madeira</b>	<b>842,00</b>	<b>130.786</b>	<b>6,44</b>	<b>663,82</b>	<b>130.557</b>	<b>5,08</b>	<b>259,27</b>	<b>108.929</b>	<b>2,38</b>
Funchal	425,31	56.485	7,53	316,94	56.373	5,62	110,53	45.612	2,42
Câm. Lobos	70,49	13.821	5,10	59,55	13.807	4,31	30,06	11.843	2,54
Rib. Brava	33,15	6.863	4,83	32,31	6.859	4,71	12,40	5.940	2,09
Ponta do Sol	22,21	4.904	4,53	19,99	4.900	4,08	8,92	4.242	2,10
Calheta	32,72	7.421	4,41	32,17	7.416	4,34	13,27	6.428	2,06
Porto Moniz	14,42	2.083	6,93	14,39	2.082	6,91	6,10	1.634	3,73
S.Vicente	19,07	3.705	5,15	16,27	3.699	4,40	5,87	3.035	1,94
Santana	23,53	5.058	4,65	20,13	5.048	3,99	8,15	4.250	1,92
Machico	69,38	10.086	6,88	51,82	10.052	5,15	22,31	8.474	2,63
Santa Cruz	131,72	20.360	6,47	100,26	20.321	4,93	41,66	17.470	2,38
<b>Ilha do Porto Santo</b>	<b>34,92</b>	<b>4.560</b>	<b>7,66</b>	<b>22,23</b>	<b>4.540</b>	<b>4,90</b>	<b>7,44</b>	<b>3.787</b>	<b>1,96</b>
<b>Total RAM</b>	<b>876,92</b>	<b>135.347</b>	<b>6,48</b>	<b>686,05</b>	<b>135.097</b>	<b>5,08</b>	<b>266,70</b>	<b>112.716</b>	<b>2,37</b>

O consumo médio por cliente ascendeu a 6,48 MWh/Cliente. Os valores mais elevados verificaram-se nos concelhos do Porto Santo, Funchal, Porto Moniz e Machico. O consumo médio por cliente de Usos Domésticos na RAM atingiu o valor de 2,37 MWh, ligeiramente superior ao verificado no ano anterior, sendo mais elevado nos concelhos do Porto Moniz, Machico, Câmara de Lobos e Funchal.

## A. Ilha da Madeira

Na ilha da Madeira, a distribuição dos consumos por actividade, manteve-se sensivelmente idêntica ao padrão verificado nos últimos anos. O consumo de Usos Domésticos registou o maior valor relativo com 30,8%, seguido do sector do Comércio e Serviços com 23,7% e do sector da Hotelaria com 17,9%.

### Evolução do consumo por actividade na ilha da Madeira - 2008/2009

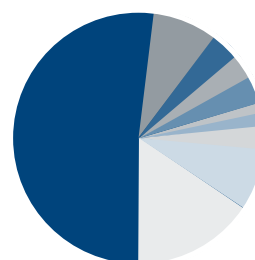


O concelho do Funchal, com 43,2% do número de clientes, foi responsável por 50,5% do consumo de energia eléctrica na ilha da Madeira, seguido pelos concelhos de Santa Cruz com 15,7%, Câmara de Lobos com 8,4% e Machico com 8,2%.

Em termos de evolução do consumo por sectores de actividade, verificou-se um aumento de 2,2% nos Usos Domésticos, 1,8% no Comércio e Serviços e 1,7% na Hotelaria. Por outro lado, registou-se uma diminuição do consumo em 6,5% na Iluminação Pública, 5,1% na Indústria e 1,9% no sector da Construção Civil, relativamente ao exercício anterior.

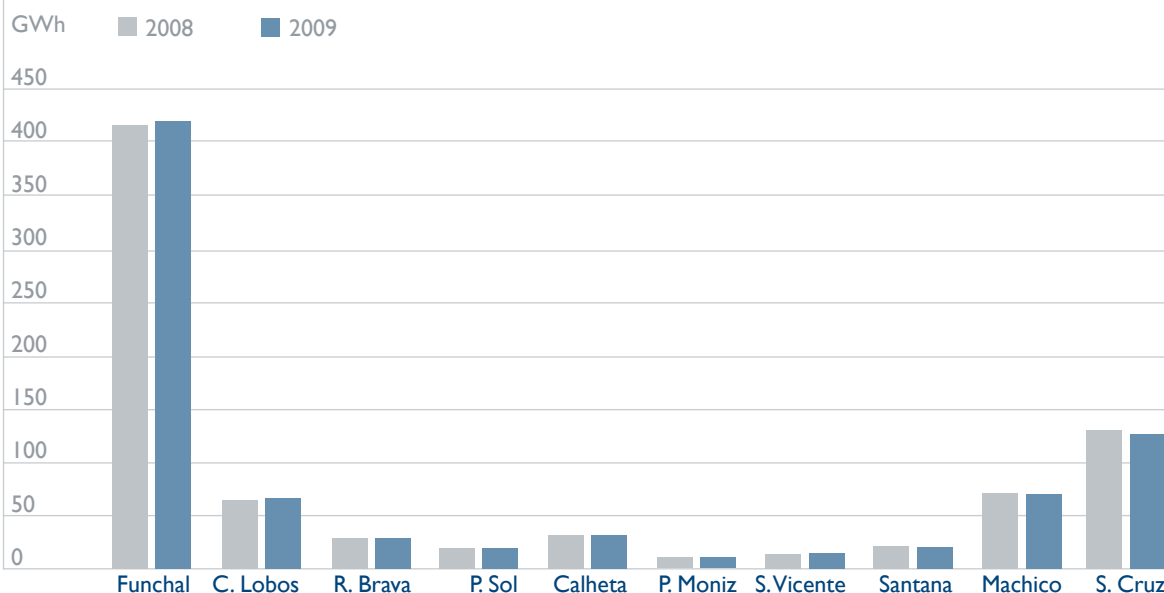
Consumos por concelho na ilha da Madeira - 2009

Funchal	50,5%	Porto Moniz	1,7%
Câm. de Lobos	8,4%	S. Vicente	2,3%
Rib. Brava	3,9%	Santana	2,8%
Ponta do Sol	2,6%	Machico	8,2%
Calheta	3,9%	Santa Cruz	15,7%



O concelho com maior dinamismo na taxa de crescimento dos consumos relativamente a 2008 foi São Vicente, com 11,4%.

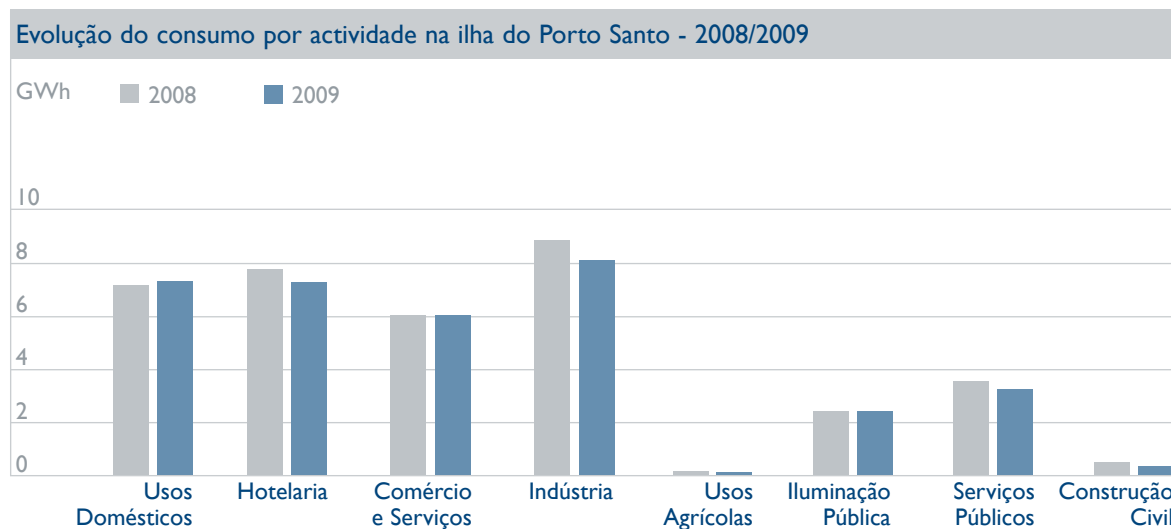
Evolução do consumo por concelho na ilha da Madeira - 2008/2009



Em 2009, foram ligados à rede da ilha da Madeira 1.150 novos clientes, perfazendo um total de 130.786 (crescimento na ordem dos 0,9%), dos quais, 230 com contagem em média tensão.

## B. Ilha do Porto Santo

A taxa de evolução do consumo de energia eléctrica na ilha do Porto Santo, de 2009 face a 2008, sofreu um decréscimo na ordem de 4,8%, em resultado do abrandamento da actividade económica.



A distribuição dos principais consumos de energia eléctrica por actividade, apresentou os seguintes valores relativos: 22,7% na Indústria, 21,3% em Usos Domésticos e 21,1% na Hotelaria.

Em termos de evolução do consumo por sectores de actividade, verificou-se um aumento de 1,4% nos Usos Domésticos. Por outro lado, registou-se uma diminuição do consumo de 45,5% no sector da Construção Civil, de 28,1% nos Usos Agrícolas e de 11,5% na Indústria, relativamente ao exercício anterior.

Foram ligados à rede 84 novos clientes, perfazendo um total de 4.560 (crescimento na ordem dos 1,9%), dos quais 20 são em média tensão. O consumo de média e baixa tensão atingiu 12,69 GWh e 22,23 GWh, com uma distribuição de 36,3% e 63,7%, respectivamente.



## V. Qualidade de Serviço

A caracterização da Qualidade de Serviço na RAM, tem por base o disposto no Regulamento da Qualidade de Serviço (RQS) e compreende, essencialmente, as seguintes áreas:

- Continuidade de Serviço;
- Qualidade da Onda de Tensão;
- Qualidade Comercial.

Neste contexto, a EEM tem procurado munir-se dos recursos necessários de forma a cumprir com as disposições regulamentares, destacando-se, em 2009, as seguintes iniciativas:

- Iniciou-se o processo de registo de indisponibilidades, através do SGI (Sistema de Gestão de Indisponibilidades), necessário ao cálculo dos respectivos indicadores de continuidade de serviço;
- Colocação em serviço de dois novos equipamentos de monitorização da Qualidade da Onda de Tensão, de forma a dar cumprimento ao plano de monitorização estabelecido para o ano de 2009;
- Realização de inquérito de satisfação aos Clientes, para obtenção dos indicadores gerais de avaliação e satisfação de Clientes.

A Qualidade de Serviço é objecto de um relatório específico, publicado anualmente no mês de Abril, encontrando-se disponível no sítio Internet da EEM.

Os indicadores de Continuidade de Serviço das redes de Transporte e Distribuição em AT, MT e BT das ilhas da Madeira e do Porto Santo, em 2009, encontram-se dentro dos limites impostos regularmente, traduzindo um nível adequado da Continuidade de Serviço. Quanto à Qualidade da Onda de Tensão, os resultados das campanhas levadas a cabo demonstram que, de uma forma geral, estão a ser cumpridas as condições estipuladas pelo RQS. No que tange à Qualidade Comercial, a EEM continua empenhada na melhoria contínua ao nível dos processos, dos recursos humanos e tecnologias, visando constituir-se como referência nesta área.

## VI. Investimento Não Específico

O investimento não específico realizado pela EEM em 2009 atingiu 3.199 milhares de Euros, compreendendo a realização de estudos, a construção de infraestruturas de apoio e iniciativas na área dos sistemas de informação.

### VI.I - Estudos

No âmbito do sistema electroprodutor, foram concluídos os estudos de determinação da capacidade de integração de energias renováveis, nomeadamente de energia eólica, bem como a análise de garantia de potência do sistema electroprodutor.

### VI.II - Infraestruturas de Apoio

Foram realizados alguns investimentos em infraestruturas de apoio, sendo de destacar as seguintes realizações:

- Consolidação e estabilização da encosta CTV I e II;
- Instalação de equipamentos AVAC no edifício Sede;
- Instalação do grupo de emergência no edifício Sede;
- A instalação de equipamentos adequados e específicos ao uso e exploração dos edifícios e respectivos espaços funcionais dos armazéns da Calheta, Machico e São Vicente.

### VI.III - Sistemas de Informação

A EEM continuou a desenvolver diversas iniciativas de reestruturação e modernização dos sistemas de informação, de âmbito comercial e técnico, no sentido de melhorar o serviço aos seus Clientes, bem como implementar alterações de processos decorrentes da regulação e de imposições legais. As principais acções implementadas foram as seguintes:

- **SAP**

Foram implementados alguns melhoramentos nesta plataforma, nomeadamente:

- Melhoria das estimativas de facturação;
- Análise de sequências de leitura;
- Alterações de tarifário decorrente da regulação;
- Vários melhoramentos nos diferentes processos de negócio.

- **SIT - Sistema de Informação Técnica**

Continuação dos trabalhos de levantamento da rede eléctrica e respectivo carregamento no SIT (Sistema de Informação Técnica), já numa óptica de actualização contínua do cadastro existente.



Este sistema permite dar resposta às necessidades de projecto, planeamento e exploração da rede eléctrica constituindo, ainda, o suporte base do SGI.

- **SGI - Sistema de Gestão de Indisponibilidades**

A EEM continuou o processo de implementação do projecto SGI, que visa dotar a Empresa de uma plataforma de gestão de avarias no fornecimento de energia aos clientes, permitindo assim, aplicar as compensações definidas por lei em caso de indisponibilidade do fornecimento. Este sistema permitiu, em 2009, a prestação de um melhor serviço de informação e resolução de avarias, integrando os vários sistemas existentes na EEM.

- **SNC - Sistema de Normalização Contabilística**

Durante o ano de 2009, e com carácter obrigatório foi necessário implementar as novas normas contabilísticas estabelecidas pelo SNC, com influência directa em todas as áreas de negócio da EEM suportadas pelo ERP (SAP), devido à sua abrangência.

- **Plataforma de Compras Electrónicas (Contratação Pública)**

Decorrente da imposição legal, a EEM implementou, em 2009, os meios necessários à operacionalização da plataforma electrónica de contratação pública.

## VII. Recursos Humanos

A 31 de Dezembro de 2009, o quadro de pessoal da EEM, S.A., era composto por 859 trabalhadores no activo, sendo 820 efectivos e 39 com contrato a termo certo.

Recursos Humanos por função					
	2005	2006	2007	2008	2009
Engenheiros	53	57	64	74	68
Outros c/ curso superior	21	24	28	29	36
Engenheiros técnicos	10	10	9	11	9
Pessoal c/ funções industriais	515	514	467	450	459
Pessoal c/ funções administrativas	242	236	273	262	256
Auxiliares	21	20	11	12	8
Outros c/ contrato a termo certo	8	8	16	27	23
<b>Total</b>	<b>870</b>	<b>869</b>	<b>868</b>	<b>865</b>	<b>859</b>

Dos 859 trabalhadores, 811 prestavam serviço na ilha da Madeira e os restantes 48 na ilha do Porto Santo.

### Acções de formação

Durante o ano de 2009, concretizaram-se várias acções de formação abrangendo 269 trabalhadores num total de 6.718 horas, das quais 5.047 horas foram de formação externa e 1.671 horas de formação interna.



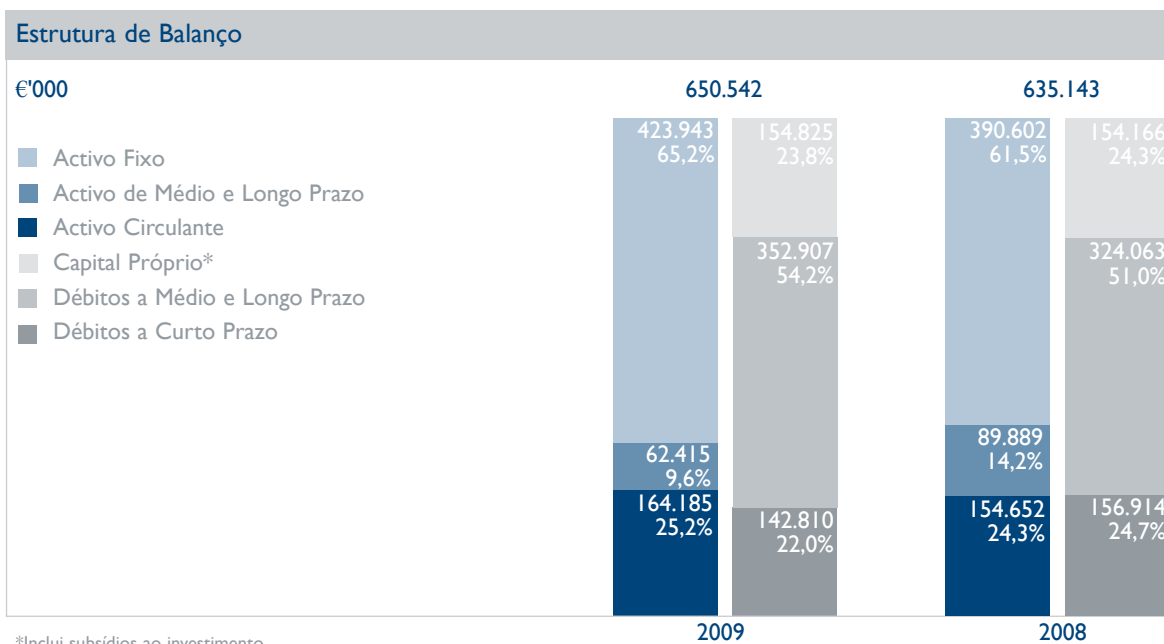
# Informação Económica e Financeira







## I - Informação Económica e Financeira



### Balanço

O valor total de Balanço da EEM em 2009, ascendeu a 650.542 milhares de Euros, representando um crescimento de cerca de 2,4% face a 2008.

Imobilizado		
€'000	2009	2008
Bruto	800.433	739.549
Amortizações acumuladas e ajustamentos	376.490	348.947
Líquido	423.943	390.602

O Imobilizado líquido, que representa cerca de 65,2% do activo total da EEM, atingiu 423.943 milhares de Euros, representando um aumento de 8,5% face ao ano anterior.

Os elevados níveis de investimento público e privado que têm vindo a ocorrer nos últimos anos na Região Autónoma da Madeira, e o esforço desenvolvido no sentido de materializar as opções do plano energético regional, definido pela Vice-Presidência do Governo, têm exigido à EEM a realização de diversas infraestruturas nas áreas de produção, transporte e distribuição de energia as quais, permitem, também, aumentar a fiabilidade, segurança e qualidade de todo o sistema eléctrico regional.

Deste modo, o montante total de investimento da EEM em 2009 ascendeu 57.848 milhares de Euros, o que, ainda assim, representa um decréscimo de cerca de 13,4% face ao valor realizado em 2008 (66.823 milhares de Euros).

O investimento repartiu-se pelas principais actividades da EEM, da seguinte forma:

• Produção:	34.386	milhares de Euros;
• Transporte:	7.548	milhares de Euros;
• Distribuição/Comercialização:	12.715	milhares de Euros;
• Não específico:	3.199	milhares de Euros.

No que concerne à produção, assume particular destaque o investimento de 27.275 milhares de Euros, na nova central termoeléctrica da ilha da Madeira, designada por CTV III, localizada junto à actual Central Térmica da Vitória (CTV I e II), e que disporá de 3 grupos termoeléctricos dual-fuel, com uma potência total instalada de 52 MW. Durante o ano ficaram concluídos, o edifício, a subestação, os diversos equipamentos comuns, bem como o primeiro dos três grupos termoeléctricos. Este valor representa cerca de 49,0% do investimento total previsto para esta obra, e cerca de 47,1% do total de investimento da EEM no ano de 2009.

Na Central Térmica da Vitória (CTV I e II), foram também realizadas grandes intervenções em grupos electrogéneos que implicaram a substituição de componentes mecânicos importantes, prolongando-se a vida dos respectivos grupos, com as inerentes garantias de fiabilidade e segurança que, na sua totalidade, ascenderam a 3.136 milhares de Euros.

Ainda na produção, importa salientar a entrada em exploração dos parques eólicos do Loiral e das Pedras, ambos da ENEREEM (subsidiária da EEM), com uma potência total instalada de 15,3 MW e cuja realização, no exercício de 2009, foi de 1.629 milhares de Euros. O valor total do investimento nestes parques ascendeu a 20.871 milhares de Euros.

Na rede de transporte, os investimentos mais significativos verificaram-se ao nível das subestações/postos de seccionamento (3.563 milhares de Euros) e nas linhas de transporte (2.608 milhares de Euros). No que se refere às subestações destaca-se a conclusão do posto de seccionamento do Paúl da Serra (Bica da Cana) cujo investimento, em 2009, atingiu o montante de 795 milhares de Euros, tendo também sido adquiridos 5 transformadores de potência, pelo valor global de 1.342 milhares de Euros. No que respeita às linhas de transporte, evidencia-se a construção da linha Pedra Mole - Paúl da Serra cujo investimento, em 2009, totalizou 898 milhares de Euros, bem como as obras realizadas em redes de condutas que ascenderam a 947 milhares de Euros.

Relativamente à rede de distribuição, o investimento foi direccionado, essencialmente, para a remodelação e construção de novas linhas de MT, postos de transformação e redes de BT/IP, tendo em cada uma das áreas sido investido 4.885, 1.863 e 4.206 milhares de Euros, respectivamente. No âmbito do PPDA (Plano de Promoção e Desempenho Ambiental), foram também efectuadas diversas intervenções nas linhas de MT e BT, que, no conjunto, ascenderam a 477 milhares de Euros. O investimento em equipamentos de contagem, medida e controlo de potência e de consumo de energia eléctrica atingiu 1.281 milhares de Euros.



O investimento não específico, transversal a todas as actividades da Empresa, inclui os sistemas de informação e comunicação, equipamento administrativo, edifícios e outros. Neste âmbito, são de realçar os investimentos nos sistemas de informação, que ascenderam a 2.069 milhares de Euros e as obras efectuadas em edifícios (construção/remodelações), no valor de 560 milhares de Euros.

Em 2009, os Activos de médio e longo prazo, essencialmente compostos por protocolos e contratos com Entidades Oficiais, atingiram o montante de 62.415 milhares de Euros, tendo sofrido um decréscimo de cerca de 27.474 milhares de Euros comparativamente ao ano anterior. Esta evolução muito favorável é, em grande medida, explicada pelo recebimento de 23.611 milhares de Euros relativos ao Contrato de Convergência Tarifária de Energia Eléctrica (1998-2002) celebrado, em 2003, entre a EEM, o Governo Regional e o Governo da República.

Capitais Permanentes		
€'000	2009	2008
Capital próprio*		
Valor	154.825	154.166
%	30,5%	32,2%
Passivo a médio e longo prazo		
Valor	352.907	324.063
%	69,5%	67,8%
Capitais permanentes		
Valor	507.732	478.229
%	100,0%	100,0%

\*Inclui subsídios ao investimento

Os Capitais permanentes (Capitais próprios e Dívidas a terceiros de médio e longo prazo) representam 78,0% do total do balanço, assegurando uma adequada cobertura financeira dos Activos fixos.

Os Capitais próprios (incluindo Subsídios ao investimento) no valor de 154.825 milhares de Euros, apresentaram um ligeiro crescimento face ao ano anterior, tendo o Resultado líquido atingido 4.002 milhares de Euros e o saldo líquido de subsídios ao investimento diminuído em 3.371 milhares de Euros.

O Passivo de médio e longo prazo apresenta um crescimento de 9,0% face ao ano anterior, em grande parte, devido ao aumento das participações financeiras de médio e longo prazo, mais concretamente, por se ter efectuado o desembolso da 2.<sup>a</sup> tranche de um empréstimo contraído junto do BEI, no valor de 25.000 milhares de Euros, com maturidade de 15 anos.

Fundo de Maneio		
€'000	2009	2008
Activo circulante	164.185	154.652
Passivo corrente	142.810	156.914
Fundo de maneio	21.375	(2.262)

O Activo circulante no valor de 164.185 milhares de Euros (154.652 milhares de Euros em 2008) apresenta um acréscimo de 9.533 milhares de Euros, que resulta, fundamentalmente, do aumento dos montantes a receber referentes à Compensação Tarifária que passaram de 44.711 milhares de Euros em 2008, para 51.794 milhares de Euros em 2009. Este aumento da compensação a receber deve-se, fundamentalmente, ao facto da EEM não ter recebido 24.173 milhares de Euros da convergência tarifária de 2009, (correspondente ao valor do equilíbrio económico-financeiro pago pelos centros electroprodutores hídricos, conforme previsto no artigo 92.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, que foi afecto à convergência tarifária entre as Regiões Autónomas e o Continente, através do Despacho de 3 de Outubro de 2008, do Ministro da Economia e Inovação) e à significativa diminuição do preço dos combustíveis face ao que estava estimado nas tarifas fixadas para o ano de 2009.

Os Créditos de curto prazo ascenderam a 142.810 milhares de Euros, apresentando um decréscimo de 14.104 milhares de Euros face a 2008. Esta redução é principalmente justificada pela redução das dívidas a instituições de crédito, que tinham sido contraídas em 2008, devido ao facto da 2.ª tranche, no valor de 25.000 milhares de Euros, do empréstimo de longo prazo que o BEI concedeu à EEM para financiar o plano de investimentos, só ter sido desembolsada no início de 2009.

## Demonstração de Resultados

### Proveitos

Proveitos Operacionais					
€'000	2009	%	2008	%	Var. %
Vendas	152.292	83,7%	171.218	83,6%	(11,1%)
Trabalhos para a própria empresa	21.274	11,7%	21.834	10,7%	(2,6%)
Outras receitas	8.340	4,6%	11.683	5,7%	(28,6%)
<b>Total</b>	<b>181.906</b>	<b>100,0%</b>	<b>204.735</b>	<b>100,0%</b>	<b>(11,2%)</b>

As Vendas totais ascenderam a 152.292 milhares de Euros, incluindo o montante de 35.504 milhares de Euros referentes à Compensação Tarifária de 2009, a receber em 2011, e a correcção do ajustamento de 2008, a receber em 2010. As Vendas totais incorporam ainda, 622 milhares de Euros relativos ao Plano de Promoção da Eficiência no Consumo.

As Vendas de energia eléctrica na Região Autónoma da Madeira atingiram 116.166 milhares de Euros (2008: 110.353 milhares de Euros), apresentando um acréscimo de cerca de 5,3%. Esta evolução resulta, na sua quase totalidade, da subida média das tarifas de energia em cerca de 5,2%, uma vez que o consumo de energia eléctrica registou um crescimento de apenas 0,1%.

Os investimentos realizados por meios próprios da EEM ascenderam a 21.274 milhares de Euros, o que representa um decréscimo (2,6%) face ao ano anterior (21.834 milhares de Euros).



A rubrica Outras receitas alcançou 8.340 milhares de Euros, evidenciando um decréscimo de 3.343 milhares de Euros face a 2008, decorrente, principalmente, da diminuição do valor do subsídio à exploração referente à valorização das licenças de CO<sub>2</sub>, atribuídas gratuitamente à EEM no âmbito do PNALE II.

## Custos

Custos Operacionais					
€'000	2009	%	2008	%	Var. %
Consumo de material diverso	9.708	5,7%	12.477	6,5%	(22,2%)
Matérias-primas	63.477	37,1%	89.209	46,5%	(28,8%)
Fornecimentos e serviços externos	16.586	9,7%	14.508	7,6%	14,3%
Custos com pessoal	35.141	20,5%	33.803	17,6%	4,0%
Amortizações e ajustamentos	28.695	16,7%	24.974	13,0%	14,9%
Provisões	3.058	1,8%	-	-	N/A
Outros	14.603	8,5%	16.917	8,8%	(13,7%)
<b>Total de custos operacionais</b>	<b>171.268</b>	<b>100,0%</b>	<b>191.888</b>	<b>100,0%</b>	<b>(10,7%)</b>
<b>TPE</b>	<b>21.274</b>		<b>21.834</b>		<b>(2,6%)</b>
<b>Total de custos de exploração</b>	<b>149.994</b>		<b>170.054</b>		<b>(11,8%)</b>

Os Custos operacionais ascenderam a 171.268 milhares de Euros, traduzindo um decréscimo de 10,7% face a 2008. Esta redução, de 20.620 milhares de Euros, é essencialmente explicada pelas razões referidas nos parágrafos seguintes.

O Consumo de material diverso apresenta uma redução de 2.769 milhares de Euros, dos quais 86,2% resultam de uma menor incorporação deste tipo de bens nos trabalhos levados a cabo pela própria empresa.

O Custo das matérias-primas de exploração, que incorpora os custos dos combustíveis e as aquisições de energia a terceiros, perfaz, no exercício de 2009, 63.477 milhares de Euros, evidenciando uma redução de cerca de 28,8% face a 2008. No que se refere, exclusivamente, ao custo com combustíveis, verifica-se um decréscimo de, aproximadamente, 34,8%, em consequência da diminuição da quantidade consumida e da queda do preço nos mercados internacionais que, no caso da EEM, se repercutiu numa descida de 25,5%.

Importa referir que a quebra na quantidade de fuelóleo consumido, teve origem no significativo aumento da produção de electricidade a partir de fontes endógenas, que levou a uma alteração no mix de produção, tanto da EEM (Grupo), como da energia adquirida a terceiros, tendo a penetração de energias renováveis na RAM ultrapassado a fasquia dos 22,0%.

Em consequência do excelente e programado desempenho das energias renováveis, com aumentos de 56 GWh e 18 GWh na produção de electricidade de origem hídrica (ano hidrológico muito favorável) e eólica (entrada em exploração dos novos parques das Pedras e do Loiral), respectivamente, a produção de origem térmica da EEM diminuiu 78 GWh em 2009, o que representa um decréscimo de cerca de 12,0% em relação ao ano anterior.

Produção Grupo EEM				
GWh	2009	%	2008	%
Hídrica	135,49	18,4%	79,60	10,7%
Eólica	27,87	3,8%	9,76	1,3%
Térmica	574,96	77,8%	652,94	88,0%
<b>Total</b>	<b>738,32</b>	<b>100,0%</b>	<b>742,30</b>	<b>100,0%</b>

O Custo das aquisições de energia eléctrica a terceiros diminuiu cerca de 15,6% (menos 4.329 milhares de Euros comparativamente a 2008). Esta redução, menos acentuada do que a verificada na rubrica de combustíveis, é explicada, por um lado, pelo ligeiro aumento das quantidades de energia adquirida, mais 0,5% (1,3 GWh) que em 2008, e pela alteração do mix dessas aquisições, nomeadamente, pela redução das compras à Central Térmica do Caniçal (-4,2 GWh face a 2008) e pelo crescimento das aquisições aos restantes produtores de energia renovável (+5,5 GWh).

Aquisições a Terceiros				
GWh	2009	%	2008	%
Hídrica	4,65	1,9%	4,10	1,7%
Eólica	10,86	4,5%	5,50	2,3%
Térmica	188,60	78,3%	192,81	80,5%
Resíduos	36,51	15,2%	37,22	15,5%
Fotovoltaica	0,29	0,1%	-	-
<b>Total</b>	<b>240,91</b>	<b>100,0%</b>	<b>239,63</b>	<b>100,0%</b>

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos apresenta um aumento total de 14,3%, em resultado de uma maior afectação desta rubrica para a realização de investimento por meios próprios.

É importante referir que, em 2009, 59,3% dos FSE dizem respeito a despesas de investimento (trabalhos para a própria empresa) e 40,7% a custos de exploração.

Os Custos com pessoal, apresentam um crescimento de 4,0% face a 2008. Este crescimento deve-se essencialmente, ao aumento das remunerações (em linha com os aumentos verificados no sector) e às progressões nas carreiras previstas no AE da EEM.

As Amortizações e ajustamentos do exercício registaram um aumento global de 3.721 milhares de Euros, dos quais 3.107 milhares de Euros resultam de aumentos de amortizações e 614 milhares de Euros do crescimento dos ajustamentos para clientes de cobrança duvidosa.

No exercício de 2009 foi constituída uma provisão no montante de 3.058 milhares de Euros para riscos associados ao enquadramento regulatório das actividades de transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica.

Os Outros custos operacionais que ascenderam a 14.603 milhares de Euros, são maioritariamente constituídos pelos custos com licenças de CO2 no montante de 5.900 milhares de Euros, bem

como pelo montante de 7.305 milhares de Euros referentes à taxa de ocupação do domínio público municipal da RAM, calculados através da aplicação da taxa de 7,5% sobre as vendas de energia eléctrica em baixa tensão (incluindo Iluminação Pública) na Região Autónoma da Madeira.

## Resultados Financeiros / Extraordinários

Resultados Financeiros / Extraordinários				
€'000	2009	2008	Var.	Var. %
Resultados financeiros	(9.713)	(13.264)	3.551	26,8%
Resultados extraordinários	4.255	5.049	(794)	(15,7%)

Os Resultados financeiros apresentaram um significativo desagravamento de cerca de 26,8% face ao ano anterior. Este facto decorre da queda acentuada das taxas de referência (Euribor), que se verificou a partir do último trimestre de 2008 e que se prolongou durante todo o ano de 2009, tendo as taxas médias anuais, em todos os prazos de referência, sido significativamente inferiores às verificadas no ano anterior.

Os Resultados extraordinários apresentaram um decréscimo de 15,7%. A principal justificação assenta no registo, na rubrica de Custos extraordinários, de uma menos valia contabilística com a venda de licenças de CO<sub>2</sub> no valor de 402 milhares de Euros, por motivo de aplicação da Interpretação Técnica n.º 4.

Na realidade o saldo das compras e vendas de CO<sub>2</sub> gerou um resultado positivo de 41 milhares de Euros, conforme detalhadamente explicado no ponto 3 deste relatório.

No apuramento dos Resultados extraordinários estão também incluídas as amortizações de subsídios ao investimento (2009: 4.516 milhares de Euros; 2008: 4.732 milhares de Euros), que diminuíram em 4,5%, pelo facto de alguns dos subsídios terem chegado ao final do seu período de amortização.

## Meios Libertos

Os Meios libertos, em 2009, apresentam um acréscimo de 24,4% relativamente a 2008, beneficiando da melhoria do desempenho operacional da EEM, bem como do significativo desagravamento dos resultados financeiros, conforme referido anteriormente.

Meios Libertos					
€'000	2009	%	2008	%	Var. %
Resultados líquidos	4.002	11,2%	3.760	13,1%	6,4%
Amortizações e ajustamentos	28.695	80,3%	24.974	86,9%	14,9%
Provisões	3.058	8,5%	-	-	N/A
<b>Total</b>	<b>35.755</b>	<b>100,0%</b>	<b>28.734</b>	<b>100,0%</b>	<b>24,4%</b>



## Contribuições da EEM para o Estado

No ano de 2009, a Empresa e os seus trabalhadores, contribuíram directamente para as receitas do Estado em 15.661 milhares de Euros, sensivelmente em linha com o exercício anterior, conforme apresentado no quadro seguinte:

Contribuições da EEM para o Estado					
€'000	2009	%	2008	%	Var. %
Empresa:					
Impostos s/ os lucros	1.166		953		22,3%
Outros impostos	1.740		3.111		(44,1%)
Encargos sociais	5.861		5.457		7,4%
	<b>8.767</b>	<b>56,0%</b>	<b>9.522</b>	<b>60,3%</b>	<b>(7,9%)</b>
Pessoal:					
IRS	4.180		3.750		11,5%
Encargos sociais	2.714		2.527		7,4%
	<b>6.894</b>	<b>44,0%</b>	<b>6.277</b>	<b>39,7%</b>	<b>9,8%</b>
<b>Total</b>	<b>15.661</b>		<b>15.799</b>		<b>(0,9%)</b>

A rubrica Outros impostos regista um decréscimo de 44,1% pelo facto de em 2008 estarem reflectidos pagamentos efectuados ao Estado, no valor de 2.166 milhares de Euros, relativos à regularização da Taxa de Exploração de Instalações Industriais. Os pagamentos desta taxa no ano 2009 ascenderam a 173 milhares de Euros.

## Valor Acrescentado Bruto

O Valor acrescentado bruto, a preços correntes, alcançou o montante de 83.745 milhares de Euros, traduzindo um aumento de 4,0% comparativamente a 2008.

## Indicadores Económicos e Financeiros

### Estrutura Económica

€'000	2009	2008
Resultados do exercício	4.002	3.760
Vendas e prestação de serviços	152.625	171.441
Meios libertos	35.754	28.734
Amortizações e ajustamentos	28.695	24.974
Custos financeiros	14.756	17.172
Custos com o pessoal	35.141	33.803
Valor acrescentado bruto	83.745	80.555
Emprego (n.º de trabalhadores)	867	866
Produtividade do trabalho	97	93
Encargo médio por trabalhador	41	39
Custos financeiros no VAB	0,18	0,21
Custos com o pessoal no VAB	0,42	0,42
Amortizações e ajustamentos no cash flow	0,80	0,87
Rentabilidade dos capitais próprios	2,6%	2,4%
Rentabilidade das vendas	2,6%	2,2%

### Estrutura Financeira

€'000	2009	2008
Activo circulante	164.185	154.652
Activo de médio e longo prazo	62.415	89.889
Activo fixo	423.943	390.602
Activo total	650.542	635.143
Passivo de curto prazo	142.811	156.913
Passivo a médio e longo prazo	352.907	324.063
Passivo total	495.718	480.977
Passivo bancário	379.860	359.906
Capital próprio*	154.825	154.166
Capitais permanentes	507.732	478.229
Fundo de maneo	21.375	(2.262)
Cobertura do activo fixo pelos capitais próprios	0,37	0,39
Cobertura do activo fixo pelos capitais permanentes	1,20	1,22
Endividamento	0,76	0,76
Autonomia financeira	0,24	0,24
Passivo a médio e longo prazo / capitais permanentes	0,70	0,68
Solvabilidade total	1,31	1,32
Liquidez geral	1,15	0,99

\*Inclui subsídios ao investimento

## 2 - Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração, nos termos do Art.º 19 dos Estatutos da EEM, S.A., propõe que ao Resultado líquido positivo do exercício, no montante de 4.002 milhares de Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Reserva de Investimento	400 milhares de Euros
Resultados Transitados	3.602 milhares de Euros

### 3 - Ambiente

#### Introdução

O Grupo EEM tem vindo a desenvolver a sua actividade de forma sustentável, comprometendo-se a assegurar o cumprimento dos requisitos legais e estatutários em matéria de ambiente, a adoptar medidas de prevenção da poluição e a melhorar continuamente, o seu desempenho ambiental.

É esta a nossa política transcrita no Sistema de Gestão Ambiental, em fase de implementação, que abrange todo o Grupo EEM, pois entendemos o ambiente como um valor fulcral e indissociável da nossa actividade.

O Grupo EEM, enquanto veículo fundamental e base de sustentação da política energética Regional, tem vindo a realizar um conjunto de investimentos, tendo por base as directrizes do Plano Regional de Energia, cuja estratégia se fundamenta e alicerça na sustentabilidade económica e ambiental, na segurança e no abastecimento de energia recorrendo a fontes de energia limpa, no combate às alterações climáticas, na promoção da competitividade da economia regional e na criação de emprego.

O exercício de 2009, veio dar continuidade aos projectos iniciados no ano transacto e ao lançamento de novos desafios de carácter ambiental, tendo as despesas para prevenir, reduzir e reparar danos ambientais alcançado 2.969 milhares de Euros, repartidos pelos seguintes domínios:

Ambiente			
€'000	Investimento	Custos de Exploração	Global
Protecção do Ar e Clima	108	363	471
Gestão de Águas Residuais	150	1	151
Gestão de Resíduos	3	194	197
Redução de Ruídos e Vibrações	3	0	3
Protecção dos Solos, Águas Subterrâneas e Superficiais	0	176	176
Protecção da Biodiversidade e Paisagem	532	5	537
Outros Domínios de Protecção do Ambiente	1.058	375	1.434
<b>Total</b>	<b>1.854</b>	<b>1.115</b>	<b>2.969</b>

Verifica-se que as despesas de investimentos de carácter ambiental cresceram 11,3% (2008: 1.666 milhares de Euros), tendo os custos de exploração ficado em linha com o ano anterior.

## Actividades desenvolvidas

### Produção

#### • Ampliação da Central Térmica da Vitória – CTV III

A ampliação da Central Térmica da Vitória, denominada CTV III, compreende a instalação de 3 grupos dual-fuel de 17 MW, integrados no plano de introdução do gás natural da Madeira, bem como uma turbina a vapor, aproveitando o calor dos novos motores a instalar, constituindo no seu conjunto um ciclo combinado, de forma a melhorar o rendimento global e diminuir o impacto ambiental e económico das emissões gasosas.

A concepção da CTV III teve em conta requisitos relativos ao ambiente com vista a assegurar que, do conjunto das actividades de construção e exploração desta nova nave da Central Térmica da Vitória, não resultam consequências insustentáveis para o ambiente, nem seja posta em risco a segurança ou a saúde das populações.

Os benefícios ambientais decorrentes deste projecto e a futura introdução do gás natural na produção de energia eléctrica, para além de assegurarem uma maior fiabilidade na garantia de fornecimento de energia eléctrica, permitem reduzir substancialmente as emissões atmosféricas, a produção de resíduos perigosos, a carga poluente nas águas residuais e as emissões sonoras. Mesmo com a utilização de fuelóleo nos novos grupos da CTV III, enquanto não for introduzido o gás natural, as melhorias tecnológicas dos motores e dos sistemas de apoio permitirão uma redução substancial das pressões ambientais.

Refira-se ainda que a questão ambiental constitui um dos aspectos centrais do investimento, sendo que a CTV III será dotada das melhores tecnologias disponíveis (MTD), cumprindo, de acordo com a legislação nacional e comunitária aplicável, com os requisitos de qualidade ambiental, designadamente ao nível das emissões.

Em 2009 ficou concluído o edifício, a subestação, os equipamentos comuns da central, tendo sido instalado o primeiro motor.

#### • Comércio Europeu de Licenças de Emissão

A EEM detém duas instalações que estão abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão, a saber: a Central Térmica da Vitória (com o Título de Emissão de Gases com Efeito de Estufa TE GEE.RAM.076.03 II) e a Central Térmica do Porto Santo (com o Título de Emissão de Gases com Efeito de Estufa TE GEE.RAM.075.03 II).

Em 2009, a EEM emitiu um total de 402.980 ton de CO<sub>2</sub> para a atmosfera, apurando assim um excesso de 174.439 licenças de emissão de CO<sub>2</sub> face às licenças atribuídas (577.419 licenças/ano para o período 2008/2012, de acordo com o PNALE II).

Na rubrica Outros custos operacionais, da Conta de Resultados da EEM, encontram-se registados 5.900 milhares de Euros referentes à valorização das emissões verificadas em 2009 e cujas respectivas licenças já estavam na posse da Empresa, correspondendo na sua totalidade a licenças atribuídas pelo Instituto do Ambiente (IA), em 2009.

Na rubrica Subsídios à exploração, estão incluídos 7.918 milhares de Euros referentes à valorização das licenças consumidas e vendidas no exercício, atribuídas gratuitamente pelo IA.

As licenças atribuídas em 2009 foram valorizadas à cotação Bluenext, de 2 de Janeiro de 2009, ascendendo a 14,64 Euros/licença, sendo que as licenças que transitaram de 2008, 33.510 licenças, foram valorizadas a 20,71 Euros/licença. No decorrer do ano de 2009, a EEM procedeu à venda de 124.000 licenças, cuja valorização ascende a 2.019 milhares de Euros (33.510 licenças que transitaram de 2008 e 90.490 licenças atribuídas em 2009).

Na rubrica de Custos extraordinários, encontram-se contabilizados 402 milhares de Euros, referentes à menos valia contabilística resultante das operações de venda de licenças de CO<sub>2</sub> efectuadas ao longo do ano. Esta menos valia contabilística corresponde à diferença entre o valor total das vendas de licenças e o seu valor contabilístico (Imobilizado incorpóreo). As 124.000 licenças foram vendidas por um valor total de 1.617 milhares de Euros, ascendendo o respectivo valor contabilístico a 2.019 milhares de Euros.

A EEM incorreu, ainda, em custos com a gestão das licenças e comissões pelas transacções efectuadas no valor de 43 milhares de Euros, contabilizados em Fornecimentos e serviços externos.

Face aos movimentos ocorridos no ano, estão incluídos na conta de Imobilizado incorpóreo (saldo devedor) e em Outros devedores e credores (saldo credor), 7.129 milhares de Euros, correspondentes às licenças de emissão de 2009 a devolver ao Instituto do Ambiente em 2010 (5.900 milhares de Euros) e às licenças que transitam para o exercício de 2010 (1.229 milhares de Euros).

No que se refere ao número de licenças que transita para 2010 (83.949 licenças), este cumpre o limite imposto pela ERSE, na medida em que é inferior a 30,0% do excesso do ano (diferença entre o número de licenças atribuído e consumido em 2009). Uma vez cumprida esta condição, o efeito total em resultados respeita exclusivamente ao valor do ICO<sub>2</sub> (incentivo à gestão eficiente de licenças de CO<sub>2</sub>), correspondente a metade da diferença entre o preço de venda e a cotação média dos 15 dias anteriores e posteriores à data de venda, ascendendo a 41 milhares de Euros, em 2009.

O valor total de venda foi deduzido aos proveitos permitidos, uma vez que as licenças foram atribuídas gratuitamente, sendo os custos com a gestão e transacções aceites.



O efeito dos movimentos (transacções e emissões) de licenças de CO2 no exercício de 2009 é apresentado no quadro seguinte:

Impacto do CO2 nos resultados da EEM	
€'000	2009
<b>Efeito directo em resultados:</b>	
Vendas no mercado à vista	1.617
Comissões	(43)
	<b>1.574</b>
<b>Efeito via proveitos permitidos:</b>	
Vendas no mercado à vista	(1.617)
Vendas no mercado à vista (ICO2)	41
Comissões	43
	<b>(1.533)</b>
<b>Total</b>	<b>41</b>

Tal como referido nas políticas contabilísticas da EEM (Relatório e Contas), o registo contabilístico das licenças de emissão tem por base o disposto na Interpretação Técnica n.º 4.

- **Plano de Acções para Minimizar os Impactes Ambientais no âmbito da Prevenção e Controlo Integrados da Poluição**

Em 2009, foi concluído o processo de pedido de licenciamento ambiental da Central Térmica da Vitória (CTV I e CTV II), de acordo com o Decreto-lei n.º 173/2008, de 21 de Agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo integrados da poluição, tendo sido emitido, pela Direcção Regional do Ambiente, o Alvará de Licença Ambiental n.º 02/2009 DRAmb em 28 de Dezembro, válido até 28 de Dezembro de 2019.

## Plano de Promoção da Eficiência Energética no Consumo de Energia Eléctrica

O Plano de Promoção da Eficiência no Consumo (PPEC), projecto aprovado pela ERSE, tem como principais objectivos a redução dos consumos de energia eléctrica, assim como a sensibilização para a eficiência energética, consistindo, em campanhas de promoção de lâmpadas de baixo consumo em substituição das lâmpadas incandescentes, para o segmento residencial e, de substituição de 50.000 balastros ferromagnéticos por electrónicos, associados a lâmpadas tipo T8, no segmento do comércio e serviços, incluindo a hotelaria.

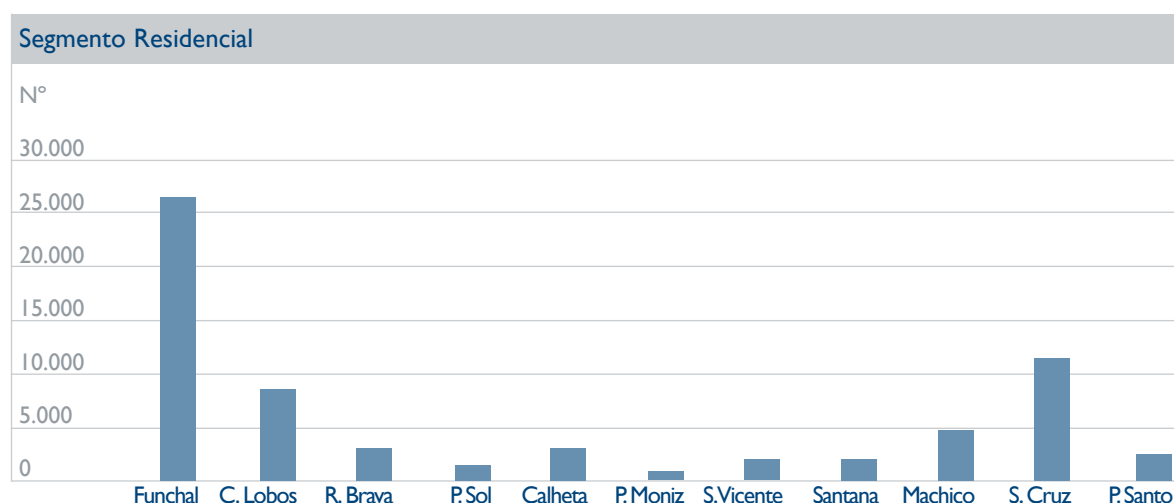
A implementação destas campanhas, que gerou importantes benefícios de ordem energética, económica e ambiental quer para os consumidores que aderiram, quer para a EEM e, consequentemente, para a Região Autónoma da Madeira, passou pelas seguintes principais fases de execução:

- Divulgação e sensibilização;
  - Adaptação do software de facturação;
  - Formação aos colaboradores da EEM;
  - Distribuição das lâmpadas e dos balastros;
  - Monitorização da campanha.
- **Campanha de substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes compactas no segmento residencial**

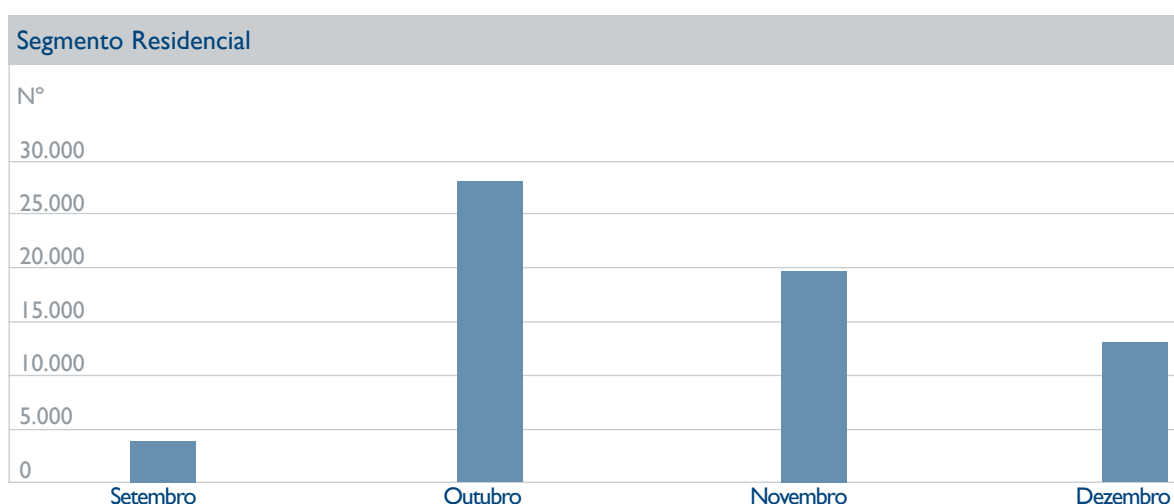
Até ao dia 31 de Dezembro de 2009, a adesão dos consumidores foi significativa, tendo sido levantadas, em toda a Região, 65.104 lâmpadas, por 6.945 clientes, o que representa uma média de 9 lâmpadas por consumidor.

Tendo em conta que o número de lâmpadas disponíveis pela campanha para o sector residencial é de 250.000 unidades, pode-se concluir que a taxa de execução obtida entre Setembro e Dezembro de 2009 foi de 26,0% do plano total.

## Número de lâmpadas distribuídas por concelho, entre Setembro e Dezembro de 2009



## Número de lâmpadas distribuídas entre Setembro e Dezembro de 2009



### • Campanha de substituição de balastros ferromagnéticos por balastros electrónicos na iluminação fluorescente

Até ao dia 31 de Dezembro de 2009, pré-aderiram à campanha 13 clientes do segmento comércio e serviços, perfazendo 1.607 balastros, com uma média de 124 balastros por adesão. Deste total, foram já contratualizados 222 balastros a 5 dos clientes aderentes, o que corresponde a uma média de 44 balastros por cliente. Os restantes aguardam a validação pelo IFDR (Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional), ou pelo respectivo contrato.

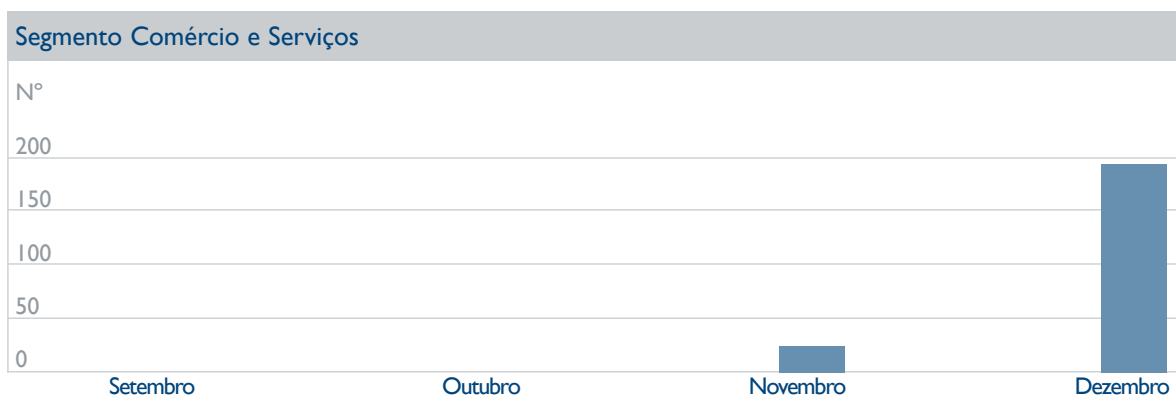


Tendo em conta que o número de balastros disponíveis pela campanha para o sector comércio e serviços é de 50.000 unidades, pode-se concluir que a taxa de balastros solicitados entre Setembro e Dezembro de 2009 foi de 3,2% do plano total. Serão desenvolvidas novas iniciativas de divulgação no sentido de sensibilizar o sector para uma maior adesão face aos benefícios daí decorrentes.

#### Número de balastros distribuídos por concelho, entre Setembro e Dezembro de 2009



#### Número de balastros distribuídos entre Setembro e Dezembro de 2009



## Plano de Promoção do Desempenho Ambiental - medidas voluntaristas

Em 2009, deu-se início ao Plano de Promoção do Desempenho Ambiental, contemplando o triénio 2009-2011, aprovado pela ERSE.

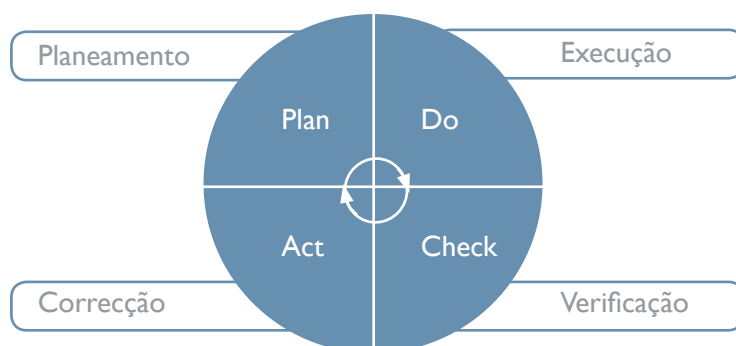
Neste âmbito, as principais actividades desenvolvidas, no exercício de 2009, foram as seguintes:

- **Implementação de um sistema de gestão ambiental na EEM**

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) em implementação na EEM, vem dar resposta à necessidade de dispor de dados actualizados e sistematizados e metodologias de abordagem eficientes para identificar os problemas ambientais, hierarquizar as acções e otimizar os recursos disponíveis no desenvolvimento de acções de minimização dos impactes ambientais negativos, e, desta forma, dotar a Empresa de um instrumento de gestão fundamental para promover a melhoria contínua do seu desempenho ambiental.

A implementação do SGA compreende várias etapas que têm em consideração as especificidades dos serviços da EEM e os requisitos que são necessários cumprir, sendo a metodologia prevista para a implementação deste sistema baseada no modelo de Deming (ou PDCA - Plan, Do, Check, Act), como se representa no esquema seguinte:

### Modelo de Deming (PDCA)



## Etapas de Implementação do Sistema de Gestão Ambiental desenvolvidas em 2009

2. Conceção e planeamento	<p>1.1. Relatório de Diagnóstico</p> <p>2.1. Matriz de Aspectos ambientais</p> <p>2.2. Plano operacional para a Implementação do SGA</p> <p>2.2.1. Definição dos objectivos e metas ambientais para o Programa de Gestão Ambiental</p> <p>2.2.2. Estrutura Organizacional e Documental do SGA</p> <p>2.2.3. Lista das principais actividades a desenvolver</p> <p>2.2.4. Identificação dos responsáveis pelo desenvolvimento das actividades</p> <p>2.2.5. Prazo de execução das actividades</p> <p>2.2.6. Mecanismos de controlo e correcção</p>
	<p>3.1. Manual de Gestão Ambiental</p> <p>3.2. Procedimentos do SGA</p> <p>3.3. Modelos de formulários e impressos do SGA</p> <p>3.4. Plano de formação do SGA</p> <p>3.5. Plano de arquivo do SGA</p> <p>3.6. Plano de Auditorias Internas do SGA</p> <p>3.7. Programa de Gestão Ambiental</p> <p>3.8. Planos de Emergência</p> <p>3.9. Planos de Monitorização</p>

## Cronograma de implementação do SGA para o triénio 2009-2011

[illegible]

Com esta medida, pretende-se avaliar os impactes das linhas de média tensão do Paúl da Serra e do Caniçal sobre a avifauna, em particular sobre a Galinhola *Scolopax rusticola*, Roque-de-castro *Oceanodroma castro* e Alma-negra *Bulweria bulwerii* assim como apresentar medidas correctivas, de modo a reduzir o número de incidentes com estas espécies.

- Prospeção de 7.610 m de linhas de 30 kV e 1.790 m de linhas de 6,6 kV no Paúl da Serra;
- Prospeção de 1.820 m da linha eléctrica do Caniçal;
- Censo à Galinhola no Paúl da Serra em 14 quadrículas (de 2 km de lado);
- Escutas nocturnas ao Roque-de-castro em 19 pontos de escuta.

- Prospeção de 7.610 m de linhas de 30 kV e 1.790 m de linhas de 6,6 kV no Paúl da Serra;
- Prospeção de 1.820 m da linha eléctrica do Caniçal;
- Censo à Galinhola no Paúl da Serra em 14 quadrículas (de 2 km de lado);
- Escutas nocturnas ao Roque-de-castro em 19 pontos de escuta.

- **Diagnóstico e minimização do impacte da iluminação pública sobre as aves marinhas**

Na ilha da Madeira nidificam cinco espécies de aves marinhas que apresentam distintos estatutos de conservação e que têm sido afectadas pela iluminação pública. Destas, destaca-se a Cagarra Calonectris diomedea borealis e o Patagarro Puffinus puffinus, as quais têm registado um maior número de incidentes e, embora em quantidade inferior, a Alma-negra Bulweria bulwerii, o Pintainho Puffinus assimilis e o Roque-de-castro Oceanodroma castro, também têm sido alvo desta problemática.

No âmbito desta medida, em 2009 realizaram-se a compilação e análise de registos de incidentes com aves, visita e censo às aves marinhas em 22 localidades do Arquipélago da Madeira (Caniçal, Machico, Santa Cruz, Caniço, Funchal, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Lugar de Baixo, Ponta do Sol, Madalena do Mar, Calheta, Jardim do Mar, Paúl do Mar, Porto Moniz, Ribeira da Janela, Seixal, São Vicente, Ponta Delgada, São Jorge, Faial, Porto da Cruz e Porto Santo) para identificação de fontes de poluição luminosa.

- **Simulador interactivo de campos electromagnéticos para linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica**

O simulador consiste num software que permite analisar e simular campos eléctricos e magnéticos em linhas de alta tensão. O utilizador tem a possibilidade de configurar diferentes tipos de linhas com diferentes condições e determinar os respectivos campos eléctricos e magnéticos resultantes. Pode também visualizar graficamente essa distribuição ao longo de um determinado plano por ele definido.

Esta ferramenta, permitirá melhorar a adequação do projecto de novas linhas, bem como melhorar a qualidade de informação prestada às populações, quer através da apresentação de resultados para situações típicas, quer pela simulação directa de casos específicos.

A aplicação deste software está diferenciada em quatro etapas principais, cada uma delas inserida num módulo.

Em 2009, durante a fase I, foi efectuada uma pesquisa bibliográfica e analisados dados. Na fase 2, foram realizadas as seguintes acções: definição da estrutura do programa; desenvolvimento dos processadores numéricos e implementação da Interface Gráfica. Finalmente, já na fase 3, foram analisadas e testadas as aplicações, tendo sido elaborado um relatório final.

- **Integração paisagística de redes BT e MT**

A qualidade da paisagem e do ambiente constitui um critério fundamental para a aproximação ao conceito de desenvolvimento sustentável das regiões e faz parte, hoje em dia, da imagem de marca das regiões e das organizações, como é o caso do Grupo EEM. No caso da Região Autónoma da Madeira, a preocupação com o ambiente ganha contornos de grande notoriedade por constituir um destino turístico de qualidade que importa preservar e valorizar.

No entanto, existem várias situações com redes aéreas que, apesar de se encontrarem em razoáveis/boas condições técnicas, suscitam a intervenção nas mesmas por questões ambientais, nomeadamente ao nível da integração paisagística.

#### • Integração paisagística de redes BT

As intervenções efectuadas em 2009 consistiram, fundamentalmente, na transformação de redes aéreas em redes subterrâneas (através da utilização de redes de condutas existentes ou a construir e instalação de armários de distribuição), com substituição ou não de focos de IP e recuperação dos locais afectados pela implantação/desmantelamento de equipamentos de rede, de modo a manter as características da área de envolvente.

Assim, no ano de 2009 foram lançados 4,17 km de rede nova subterrânea, desactivados 3,66 km de rede aérea e substituídos 85 focos de IP.

#### • Integração paisagística de redes MT

As intervenções efectuadas em 2009 consistiram, fundamentalmente, na transformação das redes aéreas MT em redes subterrâneas (através da utilização de redes de condutas existentes ou a construir), no dismantelamento das redes aéreas MT substituídas e na recuperação dos locais afectados pela implantação/desmantelamento de equipamentos de rede, de modo a manter as características da área de envolvente. As obras previstas foram executadas.

Além das quatro intervenções programadas para o ano de 2009, foram ainda executadas, antecipadamente, partes (instalação de rede de condutas) de outras duas (uma prevista para 2010 e outra para 2011), motivadas por intervenções de outras entidades públicas.

Assim, em 2009 foram lançados 3,37 km de rede nova subterrânea e desactivados 3,52 km de rede aérea.

#### **Repartição de custos por medida para o ano de 2009**

Seguidamente apresenta-se a repartição de custos, por medida, dispendidos no exercício de 2009 no PPDA, no valor global de 620.704 milhares de Euros:

Custo por medida dispendidos no exercício de 2009 no PPDA	
€'000	Realização Total
1 - Implementação de um sistema de gestão ambiental na EEM	56.321
2 - Impacto das linhas eléctricas de média tensão em algumas espécies de aves vulneráveis	37.033
3 - Diagnóstico e minimização do impacto da iluminação pública sobre as aves marinhas	15.846
4 - Simulador interactivo de campos electromagnéticos para linhas de transporte e distribuição de energia eléctrica	34.336
5 - Projecto CEM (Parceria com a REN, FFUL e EDA)	0
6 - Integração paisagística de redes de BT	244.667
7 - Integração paisagística de redes de MT	232.501
<b>Total</b>	<b>620.704</b>

## Investimentos que permitem benefícios ambientais

O Grupo EEM, tem vindo a implementar, em consonância com o Plano Energético Regional, um modelo de desenvolvimento do sector eléctrico, assente na sustentabilidade, tendo como objectivo central uma forte aposta na promoção das energias renováveis, na utilização de combustíveis menos poluentes e na utilização racional da energia.

É oportuno, no entanto, relembrar que a Região Autónoma da Madeira, à semelhança das demais ilhas de pequena dimensão, dispõe de um sistema eléctrico isolado, sem capacidade de interligação com outros centros de produção e de consumo, situação que condiciona fortemente a penetração de energias renováveis.

Não obstante os constrangimentos referidos, a Região na via de um futuro com mais e melhor energia e em linha com as directrizes da União Europeia com o objectivo de garantir a regra dos “três vintes” até 2020, tem vindo, progressivamente, a suplantar tais dificuldades, planeando e implementando adequados projectos em várias vertentes do sector eléctrico, especialmente ao nível do parque produtor hídrico/eólico através de uma nova filosofia de exploração das centrais hidroeléctricas existentes, transformando-as em funcionamento reversível através da bombagem, viabilizando uma maior penetração de energia eólica.

Fruto das infraestruturas já realizadas em energias renováveis, em grande medida levadas a cabo por parte do Grupo EEM, a Madeira, em 2009, já produziu energia verde suficiente para assegurar as necessidades de consumo de electricidade de cerca de 81,0% do sector residencial (doméstico) da Região (em 2013 assegurará mais de 100,0%), permitindo, adicionalmente, evitar a emissão anual de 149,2 mil ton de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) e a importação de 48,4 mil ton de fuel.

Neste âmbito, refira-se que a contribuição da energia renovável atingiu, em 2009, na RAM a percentagem de 22,4% (na ilha da Madeira 22,2%), antecipando num ano o objectivo previsto de 22,0% para 2010. Será percorrendo este caminho, devidamente planeado, que a Região irá atingir em 2016/2017, com toda a segurança, o “target” de 30,0% de produção de energia eléctrica com recurso a fontes renováveis.

É, pois, claro que o Grupo EEM, tem vindo a implementar um modelo de desenvolvimento, que contribui para garantir a sustentabilidade do sistema eléctrico regional e, simultaneamente, cumprir, ao nível das melhores práticas, as recomendações e metas da União Europeia no que se refere à protecção do meio ambiente.

Para o futuro, o Grupo EEM já está a desenvolver um conjunto diversificado de investimentos, sendo de destacar pela sua dimensão e impactos económicos e ambientais, as intervenções no domínio hídrico/eólico, a introdução de gás natural na ilha da Madeira e a produção de biocombustível marinho na ilha do Porto Santo os quais, passamos, muito resumidamente a descrever.

### • Energia Hidroelétrica – Ampliação do Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta

O projecto consiste na ampliação do actual Aproveitamento Hidroelétrico da Calheta e na transformação do mesmo em sistema reversível, através da acumulação, retenção e bombagem de água. Para tal, está prevista a construção de uma barragem na ribeira do Alecrim, próxima do Pico da Urze, para criação de uma albufeira de armazenamento, que permita, conjuntamente com bombagens nocturnas, uma regularização compatível com a ampliação de potência do escalão do Paúl.

A optimização do aproveitamento dos recursos endógenos, no qual se integra a associação hídrica/eólica e em particular este projecto, permitir-nos-á dispor de 30 MW de potência hídrica para garantia de cobertura de ponta e integrar 25 MW de potência eólica que se traduzirá num acréscimo de produção renovável, em ano médio, de 90 GWh evitando a emissão de 49.377 ton de CO<sub>2</sub>. Adicionalmente, a grande capacidade da albufeira a criar no Paúl (1.000.000 m<sup>3</sup>), permitirá efectuar alguma regularização dos caudais oriundos de precipitações concentradas que têm vindo a ocorrer com maior frequência.

Os estudos e os projectos encontram-se praticamente concluídos, estando previsto, para Julho de 2010, o lançamento do concurso público internacional para a adjudicação da construção desta importante infraestrutura.

### • Energia Eólica

No ano de 2009, a ENEREEM associada da EEM, concluiu no primeiro trimestre, a montagem dos parques eólicos das Pedras e do Loiral, num total de 15,3 MW de potência instalada, dotados de 12 e 6 aerogeradores, respectivamente, num total de 18 máquinas com potência unitária de 850 kW, instalados em torres de 49 m de altura, sendo o diâmetro do rotor de 52 m, cujo investimento, global, ascendeu a 20,9 milhões de Euros.

Estes parques munidos de comando e controlo remoto, a partir do serviço de Despacho do SEPM, permitem coordenar e otimizar a integração da energia eólica, de natureza intermitente, no sistema produtor da ilha da Madeira.

A concretização destes projectos traduz o evidente compromisso do Grupo EEM em aumentar cada vez mais a relevância das energias renováveis no mix energético da Região Autónoma da Madeira, cumprindo com a estratégia definida pela Vice-Presidência do Governo Regional no que concerne à Política Energética.

A produção dos 3 parques em exploração no Paúl da Serra ascendeu a 26.490.341 kWh, representando um acréscimo de 249,0% relativamente ao ano anterior, essencialmente, em resultado da operação dos parques das Pedras e do Loiral. Estes parques em conjunto, asseguraram 70,6% do total disponibilizado por esta fonte de energia, na rede da ilha da Madeira.

Em termos ambientais, a contabilização das emissões evitadas pela exploração destes parques, no ano de 2009, ascende a: 18.500 ton de CO<sub>2</sub>, 78 ton de SO<sub>2</sub>, 320 ton de NO<sub>x</sub> e 4,8 ton de partículas, evitando o consumo de 5.900 ton de fuelóleo.

No ano de 2009, a produção do parque instalado no Porto Santo ascendeu a 1.175.982 kWh, evidenciando um acréscimo de 28,0% relativamente ao ano transacto. Este melhor desempenho é consequência directa e exclusiva da melhoria do recurso eólico registado nesta ilha durante o ano de 2009. A emissão de energia eólica no Porto Santo, assegurada em conjunto com o parque eólico da EEM, atingiu 1.820.512 kWh, representando 6,5% do total da energia eléctrica produzida, melhorando a sua contribuição para o mix energético comparativamente ao ano anterior (4,7%).

Em termos ambientais a contabilização das emissões evitadas pela entrada em exploração deste parque ascende a: 822 ton de CO<sub>2</sub>, 3,5 ton de SO<sub>2</sub>, 14,2 ton de NO<sub>x</sub> e 0,2 ton de partículas, evitando o consumo de 260 ton de fuelóleo.

#### • **Biocombustível Marinho - Captura de CO<sub>2</sub>**

O projecto, a desenvolver em parceria com a empresa espanhola e tecnóloga Bio Fuel System, S.A., consiste na instalação de uma unidade de produção de biocombustível, no Porto Santo, com uma capacidade de produção de 17.000 ton/ano de biopetróleo. Esta unidade visa substituir o fuelóleo actualmente utilizado no Porto Santo e tornar a ilha electricamente auto-suficiente a médio prazo, com base num recurso energético ilimitado, limpo e ecológico. A escolha do Porto Santo para ser pioneira nesta matéria a nível regional, justificou-se pelo facto de ser uma ilha com baixa penetração de energias renováveis e por não haver possibilidade de instalar equipamentos hidroeléctricos. O biopetróleo será utilizado pelos actuais grupos electroprodutores existentes na Central Térmica do Porto Santo, implicando apenas uma pequena adaptação.

Com este projecto, pretende-se tornar o Porto Santo, numa ilha auto-sustentável do ponto de vista eléctrico, invertendo a situação de total dependência de combustíveis fósseis na produção de energia. Trata-se de uma unidade industrial, pioneira a nível mundial, detentora de uma tecnologia emergente (disponibilizada pela BFS), limpa e sustentável para capturar em contínuo o CO<sub>2</sub> da atmosfera (emitido pelas indústrias e pelo seu próprio sistema), transformando-o num biocombustível na presença de micro algas, garantindo a captação de mais CO<sub>2</sub> do que o CO<sub>2</sub> originado, obtendo-se uma redução de 6.800.000 Euros/ano na importação de combustíveis fósseis e evitando uma emissão anual de 60.000 ton/CO<sub>2</sub>. Com este processo produtivo inovador, pretende-se atingir uma taxa de energias limpas superior a 90,0%, contribuindo para a criação de uma nova imagem de marca turística para o Porto Santo, ILHA VERDE, para o surgimento de um novo cluster tecnológico e para o aumento da oferta de emprego.

Este projecto terá o seu início de realização a partir do segundo semestre de 2010, estando prevista a primeira produção de biocombustível para o último trimestre de 2011.



- **Projecto GNL (Gás Natural Liquefeito)**

No decurso de 2009, concluíram-se os estudos, projectos e adaptação de legislação visando a introdução de gás natural na Madeira, tendo-se obtido também os licenciamentos quer industrial quer ambiental. Foi concluído o processo para permitir o lançamento do Concurso Público Internacional de EPC do Terminal de GNL da Madeira no próximo mês de Maio.

Este projecto, constitui uma medida estruturante com impacto muito significativo no desenvolvimento de toda a economia regional, contribuindo de forma extraordinária para a protecção do ambiente, respondendo positivamente às metas estabelecidas internacionalmente, permitindo ainda, diversificar as fontes de aprovisionamento, o que, dada a envolvente internacional que caracteriza os mercados energéticos actuais, constitui um inegável factor de segurança.

Para termos uma perspectiva da importância da introdução desta matéria-prima, se considerarmos uma produção anual de 400 GWh a gás natural (o que representa cerca de 50,0% da produção térmica da RAM em 2009), obteríamos uma redução anual aproximada de 156.000 ton de CO<sub>2</sub>, 2.000 ton de SO<sub>2</sub>, 680 ton de NOX e 40 ton de partículas.

O gás natural a importar para abastecimento da Madeira, destina-se, por um lado, e maioritariamente, à produção de electricidade, e, por outro, ao consumo dos sectores industrial, terciário e doméstico, através de uma ou diversas redes de distribuição a construir. Espera-se, também, abastecer o sector dos transportes, designadamente os transportes públicos rodoviários.

A produção de electricidade a gás natural deverá representar, no primeiro ano de operação do terminal, cerca de 24,0% do total, crescendo gradualmente, podendo atingir os 63,0%, correspondendo a um consumo de 84 mil m<sup>3</sup> e 500 mil m<sup>3</sup> de GNL, respectivamente.



## 4 - Considerações Finais

Ao terminar o Relatório e Contas referente à actividade desenvolvida pela Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., o Conselho de Administração deseja expressar uma palavra de agradecimento pelas diversas formas de apoio e colaboração prestadas por todas as entidades com quem teve o prazer de contactar, destacando em particular o Governo Regional, na qualidade de accionista único e em particular o Exmo. Senhor Vice-presidente do Governo que tutela o sector da energia.

Manifesta também o seu reconhecimento à Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único, pela cooperação e disponibilidade permanente, exercendo sempre uma contribuição positiva para o progresso e controlo das actividades da Empresa.

Uma referência especial aos trabalhadores da EEM pela dedicação, zelo, competência e profissionalismo demonstrados ao serviço e desenvolvimento da Empresa.

Aos nossos clientes, agradecemos a confiança demonstrada e reafirmamos o nosso inequívoco empenhamento em aperfeiçoar e melhorar o serviço que prestamos.

O Conselho de Administração:

Rui Alberto Faria Rebelo (Presidente)

João Heliodoro da Silva Dantas (Vice-Presidente)

Mário Eugénio Jardim Fernandes (Vogal)





# Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

**EEM - Empresa de Electricidade da Madeira****Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2009 e 2008**

		(Valores expressos em Euros)	
	Notas	2009	2008
<b>Activo</b>			
Imobilizações corpóreas	2	394.437.878	363.459.874
Imobilizações incorpóreas	3	11.159.490	14.308.033
Investimentos financeiros	4	18.345.167	12.834.377
Activos por impostos diferidos	13	15.975	-
Clientes e outros devedores	5	127.852.036	127.527.860
Existências	6	14.066.707	14.800.663
Acréscimos e diferimentos	7	83.878.751	101.210.942
Caixa e bancos		786.428	1.000.774
Total do Activo		<u>650.542.432</u>	<u>635.142.523</u>
<b>Capitais Próprios</b>			
Capital social	8	20.000.000	20.000.000
Reservas e resultados transitados	9	93.568.661	89.805.932
Resultado líquido		4.001.665	3.760.029
Total dos Capitais Próprios		<u>117.570.326</u>	<u>113.565.961</u>
Interesses minoritários	10	<u>141.051</u>	<u>115.609</u>
<b>Passivo</b>			
Empréstimos bancários	11	379.859.594	359.905.544
Provisões	12	37.077.041	35.703.407
Passivos por impostos diferidos	13	1.193.261	1.107.143
Fornecedores e outros credores	14	63.819.684	66.701.949
Acréscimos de custos	15	13.768.198	17.558.485
Proveitos diferidos	16	37.113.277	40.484.425
Total do Passivo		<u>532.831.055</u>	<u>521.460.953</u>
Total dos Capitais Próprios e Passivo		<u>650.542.432</u>	<u>635.142.523</u>

O TÉCNICO DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras



## EEM - Empresa de Electricidade da Madeira

Demonstração dos Resultados Consolidados  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

		(Valores expressos em Euros)	
	Notas	2009	2008
<b>Proveitos operacionais</b>			
Vendas	17	152.291.931	171.218.320
Outros proveitos operacionais	18	29.614.441	33.516.355
		<u>181.906.372</u>	<u>204.734.675</u>
<b>Custos operacionais</b>			
Custo das vendas	17	73.184.563	101.685.595
Custos com o pessoal		35.140.592	33.802.828
Fornecimentos e serviços externos		16.585.877	14.507.888
Amortizações e ajustamentos	2, 3 e 5	28.694.612	24.974.339
Provisões	12	3.058.000	-
Outros custos operacionais	19	14.604.156	16.917.476
		<u>171.267.800</u>	<u>191.888.126</u>
Resultado operacional		<u>10.638.572</u>	<u>12.846.549</u>
<b>Outros proveitos / (custos)</b>			
Proveitos e custos financeiros	20	(10.201.524)	(13.769.517)
Resultados em empresas associadas		488.097	506.784
Outros proveitos	21	4.717.101	5.074.858
Outros custos	24	(462.278)	(26.349)
		<u>(5.458.604)</u>	<u>(8.214.224)</u>
Resultado antes de impostos		5.179.968	4.632.325
Imposto sobre lucros	22	1.152.861	845.798
Resultado depois de impostos		<u>4.027.107</u>	<u>3.786.527</u>
Interesses minoritários	10	25.442	26.498
		<u>4.001.665</u>	<u>3.760.029</u>

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

**EEM - Empresa de Electricidade da Madeira****Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008**

(Valores expressos em Euros)

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	165.209.329	145.315.747
Pagamentos a fornecedores	(78.305.231)	(104.191.240)
Pagamentos ao pessoal e pensionistas	(35.113.983)	(32.812.036)
Pagamento de impostos sobre lucros	(406.076)	(1.024.935)
Outros pagamentos e recebimentos	5.565.368	10.114.904
	<u>56.949.407</u>	<u>17.402.440</u>
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento</b>		
Recebimentos provenientes de imobilizações	1.604.450	2.423.000
Pagamentos a fornecedores de imobilizado	(63.417.958)	(58.945.031)
Aquisições de participações financeiras	(5.522.693)	(6.530.767)
Empréstimos a participadas	(74.959)	(72.639)
Recebimento de dividendos	868.938	1.058.139
Recebimento de juros	2.807.342	1.995.317
	<u>(63.734.880)</u>	<u>(60.071.981)</u>
<b>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</b>		
Empréstimos obtidos / (Reembolsos de empréstimos)	19.954.050	60.194.652
Pagamento de juros	(15.117.156)	(16.770.443)
Outros recebimentos / (pagamentos)	1.734.233	(591.032)
	<u>6.571.127</u>	<u>42.833.177</u>
 Variação líquida em caixa e equivalentes	 (214.346)	 163.636
Caixa e equivalentes no início do período	<u>1.000.774</u>	<u>837.138</u>
Caixa e equivalentes no fim do período	<u>786.428</u>	<u>1.000.774</u>

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras



## EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.

Balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

		(Valores expressos em Euros)	
	Notas	2009	2008
<b>Activo</b>			
Imobilizações corpóreas	2	368.616.160	338.573.831
Imobilizações incorpóreas	3	11.159.490	14.308.033
Investimentos financeiros	4	20.850.876	15.254.966
Clientes e outros devedores	5	129.857.944	129.228.702
Existências	6	14.027.307	14.760.834
Acréscimos e diferimentos	7	83.776.800	101.212.311
Caixa e bancos		759.587	780.679
Total do Activo		629.048.164	614.119.356
<b>Capitais Próprios</b>			
Capital social	8	20.000.000	20.000.000
Reservas e resultados transitados	9	93.568.661	89.805.932
Resultado líquido		4.001.665	3.760.029
Total dos Capitais Próprios		117.570.326	113.565.961
<b>Passivo</b>			
Empréstimos bancários	11	359.046.628	342.740.470
Provisões	12	37.077.041	35.259.356
Passivos por impostos diferidos	13	1.009.497	1.107.143
Fornecedores e outros credores	14	63.729.630	63.577.209
Acréscimos de custos	15	13.669.407	17.575.472
Proveitos diferidos	16	36.945.635	40.293.745
Total do Passivo		511.477.838	500.553.395
Total dos Capitais Próprios e Passivo		629.048.164	614.119.356

O TÉCNICO DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras



**EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.****Demonstração dos Resultados**  
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

		(Valores expressos em Euros)	
	Notas	2009	2008
<b>Proveitos operacionais</b>			
Vendas	17	152.307.861	171.234.783
Outros proveitos operacionais	18	29.454.815	33.440.643
		<u>181.762.676</u>	<u>204.675.426</u>
 <b>Custos operacionais</b>			
Custo das vendas	17	75.399.307	102.575.365
Custos com o pessoal		35.034.963	33.779.071
Fornecimentos e serviços externos		16.287.940	14.345.778
Amortizações e ajustamentos	2, 3 e 5	27.492.386	24.513.350
Provisões	12	3.058.000	-
Outros custos operacionais	19	14.569.063	16.904.369
		<u>171.841.659</u>	<u>192.117.933</u>
Resultado operacional		<u>9.921.017</u>	<u>12.557.493</u>
 <b>Outros proveitos / (custos)</b>			
Proveitos e custos financeiros	20	(9.920.501)	(14.975.712)
Resultados em empresas associadas		833.376	1.707.106
Outros proveitos	21	4.694.017	5.030.347
Outros custos	24	(460.708)	(24.305)
		<u>(4.853.816)</u>	<u>(8.262.564)</u>
 Resultado antes de impostos		5.067.201	4.294.929
Imposto sobre lucros	22	1.065.536	534.900
Resultado depois de impostos		<u>4.001.665</u>	<u>3.760.029</u>

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras



## EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.

### Demonstração dos Fluxos de Caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	(Valores expressos em Euros)	
	2009	2008
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	165.494.446	145.262.790
Pagamentos a fornecedores	(81.023.851)	(104.570.070)
Pagamentos ao pessoal e pensionistas	(35.018.989)	(32.788.386)
Pagamento de impostos sobre lucros	(173.369)	(986.646)
Outros pagamentos e recebimentos	5.970.983	10.188.850
	<u>55.249.220</u>	<u>17.106.538</u>
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento</b>		
Recebimentos provenientes de imobilizações	1.604.450	2.423.000
Pagamentos a fornecedores de imobilizado	(57.414.687)	(46.344.090)
Aquisições de participações financeiras	(5.522.691)	(6.530.767)
Empréstimos a participadas	142.805	301.922
Recebimento de dividendos	868.938	1.058.139
Recebimento de juros	2.706.032	696.008
	<u>(57.615.153)</u>	<u>(48.395.788)</u>
<b>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</b>		
Empréstimos obtidos / (Reembolsos de empréstimos)	16.306.158	48.562.008
Pagamento de juros	(14.695.671)	(16.709.303)
Outros recebimentos / (pagamentos)	734.354	(593.693)
	<u>2.344.841</u>	<u>31.259.012</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	(21.092)	(30.238)
Caixa e equivalentes no início do período	780.679	810.917
Caixa e equivalentes no fim do período	<u>759.587</u>	<u>780.679</u>

## EEM - Empresa de Electricidade da Madeira

Notas às Demonstrações Financeiras  
em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

### I Políticas contabilísticas

#### I.1 Actividade e bases de apresentação

A EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (EEM) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 12/74, de 17 de Janeiro, na figura de Empresa Pública (E.P.), tendo por objectivo a produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica na Região Autónoma da Madeira. A sua sede social é no Funchal, na Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses, n.º 32.

De acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 14/94/M, publicado no Diário da República de 3 de Junho de 1994, a EEM foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo a denominação alterada para EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A..

A EEM rege-se pelos referidos Decretos, pelos seus estatutos, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objecto da sociedade.

No dia 25 de Março de 2002, foi publicado o Decreto-Lei n.º 69/2002, que estendeu às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira a regulação, pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica. Durante o ano de 2002, a ERSE adaptou os regulamentos do sector eléctrico, nomeadamente o Regulamento de Tarifário, de forma a estender a sua aplicação às Regiões Autónomas, e proceder à gradual uniformização do tarifário no território nacional a partir de 1 de Janeiro de 2003, atendendo aos princípios da uniformidade tarifária e do equilíbrio financeiro das empresas produtoras e distribuidoras de energia eléctrica. Desta forma, as tarifas aplicadas pela EEM a partir de 1 de Janeiro de 2003 foram definidas pela ERSE, sendo também esta entidade responsável pelo cálculo da comparticipação paga à EEM a partir desta data relativa à redução das suas tarifas (ver nota 1.3).

Em Novembro de 1997, foi constituída a sociedade Casa da Luz – Empreendimentos Turísticos Similares, Unipessoal, Lda. (Museu - Casa da Luz), detida integralmente pela EEM (ver nota 4).

Em Agosto de 1998, foi constituída a sociedade Emacom - Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda. (Emacom), detida integralmente pela EEM (ver nota 4).

Em Setembro de 1998, foi constituída a sociedade Enereem - Energias Renováveis, Lda. (Enereem), na qual a EEM detém uma participação directa de 85% e indirecta de 7,5% através do Museu - Casa da Luz (ver nota 4).



## **Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 reflectem os activos, passivos e resultados da EEM e das suas subsidiárias, Museu – Casa da Luz, Emacom e Enereem, e os resultados atribuídos à EEM referentes às participações em empresas associadas. Estas políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente em todas as empresas do Grupo EEM.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em euros e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações da empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, da consistência, da substância sob a forma, da materialidade e da especialização dos exercícios, de modo a que as demonstrações financeiras evidenciem uma imagem verdadeira e adequada dos resultados da EEM.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião de Conselho de Administração em 31 de Março de 2010.

## **Participações financeiras em subsidiárias**

As participações financeiras em empresas subsidiárias, nas quais a EEM detém, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto ou detém o poder de gerir a política financeira e operacional, são consolidadas pelo método de consolidação integral. As subsidiárias são incluídas na consolidação desde o momento em que o controlo é adquirido até ao momento em que o mesmo termina.

## **Participações financeiras em associadas**

As participações financeiras em empresas associadas, nas quais a EEM detém entre 20% e 50% dos direitos de voto ou detém o poder de exercer influência significativa sobre a política financeira e operacional, são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Nesta base, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a percentagem do total dos proveitos e custos reconhecidos desde a data em que a EEM adquiriu a influência significativa até à data em que a mesma termina.

## **Saldos e transacções eliminadas na consolidação**

Os saldos e transacções entre as empresas do Grupo EEM, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizados resultantes dessas transacções, são eliminados no processo de consolidação. Os ganhos e perdas não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo EEM nessas entidades.

## **Outras participações financeiras**

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo EEM detém uma percentagem de direitos de voto inferior a 20% e nas quais não detém influência significativa sobre a política financeira e operacional, são contabilizadas ao custo de aquisição. Sempre que eventos ou circunstâncias indiciem que o valor contabilístico excede o valor recuperável, são reconhecidas perdas por imparidade por contrapartida de resultados.

Os dividendos distribuídos por estas empresas são registados em resultados no momento do seu recebimento.

## **Contabilização, em base individual, das participações financeiras em subsidiárias**

Em base individual, os investimentos em subsidiárias e associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com disposto na Directriz Contabilística n.º 9.

### **I.2 Reconhecimento de custos e proveitos**

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

As rubricas de proveitos compreendem os montantes facturados na venda de energia eléctrica e na prestação de serviços relacionados, líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

A venda de energia eléctrica é considerada como proveito no período em que ocorrem os respectivos consumos, independentemente da data de facturação. A facturação é efectuada numa base mensal, de acordo com as tarifas estabelecidas pela ERSE. Os proveitos relativos a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data do balanço, são registados por estimativa com base nos consumos reais.

### **I.3 Subsídios à exploração**

#### **Compensação relativa à convergência tarifária**

Os subsídios de entidades governamentais, destinados a compensar a redução do tarifário de energia eléctrica, têm como base o protocolo estabelecido em 1998 entre o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República. Este protocolo, válido para o triénio de 1998 a 2000, foi posteriormente alargado aos anos de 2001 e 2002.

Durante o mês de Abril de 2003, foi celebrado o Contrato Relativo à Convergência Tarifária da Energia Eléctrica entre a EEM, o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República. Este contrato estabelece as regras relativas ao pagamento à EEM dos montantes referentes à compensação pela redução do tarifário para os anos de 1998 a 2002, revogando o protocolo anterior e mantendo, na sua essência, a metodologia de cálculo da compensação pela redução do tarifário nesse período.

De acordo com o referido contrato, a compensação atribuível à EEM até 2002 é apurada pela diferença entre as receitas a custo padrão (receitas que a EEM obteria se o nível de tarifário fosse definido por forma a cobrir os respectivos custos padrão) e as receitas com o tarifário em vigor (receitas obtidas pela aplicação, em cada ano, do tarifário em vigor), considerando-se para este efeito como custos padrão das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica, os custos determinados pela aplicação das regras definidas no processo de convergência dos tarifários.

Nos termos do Regulamento Tarifário, os subsídios atribuídos à EEM para efeitos da convergência tarifária de anos posteriores a 2002, são registados por contrapartida de resultados no exercício em que a referida convergência é imputável, com base no princípio da equidade tarifária entre os consumidores do Continente e da Região Autónoma da Madeira.



## **Plano de promoção da eficiência no consumo de energia**

Os subsídios concedidos pela ERSE, destinados a financiar o Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia (PPEC), são registados em resultados quando existem garantias razoáveis quanto ao seu recebimento.

### **1.4 Clientes e outros devedores**

Os saldos a receber de clientes e outros devedores são apresentados no balanço deduzidos das perdas por imparidade que lhes estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada às dívidas de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante de perda estimada, num período subsequente.

### **1.5 Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira em que não é contratada a fixação de câmbio, são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são registados ao custo histórico, tendo por base a taxa de câmbio na data da transacção.

As transacções em moeda estrangeira em que é contratada a fixação de câmbio são registadas no balanço ao contravalor em euros do câmbio fixado, sendo os custos incorridos com a operação de fixação reconhecidos em resultados ao longo do prazo da operação.

### **1.6 Existências**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizados ao custo médio ponderado.

### **1.7 Imobilizações incorpóreas**

As imobilizações incorpóreas são registadas ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade. As despesas incorridas com estudos técnicos efectuados por terceiros e com os elementos de propriedade industrial são capitalizadas como imobilizações incorpóreas. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos:

	N.º de anos
• Estudos técnicos	3
• Propriedade industrial	33
• Outras imobilizações incorpóreas	22

A rubrica Outras imobilizações incorpóreas inclui, essencialmente, os juros pagos referentes a empréstimos obtidos especificamente para o financiamento de projectos de investigação relacionados com a produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica, conforme referido na nota 3.

## I.8 Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição ou de construção ou ao valor reavaliado, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A EEM reavaliou o seu imobilizado ao abrigo dos seguintes diplomas legais: DL 430/78, DL 219/82, DL 399-G/84, DL 118-B/86, DL 111/88, DL 49/91, DL 264/92 e DL 31/98.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes às taxas anuais permitidas para efeitos fiscais, previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos, os quais não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	N.º de anos
• Edifícios e outras construções	10 a 50
• Equipamento básico e outras instalações	6 a 25
• Equipamento de transporte	4 a 6
• Ferramentas e utensílios	4 a 10
• Equipamento informático	4 a 10
• Equipamento administrativo e outros equipamentos	8 a 20

## I.9 Imobilizado em locação financeira

Os contratos de locação financeira são classificados como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

### Locações operacionais

Os pagamentos efectuados no âmbito dos contratos de locação operacional são registados em resultados nos períodos a que dizem respeito.

### Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, o qual é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é reconhecido em resultados; e (ii)



pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos em resultados ao longo do período da locação, com o objectivo de reflectirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

### **1.10 Capitalização de juros de financiamento**

Os juros referentes a empréstimos obtidos especificamente para financiamento da aquisição ou construção de imobilizações incorpóreas e corpóreas são capitalizados. O valor destes juros é calculado tendo em consideração a aplicação de uma taxa de juro média dos empréstimos sobre o valor médio das imobilizações em curso, líquidas de subsídios ao investimento. A capitalização de juros cessa no momento em que o imobilizado entra em exploração, sendo a amortização efectuada pelo seu período de vida útil.

### **1.11 Subsídios ao investimento**

Os subsídios recebidos de entidades governamentais e comunitárias, destinados a financiar a aquisição ou construção de imobilizações, são registados como passivos e reconhecidos em resultados de forma sistemática durante o período de vida útil do imobilizado correspondente. Estes subsídios apenas são contabilizados no momento do seu recebimento.

### **1.12 Pensões de reforma**

Em conformidade com o Acordo de Empresa, foi assumida a responsabilidade relativa a complementos de reforma e pré-reforma para os trabalhadores que se encontravam abrangidos pela Caixa Nacional de Pensões à data do respectivo Acordo. A responsabilidade referida corresponde à diferença entre a pensão de reforma por limite de idade ou invalidez atribuída pelas Instituições de Previdência e o último vencimento auferido pelo trabalhador.

O plano de pensões referido consiste num plano de benefícios definidos, cujas responsabilidades são estimadas com base num estudo actuarial independente, utilizando o Método de Crédito da Unidade Projectada, a fim de determinar o valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes. A responsabilidade é mensurada ao valor presente dos ex-fluxos futuros de cash flows, determinado com base em taxas de juro de aplicações financeiras com prazos de conclusão/término similares aos prazos da responsabilidade.

O registo contabilístico das responsabilidades relativas ao plano de pensões é efectuado nos termos definidos pela Directriz Contabilística n.º 19, sendo os ganhos e perdas actuariais registados em resultados no período em que ocorrem.

Conforme definido nas disposições transitórias da Directriz Contabilística n.º 19, as responsabilidades por serviços passados de trabalhadores ainda no activo, calculadas à data de entrada em vigor da referida Directriz, foram registadas em custos diferidos, sendo amortizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004 pelo período médio de serviço remanescente, estimado nessa data em oito anos.

A EEM mantém uma apólice de seguro para cobrir parte da responsabilidade do plano de pensões. As variações no valor de mercado da apólice são registadas nas contas de custos e proveitos nos períodos em que ocorrem.



### **I.13 Impostos sobre lucros**

A EEM e as suas subsidiárias estão sujeitas ao regime fiscal consagrado pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

De acordo com a legislação portuguesa, as declarações de impostos sobre lucros e outros impostos podem ser sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais nos quatro anos subsequentes ao ano a que respeitam (Segurança Social: cinco anos).

Os impostos sobre os lucros correspondem aos impostos correntes e aos impostos diferidos. Os impostos sobre os lucros são reconhecidos nos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado, de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data do balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

### **I.14 Trabalhos para a própria empresa**

Os custos incorridos na construção de imobilizações por administração directa, essencialmente constituídos por materiais, custos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos, são registados de acordo com as suas naturezas na demonstração dos resultados, sendo posteriormente imputados, com base em critérios específicos, às referidas imobilizações por contrapartida desta rubrica.

### **I.15 Activos e passivos regulatórios (compensação de tarifário)**

Em actividades sujeitas a regulação, os métodos de alocação de custos e proveitos aos períodos contabilísticos podem divergir dos métodos contabilísticos geralmente adoptados em actividades não reguladas.

Os activos e passivos regulatórios são registados por contrapartida de resultados e dizem respeito a custos ou proveitos diferidos definidos e regulados pelo Regulador, que serão recuperados através do aumento ou diminuição das tarifas de electricidade em períodos subsequentes.

O Conselho de Administração assume pressupostos, relativamente à recuperação da compensação de tarifário, baseados nos regulamentos emitidos, na legislação em vigor e na experiência passada. Caso se determine que a probabilidade de recuperação da compensação de tarifário é menos que provável, a mesma será anulada por contrapartida de resultados do exercício.



## **1.16 Provisões**

São reconhecidas provisões quando: (i) a EEM tem uma obrigação presente, legal ou construtiva; (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

## **1.17 Licenças de emissão de CO2**

A EEM detém licenças de emissão de CO2 para fazer face às emissões que resultam da sua actividade operacional. As licenças de emissão de CO2 detidas para consumo próprio e atribuídas a título gratuito são reconhecidas como um activo incorpóreo no momento da atribuição, por contrapartida da rubrica de Proveitos diferidos - Subsídios, sendo valorizadas com base na cotação de mercado na data de referência da sua atribuição.

As licenças adquiridas em mercado para efeitos da liquidação da responsabilidade resultante dos consumos efectuados, são registadas como um activo incorpóreo ao seu custo de aquisição.

A utilização das licenças é baseada nas emissões de gases com efeito de estufa ocorridas no ano, valorizadas com base no custo histórico das licenças, em conformidade com o disposto na Interpretação Técnica n.º 4 - Direitos de emissão de gases com efeito de estufa, de 26 de Abril de 2006. Quando as emissões do ano excedem o montante de licenças de emissão de CO2 em carteira, é registada uma provisão pelo montante necessário para adquirir as licenças em falta na data de balanço.

A amortização dos subsídios é efectuada no exercício em que estes são atribuídos, na mesma proporção dos consumos. Nos termos da regulação definida pela ERSE, o proveito diferido associado às licenças atribuídas a título gratuito e não consumidas é reclassificado para uma rubrica de Fornecedores e outros credores, na medida em que este passivo constitui uma responsabilidade para com o Sistema Eléctrico, o qual será regularizado no decorrer do período do Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão II (2008-2012).

## **1.18 Instrumentos financeiros derivados**

A EEM procede à contratação de instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro associado à sua carteira de empréstimos bancários, de forma a reduzir a variabilidade dos respectivos encargos financeiros.

Os ganhos ou perdas resultantes de alterações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados contabilizados como de cobertura, apenas são reconhecidos em resultados à medida que o juro associado aos empréstimos bancários cobertos é reconhecido em resultados.

Os ganhos ou perdas resultantes de alteração no justo valor de instrumentos financeiros derivados para negociação são registados, em cada data de balanço, por contrapartida de resultados do exercício.

## **1.19 Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data do balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

## 2 Imobilizações corpóreas

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Grupo</b>		<b>Individual</b>	
	<b>2009 Euros</b>	<b>2008 Euros</b>	<b>2009 Euros</b>	<b>2008 Euros</b>
<b>Valor bruto:</b>				
Terrenos	6.422.029	6.009.176	6.422.029	6.009.176
Edifícios e outras construções	187.153.340	180.826.089	183.943.088	177.686.700
Equipamento básico e outras instalações	505.815.190	439.222.230	478.722.678	433.415.309
Equipamento de transporte	226.374	213.374	182.261	182.261
Ferramentas e utensílios	2.174.856	2.129.795	2.174.856	2.129.795
Equipamento administrativo	20.418.035	17.761.873	20.267.764	17.642.261
Outros equipamentos	13.524.570	12.005.365	13.524.570	12.005.365
Património artístico	68.390	65.690	-	-
Imobilizações em curso	21.270.634	41.312.777	21.270.634	22.046.676
	<u>757.073.418</u>	<u>699.546.369</u>	<u>726.507.880</u>	<u>671.117.543</u>
<b>Amortizações acumuladas:</b>				
Relativas ao exercício	(26.549.045)	(23.469.355)	(25.348.008)	(23.012.713)
Relativas a exercícios anteriores	(336.086.495)	(312.617.140)	(332.543.712)	(309.530.999)
	<u>(362.635.540)</u>	<u>(336.086.495)</u>	<u>(357.891.720)</u>	<u>(332.543.712)</u>
	<u>394.437.878</u>	<u>363.459.874</u>	<u>368.616.160</u>	<u>338.573.831</u>



Os movimentos na rubrica de Imobilizações corpóreas para o Grupo, durante o ano de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
<b>Valor bruto:</b>					
Terrenos	6.009.176	306.692	-	106.161	6.422.029
Edifícios e outras construções	180.826.089	81.641	-	6.245.610	187.153.340
Equipamento básico e outras instalações	439.222.230	16.457.569	-	50.135.391	505.815.190
Equipamento de transporte	213.374	13.000	-	-	226.374
Ferramentas e utensílios	2.129.795	45.061	-	-	2.174.856
Equipamento administrativo	17.761.873	1.843.136	-	813.026	20.418.035
Outros equipamentos	12.005.365	997.098	-	522.107	13.524.570
Património artístico	65.690	2.700	-	-	68.390
Imobilizações em curso	41.312.777	38.042.648	-	(58.084.791)	21.270.634
	<u>699.546.369</u>	<u>57.789.545</u>	<u>-</u>	<u>(262.496)</u>	<u>757.073.418</u>
<b>Amortizações acumuladas:</b>					
Edifícios e outras construções	63.541.259	5.089.237	-	-	68.630.496
Equipamento básico e outras instalações	250.758.075	18.279.934	-	-	269.038.009
Equipamento de transporte	154.061	23.021	-	-	177.082
Ferramentas e utensílios	1.845.854	91.541	-	-	1.937.395
Equipamento administrativo	10.670.362	2.411.687	-	-	13.082.049
Outros equipamentos	9.116.884	653.625	-	-	9.770.509
	<u>336.086.495</u>	<u>26.549.045</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>362.635.540</u>

As adições à rubrica Equipamento básico e outras instalações correspondem, essencialmente, à aquisição de equipamentos para a Central Térmica da Vitória (CTV III), investimentos em novos parques eólicos na Enereem e a intervenções nas redes de transporte e distribuição de energia.

No decorrer do ano 2009, foi concluída a construção do primeiro dos três novos grupos de produção da CTV III, assim como de edifícios e dos equipamentos comuns da Central. Adicionalmente, a Enereem concluiu a construção dos Parques Eólicos das Pedras e do Loiral. Deste modo, foram transferidos da rubrica de Imobilizações em curso para as restantes rubricas de Imobilizações, obras no valor de Euros 58.084.791.

As adições à rubrica Equipamento administrativo referem-se, essencialmente, aos levantamentos topográficos efectuados no âmbito do desenvolvimento de um sistema de gestão integrada da rede eléctrica da Região Autónoma da Madeira (SIT).

Com referência a 31 de Dezembro de 2009, a rubrica de Imobilizações em curso corresponde, maioritariamente, ao desenvolvimento das restantes fases do projecto CTV III, consistindo em dois novos grupos produtivos e numa turbina a vapor, bem como a obras de melhoramento e extensão das redes de transporte e distribuição de energia.

### 3 Imobilizações incorpóreas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2009 Euros	2008 Euros	2009 Euros	2008 Euros
<b>Valor bruto:</b>				
Estudos técnicos	4.436.279	4.173.783	4.327.416	4.064.920
Licenças de emissão de CO2	7.128.641	9.604.717	7.128.641	9.604.717
Propriedade industrial	1.988.765	1.929.954	1.988.765	1.929.954
Outras imobilizações incorpóreas	11.440.096	11.440.096	11.440.096	11.440.096
	<u>24.993.781</u>	<u>27.148.550</u>	<u>24.884.918</u>	<u>27.039.687</u>
<b>Amortizações acumuladas:</b>				
Relativas ao exercício	(993.774)	(966.422)	(993.774)	(962.253)
Relativas a exercícios anteriores	(12.840.517)	(11.874.095)	(12.731.654)	(11.769.401)
	<u>(13.834.291)</u>	<u>(12.840.517)</u>	<u>(13.725.428)</u>	<u>(12.731.654)</u>
	<u>11.159.490</u>	<u>14.308.033</u>	<u>11.159.490</u>	<u>14.308.033</u>

A rubrica Estudos técnicos corresponde, essencialmente, aos encargos com estudos técnicos efectuados por terceiros no âmbito dos projectos de investimento do Grupo EEM.

A rubrica Propriedade industrial, no montante de Euros 1.988.765 (2008: Euros 1.929.954), corresponde essencialmente ao valor pago pela EEM para assumir contratualmente a exploração de um estabelecimento industrial de produção de energia eléctrica pelo prazo de 33 anos, a findar no ano de 2026.

A rubrica Outras imobilizações incorpóreas corresponde aos encargos com juros de empréstimos obtidos para financiamento de projectos de expansão das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia, conforme referido nas notas 1.7 e 1.10.



Os movimentos na rubrica Imobilizações incorpóreas para o Grupo, durante o ano de 2009, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Aumentos Euros	Alienações/ Abates Euros	Transferências Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
<b>Valor bruto:</b>					
Estudos técnicos	4.173.783	-	-	262.496	4.436.279
Licenças de emissão de CO2	9.604.717	8.453.414	(10.929.490)	-	7.128.641
Propriedade industrial	1.929.954	58.811	-	-	1.988.765
Outras imobilizações incorpóreas	11.440.096	-	-	-	11.440.096
	<u>27.148.550</u>	<u>8.512.225</u>	<u>(10.929.490)</u>	<u>262.496</u>	<u>24.993.781</u>
<b>Amortizações acumuladas:</b>					
Estudos técnicos	3.611.757	413.504	-	-	4.025.261
Propriedade industrial	860.466	60.266	-	-	920.732
Outras imobilizações incorpóreas	8.368.294	520.004	-	-	8.888.298
	<u>12.840.517</u>	<u>993.774</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.834.291</u>

A EEM procedeu ao registo na rubrica Licenças de emissão de CO2, com referência a 1 de Janeiro de 2009, de um montante de Euros 8.453.414 relativo às licenças de emissão de CO2 atribuídas a título gratuito em 2009 por parte do Instituto do Ambiente (577.419 toneladas de Emission Unit Allowance: EUA).

A redução verificada na rubrica Licenças de emissão de CO2 inclui Euros 8.910.725 relativos à entrega das licenças correspondentes às emissões de CO2 verificadas em 2008 (458.909 toneladas de EUA), conforme referido na nota 24.

Adicionalmente, no decorrer deste exercício, a EEM efectuou diversas operações no âmbito das quais procedeu à venda de 124.000 toneladas de EUA pelo montante de Euros 1.604.450 (líquido de comissões), tendo gerado um impacto em resultados no mesmo montante, por via de reconhecimento de uma menos valia na venda das EUA (Euros 414.315 incluindo comissões de Euros 12.400: ver nota 24) e do subsídio associado às EUA atribuídas a título gratuito que foram alienadas (Euros 2.018.765: ver nota 18). Por via do mecanismo de regulação, o impacto total em resultados decorrente das transacções com licenças de emissão de CO2 ascende a Euros 40.795 (incluindo o efeito em resultados da Compensação tarifária de 2009).

## 4 Investimentos financeiros

As participações financeiras, detidas pelo Grupo, são analisadas como segue:

	Grupo		Individual	
	2009 Euros	2008 Euros	2009 Euros	2008 Euros
<b>Subsidiárias:</b>				
Museu - Casa da Luz	-	-	395.157	-
Emacom	-	-	511.980	1.110.354
Enereem	-	-	1.598.572	1.310.235
	-	-	2.505.709	2.420.589
<b>Associadas:</b>				
Teleféricos da Madeira, S.A.	696.614	708.516	696.614	708.516
	696.614	708.516	696.614	708.516
<b>Outras:</b>				
EEM & BFS – Energy, S.A.	9.000.000	4.612.500	9.000.000	4.612.500
Banif - SGPS, S.A.	7.070.973	5.935.781	7.070.973	5.935.781
Luso Carbon Fund	896.563	896.563	896.563	896.563
Horários do Funchal, S.A.	611.027	611.027	611.027	611.027
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	50.000	50.000	50.000	50.000
Madibel Indústrias de Alimentos e Bebidas, S.A.	20.141	20.141	20.141	20.141
Comboio do Monte, S.A.	16.000	16.000	16.000	16.000
Centro de Empresas e Inovação da Madeira, Lda.	3.990	3.990	3.990	3.990
	17.668.694	12.146.002	17.668.694	12.146.002
<b>Imparidade em outras participações</b>	(20.141)	(20.141)	(20.141)	(20.141)
	18.345.167	12.834.377	20.850.876	15.254.966



As percentagens de participação detidas pelo Grupo e pela EEM são analisadas como segue:

	<b>Grupo</b>		<b>Individual</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>	<b>%</b>
<b>Subsidiárias:</b>				
Museu - Casa da Luz	100,00	100,00	100,00	100,00
Emacom	100,00	100,00	100,00	100,00
Enereem	92,50	92,50	85,00	85,00
<b>Associadas:</b>				
Teleféricos da Madeira, S.A.	20,00	20,00	20,00	20,00
<b>Outras:</b>				
Banif - SGPS, S.A.	1,39	1,62	1,39	1,62
Luso Carbon Fund	1,28	1,28	1,28	1,28
Horários do Funchal, S.A.	5,00	5,00	5,00	5,00
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	10,00	10,00	10,00	10,00
Madibel Indústrias de Alimentos e Bebidas, S.A.	1,10	1,10	1,10	1,10
Comboio do Monte, S.A.	16,67	16,67	16,67	16,67
Centro de Empresas e Inovação da Madeira, Lda.	1,63	1,63	1,63	1,63

### Participações consolidadas pelo método de consolidação integral

O Museu – Casa da Luz foi constituído em Novembro de 1997 com um capital social de Euros 99.760, integralmente detido pela EEM, sendo sediado na Região Autónoma da Madeira.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Museu - Casa da Luz apresentava uma situação líquida negativa devido a prejuízos acumulados. Durante o exercício de 2009, a EEM efectuou prestações suplementares no montante de Euros 500.000 de forma a repor o equilíbrio financeiro desta subsidiária.

A Emacom foi constituída em Agosto de 1998 com um capital social de Euros 49.880, integralmente detido pela EEM, sendo sediada na Região Autónoma da Madeira. A Emacom tem como principal actividade a prestação de serviços de telecomunicações, tendo obtido uma licença de operador de rede pública de telecomunicações, concedida pela Anacom.

Em 31 de Dezembro de 2003, a Emacom apresentava uma situação líquida negativa devido a prejuízos acumulados. Durante o exercício de 2004, a EEM efectuou prestações suplementares no montante de Euros 1.000.000 de forma a repor o equilíbrio financeiro desta subsidiária. No entanto, durante o exercício de 2009, a Emacom reembolsou parcialmente as prestações suplementares, no montante de Euros 750.000.



A Enereem foi constituída em Setembro de 1998 com um capital social de Euros 49.880, sendo sedeada na Região Autónoma da Madeira. A EEM detém uma participação directa nesta sociedade de 85% e indirecta de 7,5% através do Museu – Casa da Luz. A Enereem iniciou a sua actividade em 2000, mas apenas iniciou a exploração dos parques eólicos que detém na ilha de Porto Santo e na ilha da Madeira em 2001 e 2003, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2003, a Enereem apresentava uma situação líquida negativa devido a prejuízos acumulados. Durante o exercício de 2004, a EEM e os restantes accionistas efectuaram prestações suplementares no montante de Euros 800.000 de forma a repor o equilíbrio financeiro desta subsidiária.

### Participações consolidadas pelo método de equivalência patrimonial

As participações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 para as quais foi aplicado o método da equivalência patrimonial, são apresentadas como segue:

	% do Capital	Custo de aquisição Euros	Valor contabilístico Euros
Teleféricos da Madeira, S.A.	20,00	92.395	696.614
		92.395	696.614

A Teleféricos da Madeira, S.A. foi constituída em 19 de Abril de 1999, com um capital social de Euros 250.000. No decorrer desse ano, a EEM participou em 15% do capital social desta sociedade, no montante de Euros 37.500. No entanto, durante o ano 2000, a EEM adquiriu mais 5% desta sociedade pelo montante de Euros 54.895, o qual inclui um prémio no valor de Euros 42.395. Esta sociedade está sedeada na Região Autónoma da Madeira.

### Outras participações (contabilizadas ao custo de aquisição)

No decorrer dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2009, a EEM realizou adiantamentos no montante de Euros 4.612.500 e Euros 4.387.500, respectivamente, no montante total de Euros 9.000.000 por conta de uma sociedade a constituir que irá desenvolver a sua actividade na Região Autónoma da Madeira e terá como objecto social a produção de biopetróleo para transformação em energia eléctrica e valorização energética.

Em 14 de Outubro de 2009, o Banif – SGPS, S.A. realizou um aumento de capital reservado a accionistas no montante de Euros 140.000.000 através da emissão de 140 milhões de novas acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal de Euros 1 cada uma. No âmbito deste aumento de capital, a EEM procedeu à aquisição de 1.135.192 acções ao preço unitário de Euros 1.

Com referência a 31 de Dezembro de 2009, a participação no Banif – SGPS, S.A. é representada por 6.811.156 acções com um valor nominal de Euro 1 cada, sendo o preço médio de aquisição das acções detidas de Euros 1,038. Com referência a essa data, o valor de mercado da participação detida pela EEM ascende a Euros 8.513.945 (2008: Euros 6.186.801).

No decorrer do exercício de 2006, a EEM adquiriu 12 unidades de participação do Luso Carbon Fund, as quais têm um valor de subscrição unitário de Euros 50.000. Este fundo tem como principal actividade a procura, avaliação e selecção de projectos geradores de créditos de emissão e o investimento do capital depositado pelos participantes nesses projectos de forma a permitir a obtenção de licenças de emissão de CO<sub>2</sub>. Em 2008, a EEM adquiriu 5 unidades de participação adicionais do referido fundo, pelo valor unitário de Euros 59.313. A 31 de Dezembro de 2009, o investimento financeiro ascende a Euros 896.563.

A Horários do Funchal, S.A. foi constituída em 5 de Junho de 1986, com um capital social de Euros 16.500.000, no qual a EEM detém uma participação directa de 5%, registada por um valor de aquisição de Euros 611.027.

A Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. foi constituída em 1999, com um capital social de Euros 250.000. No decorrer do ano de 2004, foi realizado um aumento do capital social para o montante de Euros 500.000, tendo a EEM adquirido 2.500 novas acções com um valor nominal de Euros 10, pelo montante de Euros 25.000. A 31 de Dezembro de 2009, o investimento detido ascende a Euros 50.000.

Em 5 de Agosto de 1988, a EEM adquiriu uma participação de 2,52% do capital da Madibel Indústrias de Alimentos e Bebidas, S.A., cujo capital social ascende a Euros 798.400. Considerando o risco de recuperação do investimento efectuado, a EEM registou em 2005 uma perda por imparidade no montante de Euros 20.141, correspondente ao valor total do investimento detido.

## 5 Clientes e outros devedores

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2009 Euros	2008 Euros	2009 Euros	2008 Euros
<b>Clientes:</b>				
Entidades oficiais				
Com protocolo	41.487.033	43.971.463	41.487.033	43.971.463
Sem protocolo	62.415.240	58.327.667	62.415.240	58.327.667
Outros clientes	15.998.075	14.587.883	15.920.531	14.556.075
	<u>119.900.348</u>	<u>116.887.013</u>	<u>119.822.804</u>	<u>116.855.205</u>
<b>Outros devedores:</b>				
Rede Eléctrica Nacional	1.964.941	3.716.994	1.964.941	3.716.994
Estado	1.340.246	2.147.069	1.276.608	1.857.532
Coopereme	2.660.339	2.660.339	2.660.339	2.660.339
Outros devedores	1.064.400	1.629.883	3.211.489	3.652.070
	<u>7.029.926</u>	<u>10.154.285</u>	<u>9.113.377</u>	<u>11.886.935</u>
 Clientes e devedores de cobrança duvidosa	 11.099.463	 9.512.470	 11.096.798	 9.510.993
	<u>138.029.737</u>	<u>136.553.768</u>	<u>140.032.979</u>	<u>138.253.133</u>
 Imparidade para clientes e devedores de cobrança duvidosa	 (10.177.701)	 (9.025.908)	 (10.175.035)	 (9.024.431)
	<u>127.852.036</u>	<u>127.527.860</u>	<u>129.857.944</u>	<u>129.228.702</u>

A rubrica Entidades oficiais com protocolo, no montante de Euros 41.487.033 (2008: Euros 43.971.463), corresponde a um conjunto de protocolos celebrados com algumas entidades oficiais regionais com vista ao recebimento dos valores devidos por essas entidades num período que varia entre os 10 e os 30 anos, sem juros e com planos de reembolso mensais. Ao abrigo dos referidos protocolos, a EEM recebeu em 2009 o montante de Euros 2.484.431 (2008: Euros 2.373.929). As condições dos referidos protocolos implicam que o valor actual destes créditos seja substancialmente inferior ao seu valor nominal.

A rubrica Entidades oficiais sem protocolo, no montante de Euros 62.415.240 (2008: Euros 58.327.667), corresponde a valores facturados a entidades oficiais regionais até 31 de Dezembro de 2009 relativos ao fornecimento de energia eléctrica e outros serviços prestados em dívida à data e que não se encontram abrangidos por protocolos para o seu recebimento. Deste montante, Euros 28.944.438 (2008: Euros 28.422.217) referem-se a facturação de iluminação pública.



A rubrica REN, no montante de Euros 1.964.941 (2008: Euros 3.716.994), corresponde ao valor da convergência tarifária do mês de Dezembro de 2009, transferido mensalmente para a EEM.

Em 2009, a rubrica Estado, no montante de Euros 1.340.246 (2008: Euros 2.147.069), refere-se essencialmente a IRC e IVA a recuperar nos montantes de Euros 60.580 (2008: Euros 76.007) e Euros 1.279.646 (2008: Euros 2.071.062), respectivamente.

A rubrica Coopereme corresponde a empréstimos efectuados à cooperativa Coopereme - Cooperativa de Habitação, C.R.L. para a construção de um imóvel de habitação que tem como cooperantes trabalhadores da EEM.

A rubrica Outros devedores inclui o montante de Euros 1.009.497 (2008: Euros 959.966) referente a empréstimos concedidos à Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A., conforme estabelecido por acordo dos seus accionistas.

À data de 31 de Dezembro de 2009, o movimento na Imparidade para clientes e devedores de cobrança duvidosa é analisado como segue:

	<b>Grupo</b>		<b>Individual</b>	
	<b>2009 Euros</b>	<b>2008 Euros</b>	<b>2009 Euros</b>	<b>2008 Euros</b>
Saldo em 1 de Janeiro	9.025.908	8.487.346	9.024.431	8.486.047
Ajustamento do exercício	1.151.793	538.562	1.150.604	538.384
Saldo em 31 de Dezembro	<u>10.177.701</u>	<u>9.025.908</u>	<u>10.175.035</u>	<u>9.024.431</u>

## 6 Existências

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Grupo</b>		<b>Individual</b>	
	<b>2009 Euros</b>	<b>2008 Euros</b>	<b>2009 Euros</b>	<b>2008 Euros</b>
Mercadorias	11.741.444	10.982.013	11.634.794	10.874.934
Matérias-primas e subsidiárias	<u>2.647.686</u>	<u>4.141.073</u>	<u>2.647.686</u>	<u>4.141.073</u>
	14.389.130	15.123.086	14.282.480	15.016.007
Imparidade por depreciação de existências	(322.423)	(322.423)	(255.173)	(255.173)
	<u>14.066.707</u>	<u>14.800.663</u>	<u>14.027.307</u>	<u>14.760.834</u>

A rubrica Mercadorias inclui valores relativos a cabos eléctricos, material a ser incorporado nas redes de transporte e distribuição, peças de reserva para as centrais térmicas e mercadorias diversas para venda no Museu - Casa da Luz.

## 7 Acréscimos e diferimentos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2009 Euros	2008 Euros	2009 Euros	2008 Euros
<b>Custos diferidos:</b>				
Pensões de reforma	2.756.005	4.134.009	2.756.005	4.134.009
Custos financeiros	2.093.489	2.307.960	2.093.489	2.307.960
Outros	250.614	153.373	143.437	153.303
	<u>5.100.108</u>	<u>6.595.342</u>	<u>4.992.931</u>	<u>6.595.272</u>
<b>Acréscimos de proveitos:</b>				
Compensação de tarifário	51.793.692	44.711.077	51.793.692	44.711.077
Subsídios à exploração	18.086.822	41.697.348	18.086.822	41.697.348
Energia a facturar	8.569.803	7.962.993	8.571.292	7.964.432
Outros	328.326	244.182	332.063	244.182
	<u>78.778.643</u>	<u>94.615.600</u>	<u>78.783.869</u>	<u>94.617.039</u>
	<u>83.878.751</u>	<u>101.210.942</u>	<u>83.776.800</u>	<u>101.212.311</u>

A rubrica Pensões de reforma representa a responsabilidade com serviços passados relativa aos trabalhadores ainda no activo, determinada com referência à data da adopção da Directriz Contabilística n.º 19, cuja amortização, com início em 1 de Janeiro de 2004, se tem vindo a efectuar de forma constante pelo período médio de serviço remanescente desses trabalhadores, estimado nessa data em oito anos, conforme referido nas notas 1.12 e 23.

A rubrica Custos financeiros inclui o montante de Euros 2.068.989 (2008: Euros 2.258.960) relativo a encargos suportados pela EEM no âmbito do processo de reestruturação do passivo financeiro verificado em 2005, conforme referido na nota 11.

A rubrica Compensação de tarifário, no montante de Euros 51.793.692 (2008: Euros 44.711.077), corresponde à diferença entre os valores efectivamente facturados pela EEM (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em Dezembro do ano anterior) e os proveitos calculados com base em valores reais. A compensação tarifária é recuperada através das tarifas de UGS aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes, e detalha-se como segue:

	Grupo		Individual	
	2009 Euros	2008 Euros	2009 Euros	2008 Euros
Compensação tarifária de 2006	6.027.640	6.027.640	6.027.640	6.027.640
Compensação tarifária de 2007	6.428.282	3.874.282	6.428.282	3.874.282
Compensação tarifária de 2008	37.261.563	34.809.155	37.261.563	34.809.155
Compensação tarifária de 2009	2.076.207	-	2.076.207	-
	<u>51.793.692</u>	<u>44.711.077</u>	<u>51.793.692</u>	<u>44.711.077</u>

Com referência a 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica incluía o valor a receber em 2009 relativo à compensação tarifária de 2007, no montante de Euros 3.874.282, dos quais foram devolvidos aos clientes em 2009, através das tarifas de energia eléctrica, Euros 2.554.000.

A rubrica Subsídios à exploração, no montante de Euros 18.086.822 (2008: Euros 41.697.348), corresponde à diferença entre os valores registados na conta de exploração nos exercícios de 1998 a 2002 e os efectivamente recebidos ao abrigo do contrato assinado entre a EEM, o Governo da Região Autónoma da Madeira e o Governo da República, o qual prevê o pagamento do valor em dívida em 40 prestações trimestrais, conforme referido na nota 1.3. Ao abrigo deste contrato a EEM recebeu do Governo da República, em 2006 e 2009, os montantes de Euros 1.012.070 e Euros 25.701.566 (incluindo capital e juros de mora) acrescidos de IVA à taxa de 4%, respectivamente. O valor recebido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 inclui juros de mora no montante de Euros 2.091.040 (ver nota 20).

## 8 Capital social

O capital social de Euros 20.000.000, representado por 4.000.000 acções com o valor nominal de Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo detido na sua totalidade pelo Governo da Região Autónoma da Madeira.

## 9 Reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2009 Euros	2008 Euros	2009 Euros	2008 Euros
Reservas legais e estatutárias	18.161.547	17.785.544	18.161.547	17.785.544
Outras reservas	13.097.546	14.210.991	14.154.608	14.967.745
Resultados transitados	62.309.568	57.809.397	61.252.506	57.052.643
	<u>93.568.661</u>	<u>89.805.932</u>	<u>93.568.661</u>	<u>89.805.932</u>

Nos termos da legislação portuguesa, a EEM deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 5% dos lucros anuais, até à concorrência de 20% do capital social. Esta reserva normalmente não está disponível para distribuição, podendo apenas ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital social. Considerando que, com referência a 31 de Dezembro de 2006, a EEM já atingiu o limite da reserva legal nos termos referidos anteriormente, não foi afecto a esta rubrica qualquer montante do resultado líquido do exercício de 2008.

A rubrica Outras reservas inclui as reservas de reavaliação originadas pelas reavaliações que a EEM efectuou sobre o seu imobilizado corpóreo, conforme referido na nota 1.8, as quais ascendem a Euros 12.703.069 (2008: Euros 13.825.999).

No âmbito das obrigações previstas na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, que estabelece o quadro legal de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais e se define a competência dos Municípios relativamente à iluminação pública rural e urbana e de acordo com a Lei das Finanças Locais, os Municípios da Região Autónoma da Madeira aprovaram, por deliberação das respectivas Assembleias Municipais, com referência a 1 de Janeiro de 2006, a constituição de uma Associação de Municípios para a qual transferiram as responsabilidades relativas à iluminação pública rural e urbana, incluindo a competência para a cobrança de uma taxa única anual pela

ocupação do domínio público municipal pelos equipamentos de produção e pelas redes de transporte e distribuição de energia eléctrica da EEM (taxa municipal de ocupação).

Neste contexto, foi publicado o Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/M, que regula a transferência da responsabilidade relativa à iluminação pública rural e urbana do Governo Regional para os Municípios da Região Autónoma da Madeira e que limita a taxa municipal de ocupação.

Tendo em consideração a legislação supra referida, a qual suporta legalmente a exigibilidade e liquidação da referida taxa, a EEM procedeu ao registo, com referência a 31 de Dezembro de 2009 e em exercícios anteriores, de custos com a taxa municipal de ocupação no montante total de Euros 26.728.928. Nos mesmos exercícios, e considerando o pressuposto de que os custos incorridos com a taxa municipal de ocupação são elegíveis para efeitos da determinação de tarifas de exercícios futuros, foram constituídos activos regulatórios no mesmo montante por contrapartida de proveitos, em resultados do exercício.

No final do exercício de 2007, e com base na apreciação da proposta de tarifas e preços para 2008 por parte do Conselho Tarifário, a ERSE considerou que a taxa municipal de ocupação relativa ao exercício de 2006 não deveria ser incluída para efeito da determinação das tarifas do exercício de 2008. Na sequência desta decisão, a EEM procedeu, com referência a 31 de Dezembro de 2007, ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos por contrapartida de resultados transitados no montante de Euros 6.027.640, equivalente ao montante da taxa municipal de ocupação registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, conforme referido na nota 12.

## I0 Interesses minoritários

A rubrica Interesses minoritários corresponde ao investimento detido pela Aream – Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira na Enereem.

A participação de 92,5%, detida directa e indirectamente pela EEM, foi consolidada pelo método integral, dando origem aos interesses minoritários correspondentes a 7,5% dos capitais próprios e dos resultados da Enereem, no montante de Euros 141.051 (2008: Euros 115.609).

## I1 Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários são analisados, por tipo de empréstimo, como segue:

	Grupo		Individual	
	2009 Euros	2008 Euros	2009 Euros	2008 Euros
Contas correntes caucionadas	50.188.600	57.130.100	50.188.600	57.130.100
Financiamento estrangeiro	291.604.395	269.603.619	291.604.395	269.603.619
Outros empréstimos	38.066.599	33.171.825	17.253.633	16.006.751
	<u>379.859.594</u>	<u>359.905.544</u>	<u>359.046.628</u>	<u>342.740.470</u>



No decorrer do exercício de 2005, a EEM procedeu à reestruturação do seu passivo financeiro. No âmbito deste processo, a EEM contraiu dois novos empréstimos de longo prazo, nos montantes de Euros 220.000.000 e Euros 40.000.000, com o objectivo de proceder ao reembolso das dívidas existentes e financiar os investimentos em infraestruturas associadas às actividades de produção e distribuição de energia. Estes financiamentos encontram-se registados na rubrica Financiamento estrangeiro.

Com o objectivo de cobrir a variabilidade dos encargos financeiros associados à componente do empréstimo de Euros 220.000.000 que vence juros a taxa variável, a EEM contratou, em 2008, um swap com vencimento em 15 de Novembro de 2017 em que recebe uma taxa de juro variável (Euribor 6 meses) e paga uma taxa de juro fixa de 3,55% sobre um montante de Euros 66.000.000.

No decorrer do exercício de 2008, a EEM contratou uma operação de financiamento junto do Barclays Capital Plc, no âmbito da qual cedeu como garantia licenças de emissão de CO<sub>2</sub>. Em resultado desta operação, a EEM reconheceu um passivo financeiro na rubrica Financiamento estrangeiro, o qual tem maturidade em 2012 e vence juros à taxa de 3,479%. Com referência a 31 de Dezembro de 2009 este financiamento ascende a Euros 9.937.729.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Outros empréstimos inclui um empréstimo no montante de Euros 5.332.752 (2008: Euros 7.706.752) com a duração de dez anos, cuja liquidação das prestações se encontra garantida pela afectação, a uma conta bancária, dos pagamentos mensais da Secretaria Regional das Finanças, ao abrigo do protocolo de regularização de dívidas celebrado com a EEM. Com vista a cobrir o risco de taxa de juro inerente a este empréstimo, a EEM contratou, em 2001, uma opção (cap) com vencimento a 10 anos sobre a Euribor a 6 meses. O prémio desta opção é pago em prestações semestrais de 0,29% em cada data de vencimento de juros do empréstimo.

A rubrica de Outros empréstimos inclui ainda um empréstimo contraído pela Enereem no decorrer dos exercícios de 2008 e 2009, no montante de Euros 19.996.752, o qual tem uma maturidade de 15 anos e vence juros a uma taxa Euribor 6M acrescido de spread 0,5%.



## 12 Provisões

O movimento na rubrica de Provisões é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	2009 Euros	2008 Euros	2009 Euros	2008 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	35.703.407	36.598.307	35.259.356	36.141.398
<b>Provisões do exercício:</b>				
Para benefícios de reforma	1.258.005	1.582.105	1.258.005	1.582.105
Outras	3.058.000	-	3.058.000	12.858
<b>Utilização de provisões:</b>				
Para benefícios de reforma	(2.485.462)	(2.477.005)	(2.485.462)	(2.477.005)
Outras	(456.909)	-	(12.858)	-
Saldo em 31 de Dezembro	37.077.041	35.703.407	37.077.041	35.259.356

Nesta rubrica encontra-se incluída a provisão constituída para fazer face a complementos de reforma e pré-reforma, nos termos definidos pelo Acordo de Empresa, no montante de Euros 27.914.734 (2008: Euros 29.142.191), conforme referido na nota 23.

No decorrer exercício de 2007, foi constituída uma provisão por contrapartida de resultados transitados no montante de Euros 6.027.640, considerando os riscos de recuperabilidade do montante pago pela EEM pela ocupação do domínio público municipal relativo a 2006, conforme referido na nota 9.

Nos termos dos parâmetros da regulação das actividades de distribuição e comercialização de energia eléctrica definidos pela ERSE e aplicáveis ao actual período regulatório (2009-2011), e considerando os pressupostos adoptados na determinação das tarifas para 2010, a EEM constituiu, com referência a 31 de Dezembro de 2009, uma provisão no montante de Euros 3.058.000 tendo por base a expectativa relativamente à existência de perdas em 2010 nesse montante nas referidas actividades reguladas. Esta provisão foi determinada com base em estimativas definidas pela EEM, nomeadamente os consumos previstos em 2010 e a manutenção dos actuais parâmetros de regulação.

## 13 Impostos diferidos

A EEM regista nas suas demonstrações financeiras consolidadas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal. Nos termos da política contabilística 1.13, os activos por impostos diferidos apenas são reconhecidos na medida em que seja expectável a sua recuperação futura. Com referência a 31 de Dezembro de 2009, os impostos diferidos registados são analisados como segue:

	Activos por Impostos Diferidos		Passivos por Impostos Diferidos	
	2009 Euros	2008 Euros	2009 Euros	2008 Euros
Reavaliações contabilísticas	-	-	1.009.497	1.107.143
Amortizações sem consequências fiscais	-	-	183.764	-
Prejuízos fiscais	15.975	-	-	-
	15.975	-	1.193.261	1.107.143

Os passivos por impostos diferidos associados a reavaliações contabilísticas resultam da não aceitação como custo fiscal de 40% do valor das amortizações das reavaliações legais efectuadas a registar em exercícios futuros. O montante de impostos diferidos revertido no exercício de 2009 ascendeu a Euros 97.646 (2008: Euros 107.692).

## I 4 Fornecedores e outros credores

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2009 Euros	2008 Euros	2009 Euros	2008 Euros
Fornecedores	42.399.055	37.631.176	42.607.480	37.612.577
Fornecedores de imobilizado	8.908.053	15.212.175	8.676.173	11.111.034
Instituto do Ambiente	5.899.627	8.910.725	5.899.627	8.910.725
Estado	1.683.593	942.846	1.620.018	940.861
Outros credores	4.929.356	4.005.027	4.926.332	5.002.012
	<u>63.819.684</u>	<u>66.701.949</u>	<u>63.729.630</u>	<u>63.577.209</u>

A rubrica Fornecedores inclui, essencialmente, fornecimentos de combustíveis e de energia.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Fornecedores de imobilizado inclui, essencialmente, dívidas a liquidar à Siemens e à Energetus, no âmbito do investimento na remodelação e ampliação de subestações e rede de distribuição e no desenvolvimento do projecto CTV III.

A rubrica Instituto do Ambiente, no montante de Euros 5.899.627 (2008: Euros 8.910.725) corresponde à responsabilidade decorrente dos consumos de CO2 efectuados pela EEM no âmbito do desenvolvimento da sua actividade operacional, conforme referido na nota 1.17.

A rubrica Estado é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2009 Euros	2008 Euros	2009 Euros	2008 Euros
Taxa de exploração	28.846	28.710	28.846	28.710
Contribuições para a Segurança Social	615.184	603.644	613.039	603.186
Outros	1.039.563	310.492	978.133	308.965
	<u>1.683.593</u>	<u>942.846</u>	<u>1.620.018</u>	<u>940.861</u>

A rubrica Taxa de exploração corresponde aos valores facturados a clientes por via da utilização e exploração das infraestruturas eléctricas, no âmbito do Decreto-lei n.º 4/93, de 8 de Janeiro. Na rubrica Estado – Outros está incluído o IRC a pagar, no montante de Euros 657.218.

Na rubrica Outros credores estão incluídos os depósitos de garantia, referentes a cauções prestadas pelos consumidores de electricidade, no montante de Euros 2.505.099 (2008: Euros 2.463.920).

## I5 Acréscimos de Custos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2009 Euros	2008 Euros	2009 Euros	2008 Euros
Taxa municipal de ocupação	7.305.443	6.967.563	7.305.443	6.967.563
Encargos com férias e subsídio de férias	4.102.847	3.844.072	4.089.257	3.841.117
Juros a pagar	1.850.280	2.211.708	1.832.966	2.155.242
Outros encargos	509.628	4.535.142	441.741	4.611.550
	<u>13.768.198</u>	<u>17.558.485</u>	<u>13.669.407</u>	<u>17.575.472</u>

A rubrica Taxa municipal de ocupação corresponde à taxa municipal relativa ao exercício de 2009 devida pela EEM pela ocupação de domínio público municipal. Esta taxa foi fixada em 7,5% do valor anual das vendas de energia eléctrica em baixa tensão em cada Município, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/M, de 8 de Janeiro, o qual produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Com referência a 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Outros encargos incluía o montante de Euros 3.983.304 relativo à especialização de encargos com a construção de imobilizados corpóreos.



## I 6 Proveitos diferidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2009 Euros	2008 Euros	2009 Euros	2008 Euros
<b>Subsídios ao investimento recebidos:</b>				
Plano Operacional Plurifundos ("POP-RAM")	13.164.177	16.038.184	13.164.177	16.038.184
Projecto Socorridos	13.275.098	13.808.911	13.275.098	13.808.911
Comparticipações de clientes	6.402.666	6.579.893	6.402.666	6.579.893
Projectos de reforço de rede	2.130.755	2.044.784	2.130.755	2.044.784
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ("FEDER")	177.678	411.140	177.678	411.140
Projecto Sit-Geo	241.846	310.805	241.846	310.805
Projecto SIURE	270.448	303.997	102.806	113.317
PPDA - Plano de promoção e desempenho ambiental	1.116.449	571.809	1.116.449	571.809
Outros subsídios ao investimento recebidos	334.160	214.902	334.160	214.902
	<u>37.113.277</u>	<u>40.284.425</u>	<u>36.945.635</u>	<u>40.093.745</u>
Outros proveitos diferidos	-	200.000	-	200.000
	<u>37.113.277</u>	<u>40.484.425</u>	<u>36.945.635</u>	<u>40.293.745</u>

As participações recebidas dos fundos comunitários e governamentais destinam-se a financiar a aquisição ou construção de imobilizações. Estes valores são contabilizados no passivo, sendo reconhecidos em resultados durante a vida útil do imobilizado financiado, conforme referido na nota 1.11.

A rubrica Participações de clientes, no montante de Euros 6.402.666 (2008: Euros 6.579.893) respeita a obras realizadas a pedido de clientes e a estes facturadas, dando origem a itens de imobilizado. Estes valores têm tratamento contabilístico semelhante ao que é aplicado aos subsídios ao investimento recebidos.

## 17 Vendas e Custo das vendas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2009 Euros	2008 Euros	2009 Euros	2008 Euros
<b>Vendas:</b>				
Energia	116.166.461	110.353.316	116.182.570	110.370.038
Compensação de tarifário	35.503.914	60.508.098	35.503.914	60.508.098
Outros	621.556	356.906	621.377	356.647
	<u>152.291.931</u>	<u>171.218.320</u>	<u>152.307.861</u>	<u>171.234.783</u>
<b>Custo das vendas:</b>				
Matérias-primas e subsidiárias	63.476.822	89.208.707	65.691.995	90.098.807
Mercadorias	9.707.741	12.476.888	9.707.312	12.476.558
	<u>73.184.563</u>	<u>101.685.595</u>	<u>75.399.307</u>	<u>102.575.365</u>

A rubrica Compensação de tarifário inclui os valores atribuídos à EEM relativos à convergência tarifária de 2009, no montante de Euros 30.411.898, e à compensação tarifária decorrente dos proveitos calculados com base em valores reais de 2007, 2008 e 2009 conforme referido na nota 7, no montante de Euros 5.704.691 (impacto positivo) e Euros 612.675 (impacto negativo).

## 18 Outros proveitos operacionais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2009 Euros	2008 Euros	2009 Euros	2008 Euros
Trabalhos para a própria empresa	21.273.875	21.834.011	21.273.875	21.834.011
Licenças de emissão de CO2	7.918.393	11.264.355	7.918.393	11.264.355
Prestação de serviços	333.111	222.293	169.748	144.200
Outros proveitos operacionais	89.062	195.696	92.799	198.077
	<u>29.614.441</u>	<u>33.516.355</u>	<u>29.454.815</u>	<u>33.440.643</u>

A rubrica Licenças de emissão de CO2 corresponde ao subsídio referente às licenças de emissão de CO2 atribuídas a título gratuito que foram consumidas ou alienadas no decorrer do exercício, conforme referido na nota 1.17.



## 19 Outros custos operacionais

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Grupo</b>		<b>Individual</b>	
	<b>2009 Euros</b>	<b>2008 Euros</b>	<b>2009 Euros</b>	<b>2008 Euros</b>
Licenças de emissão de CO2	5.899.627	8.910.725	5.899.627	8.910.725
Taxa municipal de ocupação	7.305.443	6.967.563	7.305.443	6.967.563
Outros custos operacionais	1.399.086	1.039.188	1.363.993	1.026.081
	<u>14.604.156</u>	<u>16.917.476</u>	<u>14.569.063</u>	<u>16.904.369</u>

A rubrica Licenças de emissão de CO2 corresponde aos consumos de licenças resultantes de emissões de gases com efeitos de estufa, conforme referido na nota 1.17.

A rubrica Taxa municipal de ocupação corresponde à taxa municipal relativa ao exercício de 2009 devida pela EEM, conforme referido na nota 15.

## 20 Proveitos e custos financeiros

Esta rubrica é analisada como segue:

	<b>Grupo</b>		<b>Individual</b>	
	<b>2009 Euros</b>	<b>2008 Euros</b>	<b>2009 Euros</b>	<b>2008 Euros</b>
<b>Custos e perdas financeiros:</b>				
Juros	(13.999.162)	(16.656.785)	(13.629.938)	(16.576.649)
Comissões e outros custos financeiros	(756.566)	(515.253)	(743.457)	(502.275)
	<u>(14.755.728)</u>	<u>(17.172.038)</u>	<u>(14.373.395)</u>	<u>(17.078.924)</u>
<b>Proveitos e ganhos financeiros:</b>				
Juros	4.038.192	1.342.002	4.036.935	1.338.693
Outros proveitos e ganhos financeiros	516.012	2.060.519	415.959	764.519
	<u>4.554.204</u>	<u>3.402.521</u>	<u>4.452.894</u>	<u>2.103.212</u>
	<u>(10.201.524)</u>	<u>(13.769.517)</u>	<u>(9.920.501)</u>	<u>(14.975.712)</u>

Com referência a 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Proveitos e ganhos financeiros - Juros inclui o montante de Euros 2.091.040 resultante do recebimento em 2009 dos juros de mora associados ao valor recebido do Governo da República no âmbito da Convergência Tarifária do período de 1998 a 2002, conforme referido na nota 7.

Com referência a 31 de Dezembro de 2008, a rubrica Proveitos e ganhos financeiros - Outros proveitos e ganhos financeiros inclui Euros 1.296.000 relativos a ganhos obtidos pela Emacom em operações com instrumentos financeiros derivados detidos para negociação.

## 21 Outros proveitos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2009 Euros	2008 Euros	2009 Euros	2008 Euros
Subsídios ao investimento	4.515.642	4.731.845	4.492.604	4.708.807
Ganhos na alienação de imobilizações	-	69.370	-	69.370
Outros proveitos	201.459	273.643	201.413	252.170
	<u>4.717.101</u>	<u>5.074.858</u>	<u>4.694.017</u>	<u>5.030.347</u>

A rubrica Outros proveitos - Subsídios ao investimento inclui a amortização do exercício, no montante de Euros 68.035 (2008: Euros 42.614), relativa à comparticipação atribuída pela ERSE no âmbito do Plano de promoção de desempenho ambiental.

## 22 Imposto sobre lucros

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	2009 Euros	2008 Euros	2009 Euros	2008 Euros
Provisão do exercício para IRC	1.165.685	953.490	1.163.182	642.592
Imposto diferido	(12.824)	(107.692)	(97.646)	(107.692)
	<u>1.152.861</u>	<u>845.798</u>	<u>1.065.536</u>	<u>534.900</u>

A rubrica Imposto diferido corresponde aos activos e passivos por impostos diferidos, de acordo com o referido na nota 13.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC para o Grupo, em 2009 e 2008, é analisada como segue:

	2009			2008		
	Taxa	Base Fiscal	Imposto	Taxa	Base Fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	20,00%	5.179.968	1.035.994	20,00%	4.632.325	926.465
Provisões sem consequência fiscal	12,39%	3.208.546	641.709	2,09%	483.103	96.621
Benefícios fiscais	(8,81%)	(2.283.059)	(456.612)	(1,03%)	(239.600)	(47.920)
Prejuízos fiscais não dedutíveis	0,44%	115.160	23.032	0,09%	20.302	4.060
Equivalência patrimonial	(1,89%)	(490.797)	(98.159)	(2,19%)	(506.784)	(101.357)
Dividendos não tributados	(0,71%)	(184.469)	(36.894)	(1,31%)	(304.070)	(60.814)
Diferença mais e menos valias fiscais e contabilísticas	0,00%	-	-	0,00%	(269)	(54)
Tributação autónoma (*)	0,66%	171.866	34.373	0,79%	181.964	36.393
Alterações de estimativa	0,01%	2.137	427	(0,09%)	(20.136)	(4.027)
Amortizações sem consequência fiscal	0,00%	-	-	0,00%	296	59
Outros ajustamentos	0,17%	44.953	8.991	(0,08%)	(18.143)	(3.628)
	<u>22,26%</u>	<u>5.764.305</u>	<u>1.152.861</u>	<u>18,26%</u>	<u>4.228.988</u>	<u>845.798</u>

(\*) O imposto da Tributação autónoma é calculado à taxa de 5% e 50%.

## 23 Pensões de reforma

Nos termos definidos no Acordo de Empresa, a EEM assumiu sob a forma de um plano de benefícios definidos, a responsabilidade relativa a complementos de reforma e pré-reforma, para com os trabalhadores que, à data do Acordo, se encontravam abrangidos pela Caixa Nacional de Pensões.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de participantes abrangidos por este plano era o seguinte:

	2009	2008
<b>Número de participantes:</b>		
Activos	70	79
Pré-reformados	24	32
Reformados	233	219
	<u>327</u>	<u>330</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as responsabilidades por serviços passados associados ao plano de pensões, eram as seguintes:

	2009 Euros	2008 Euros
<b>Evolução das responsabilidades:</b>		
Responsabilidades no início do exercício	33.914.668	34.626.011
Custo do serviço corrente	263.655	294.165
Custo dos juros	1.610.947	1.644.736
Pensões pagas	(2.485.462)	(2.477.005)
Ganhos e perdas actuariais	(425.698)	(173.239)
	<u>32.878.110</u>	<u>33.914.668</u>
Responsabilidades no fim do exercício		

A variação das responsabilidades no decorrer do exercício de 2009 resulta, essencialmente, da redução do número de participantes neste plano em situação de pré-reforma. Esta alteração resulta numa redução da responsabilidade uma vez que a EEM passa apenas a suportar o diferencial entre a pensão de reforma por limite de idade ou invalidez atribuída pelas Instituições de Previdência e o último vencimento auferido pelo trabalhador.

As responsabilidades efectivas com o plano de pensões encontram-se cobertas por um seguro específico e por provisões para pensões, conforme se apresenta de seguida:

	2009 Euros	2008 Euros
<b>Responsabilidades efectivas em 31 de Dezembro:</b>		
Activos	10.063.001	10.912.204
Pré-reformados	5.310.672	7.344.947
Reformados	17.504.437	15.657.517
<b>Responsabilidades objecto de cobertura:</b>		
Valor do seguro	32.878.110	33.914.668
Provisões para pensões	(4.963.376)	(4.772.477)
	<u>(27.914.734)</u>	<u>(29.142.191)</u>
Responsabilidades não cobertas	<u>-</u>	<u>-</u>



No ano de 2009, a EEM registou custos com complementos de reforma e pré-reforma no montante de Euros 2.636.009 (2008: Euros 2.960.109), os quais são analisados como segue:

	2009 Euros	2008 Euros
<b>Custo do período:</b>		
Custo dos serviços correntes	263.655	294.165
Custo dos juros	1.610.947	1.644.736
Ganhos e perdas actuariais	(425.698)	(173.239)
Retorno dos activos projectados	(190.899)	(183.557)
Amortização das responsabilidades com serviços passados diferidas	1.378.004	1.378.004
<b>Custo líquido do período</b>	<b>2.636.009</b>	<b>2.960.109</b>

De acordo com os princípios definidos na Directriz Contabilística n.º 19 e na sequência do estudo actuarial efectuado, durante o ano de 2009 foram registadas provisões para complementos de reforma e pré-reforma no montante de Euros 1.258.005 (2008: Euros 1.582.105), conforme referido na nota 12.

Em 31 de Dezembro de 2003, foram registadas provisões para pensões de reforma por contrapartida de custos diferidos no montante de Euros 11.024.028. Este montante resultou do cálculo efectuado com referência à data de adopção da Directriz Contabilística n.º 19, nos termos estabelecidos pelas disposições transitórias da referida Directriz, das responsabilidades por serviços passados de trabalhadores ainda no activo, cuja amortização, com início em 1 de Janeiro de 2004, se tem vindo a efectuar de forma constante pelo período médio de serviço remanescente desses trabalhadores, estimado nessa data em oito anos, conforme referido na nota 7.

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades são apresentados como segue:

	2009	2008
<b>Pressupostos:</b>		
Taxa de crescimento salarial	2,75%	2,75%
Taxa de crescimento das pensões de pré-reforma	1,75%	1,75%
Taxa de crescimento das pensões de reforma	1,75%	1,75%
Taxa de retorno dos activos	4,75%	4,75%
Taxa de desconto	4,75%	4,75%
Tábua de mortalidade		
Mulheres	TV88/90	TV88/90
Homens	TV73/77	TV73/77
	+ 1 ano	+ 1 ano
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80

## 24 Licenças de emissão de CO2

Os movimentos em Licenças de emissão de CO2 para consumo são analisados como segue:

	Dez 2009		Dez 2008	
	CO2 (Ton)	Preço (Ton) Euros	CO2 (Ton)	Preço (Ton) Euros
Licenças de CO2 em 1 de Janeiro	33.510	20,71	22.464	0,10
Licenças canceladas (atribuídas no PNALE I)	-	-	(22.464)	0,10
Licenças atribuídas a título gratuito	577.419	14,64	577.419	20,71
Licenças adquiridas	-	-	288.000	18,65
Licenças alienadas	(124.000)	16,28	(373.000)	20,71
	<u>486.929</u>		<u>492.419</u>	
Licenças a devolver por consumos ocorridos no ano	(402.980)		(458.909)	
Excesso / (Insuficiência) de licenças	<u>83.949</u>	14,64	<u>33.510</u>	20,71
Activos / (Responsabilidades) - Euros	<u>1.229.013</u>		<u>693.992</u>	

As licenças de emissão de CO2 atribuídas para o período de 2008-2012 ascendem a 2.887.095 toneladas de EUA, a imputar de forma linear a cada um dos anos referidos (577.419 toneladas/ano), em conformidade com o disposto no PNALE II.

No decorrer do exercício de 2009 conforme referido na nota 3 a EEM procedeu à alienação de 124.000 toneladas de EUA atribuídas a título gratuito, tendo gerado uma menos valia contabilística líquida no montante de Euros 414.315 (ver nota 3). Por via do mecanismo de regulação, o impacto total em resultados decorrente das transacções com licenças de emissão de CO2 ascende a Euros 40.795 (incluindo o efeito em resultados da Compensação tarifária de 2009).

As licenças correspondentes ao total das emissões efectuadas em cada ano civil são entregues ao Instituto do Ambiente de cada país até ao final do quarto mês do ano seguinte (ver nota 3).

## 25 Partes relacionadas

### Saldos e transacções com subsidiárias, associadas e outras participadas

Os saldos e transacções entre a EEM e as suas subsidiárias, associadas e outras participadas, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, são analisados como segue:

	Activo			Passivo	
	Clientes	Acréscimos de proveitos	Empréstimos a participadas	Fornecedores	Outros credores
Enereem	-	-	155.264	-	-
Museu - Casa da Luz	-	1.210	1.992.739	-	-
Emacom	253	4.016	-	(221.409)	-
Teleféricos da Madeira, S.A.	44.867	4.944	-	-	-
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	23.690	14.894	1.009.497	-	(7.228)
	<u>68.810</u>	<u>25.064</u>	<u>3.157.500</u>	<u>(221.409)</u>	<u>(7.228)</u>

	Transacções				
	Vendas	Proveitos suplementares	Proveitos financeiros	Custo das vendas	Fornecimentos e serviços externos
Enereem	-	-	-	2.215.173	-
Museu - Casa da Luz	(14.490)	-	-	-	31.200
Emacom	(1.619)	(3.737)	-	-	240.246
Teleféricos da Madeira, S.A.	(64.284)	-	29.474	-	-
Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	(147.153)	-	(49.531)	-	6.341
	<u>(227.546)</u>	<u>(3.737)</u>	<u>(20.057)</u>	<u>2.215.173</u>	<u>277.787</u>

Os saldos e transacções entre a EEM e as suas subsidiárias são anulados no âmbito do processo de consolidação, conforme referido na nota 1.1.

### Accionistas

O capital social da EEM é detido integralmente pelo Governo da Região Autónoma da Madeira, conforme referido na nota 8.

## 26 Compromissos

Em 31 de Dezembro de 2009, os compromissos que não figuram no balanço, referentes a garantias bancárias, são analisados como se segue:

	Grupo		Individual	
	2009 Euros	2008 Euros	2009 Euros	2008 Euros
Garantias bancárias prestadas em nome da EEM	68.133.371	68.133.371	65.000.000	65.000.000
Garantias bancárias prestadas pela EEM	129.147	129.147	129.147	129.147
	<u>68.262.518</u>	<u>68.262.518</u>	<u>65.129.147</u>	<u>65.129.147</u>

A responsabilidade da EEM por garantias bancárias prestadas ascende a Euros 68.133.371 as quais se detalham como segue:

- Garantias bancárias contratadas pela EEM junto das entidades bancárias (Banco Espírito Santo, BPI, Caixa Geral de Depósitos e BES Investimentos) em benefício do Banco Europeu de Investimento, no montante de Euros 65.000.000;
- Garantia bancária, com a Caixa Geral de Depósitos, através da sua subsidiária Enereem, em benefícios da Vestas - DWT, no montante de Euros 3.133.371, válida até 31 de Dezembro de 2009.

O montante de Euros 129.147 referente a garantias bancárias prestadas pela EEM refere-se, essencialmente, à garantia bancária em benefício da CMF - Conc. Público “Comboio Monte”.

## 27 Eventos relevantes ou subsequentes

### Intempérie de Fevereiro de 2010

No decorrer do mês de Fevereiro de 2010, ocorreu um temporal na ilha da Madeira que originou danos significativos nos equipamentos de produção hídrica e nas redes de transporte e distribuição de energia eléctrica que são propriedade da EEM. A estimativa dos prejuízos provocados pela intempérie é cerca de 13 milhões de Euros. Até à data do presente relatório, a EEM ainda se encontra a apurar as perdas que serão compensadas por via do exercício de apólices de seguro existentes ou através de participações de outras entidades.

## 28 Demonstrações financeiras das sociedades consolidadas pelo método integral

### i) Casa da Luz - Empreendimentos Turísticos Similares, Unipessoal, Lda. Balanco em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	2009 Euros	2008 Euros
<b>Activo</b>		
Imobilizações corpóreas	2.236.566	2.353.927
Investimentos financeiros	141.051	115.609
Clientes e outros devedores	40.595	23.758
Existências	39.399	39.829
Custos diferidos	77	70
Caixa e bancos	4.378	3.509
Total do Activo	2.462.066	2.536.702
<b>Capitais Próprios</b>		
Capital social	99.760	99.760
Prestações suplementares	2.596.394	2.096.394
Reservas e resultados transitados	(2.206.312)	(2.067.520)
Resultado líquido	(94.685)	(141.492)
Total dos Capitais Próprios	395.157	(12.858)
<b>Passivo</b>		
Sócios	2.052.739	2.156.128
Fornecedores e outros credores	7.264	386.552
Outros encargos a pagar	6.906	6.880
Total do Passivo	2.066.909	2.549.560
	2.462.066	2.536.702



**ii) Casa da Luz - Empreendimentos Turísticos Similares, Unipessoal, Lda.**  
**Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro**  
**de 2009 e 2008**

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
	<b>Euros</b>	<b>Euros</b>
<b>Proveitos operacionais</b>		
Vendas	179	258
Outros proveitos operacionais	68.676	37.513
	<u>68.855</u>	<u>37.771</u>
<b>Custos operacionais</b>		
Custos das vendas	429	330
Custos com o pessoal	25.934	23.757
Fornecimentos e serviços externos	38.682	58.218
Amortizações e ajustamentos	121.345	120.371
Outros custos operacionais	648	1.325
	<u>187.038</u>	<u>204.001</u>
Resultado operacional	<u>(118.183)</u>	<u>(166.230)</u>
<b>Outros proveitos / (custos)</b>		
Proveitos financeiros/(custos)	25.304	26.373
Outros proveitos	-	9
Outros custos	(1.477)	(1.259)
	<u>23.827</u>	<u>25.123</u>
Resultado antes de impostos	(94.356)	(141.107)
Imposto sobre lucros	329	385
Resultado líquido	<u>(94.685)</u>	<u>(141.492)</u>

**iii) Emacom - Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda.**  
**Balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008**

	2009 Euros	2008 Euros
<b>Activo</b>		
Imobilizações corpóreas	276.002	139.276
Empréstimos a subsidiárias	-	1.456.910
Clientes e outros devedores	347.635	52.987
Caixa e bancos	16.047	199.087
Total do Activo	639.684	1.848.260
<b>Capitais Próprios</b>		
Capital social	49.880	49.880
Prestações suplementares	250.000	1.000.000
Reservas e resultados transitados	60.474	(981.032)
Resultado líquido	151.626	1.041.506
Total dos Capitais Próprios	511.980	1.110.354
<b>Passivo</b>		
Provisões	-	456.909
Fornecedores e outros credores	113.245	280.944
Outros encargos a pagar	14.459	53
Total do Passivo	127.704	737.906
	639.684	1.848.260



**iv) Emacom - Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda.**

**Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008**

	2009 Euros	2008 Euros
<b>Proveitos operacionais</b>		
Prestações de serviços	390.433	160.815
	<u>390.433</u>	<u>160.815</u>
<b>Custos operacionais</b>		
Fornecimentos e serviços externos	211.620	164.241
Custos com pessoal	79.695	-
Amortizações e ajustamentos	44.347	15.868
Outros custos operacionais	627	7.613
	<u>336.289</u>	<u>187.722</u>
Resultado operacional	<u>54.144</u>	<u>(26.907)</u>
<b>Outros proveitos / (custos)</b>		
Proveitos financeiros/(custos)	99.650	1.296.714
Outros proveitos	42	-
Outros custos	(93)	(785)
	<u>99.599</u>	<u>1.295.929</u>
Resultado antes de impostos	153.743	1.269.022
Imposto sobre lucros	2.117	227.516
Resultado líquido	<u>151.626</u>	<u>1.041.506</u>



**v) Enereem - Energias Renováveis, Lda.**  
**Balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008**

	2009 Euros	2008 Euros
<b>Activo</b>		
Imobilizações corpóreas	23.309.150	22.392.842
Clientes e outros devedores	63.233	589.121
Activos por impostos diferidos	15.975	-
Acréscimos e diferimentos	107.100	111.005
Caixa e bancos	6.416	17.499
Total do Activo	23.501.874	23.110.467
<b>Capitais Próprios</b>		
Capital social	49.880	49.880
Prestações suplementares	800.000	800.000
Reservas e resultados transitados	691.572	338.269
Resultado líquido	339.221	353.304
Total dos Capitais Próprios	1.880.673	1.541.453
<b>Passivo</b>		
Empréstimos bancários	20.812.966	17.165.074
Sócios	155.264	19.639
Fornecedores e outros credores	218.910	4.105.099
Passivos por impostos diferidos	183.764	-
Acréscimos e diferimentos	250.297	279.202
Total do Passivo	21.621.201	21.569.014
	23.501.874	23.110.467



**vi) Enereem - Energias Renováveis, Lda.**

**Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008**

	<b>2009</b>	<b>2008</b>
	<b>Euros</b>	<b>Euros</b>
<b>Proveitos operacionais</b>		
Vendas	2.215.173	890.101
	<u>2.215.173</u>	<u>890.101</u>
<b>Custos operacionais</b>		
Fornecimentos e serviços externos	363.227	78.991
Amortizações e reintegrações do exercício	1.036.534	324.749
Outros custos operacionais	33.819	4.168
	<u>1.433.580</u>	<u>407.908</u>
Resultado operacional	<u>781.593</u>	<u>482.193</u>
<b>Outros proveitos / (custos)</b>		
Encargos financeiros	(380.535)	(90.393)
Outros proveitos	23.042	44.501
	<u>(357.493)</u>	<u>(45.892)</u>
Resultado antes de impostos	424.100	436.301
Imposto sobre lucros	84.879	82.997
Resultado líquido	<u><u>339.221</u></u>	<u><u>353.304</u></u>





# Relatório e Parecer do Fiscal Único



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO CONTAS CONSOLIDADAS

Exmo. Senhor Accionista da

**EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.**

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., apresentar o relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão consolidado, contas consolidadas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e das suas subsidiárias e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão consolidado, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas que compreendem o Balanço consolidado, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, o Mapa das alterações no capital próprio consolidado e os correspondentes Anexos.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas com quatro reservas e uma ênfase, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- As demonstrações financeiras consolidadas permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade e do conjunto das subsidiárias envolvidas na consolidação;
- As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados; e
- O relatório de gestão consolidado apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade e do conjunto das subsidiárias envolvidas na consolidação, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O relatório de gestão consolidado e as contas consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado relatório de gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 31 de Março de 2010

**O FISCAL ÚNICO**

  
 KPMG & Associados  
 Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)  
 representada por  
 Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)





# Certificação Legal das Contas Consolidadas





KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um total de 650.542.432 euros e um total de capital próprio atribuível ao grupo de 117.570.326 euros, incluindo um resultado líquido de 4.001.665 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o Mapa das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

### Âmbito

- 4 Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7, 8 e 9.2 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.



- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Reservas

- 7 A EEM tem registado na rubrica Clientes e Outros devedores o montante de 41.487.033 euros (2008: 43.971.463 euros) relacionado com a iluminação pública e outros serviços prestados a entidades oficiais regionais, com os quais a EEM celebrou nos exercícios de 2000, 2001, 2003 e 2006 um conjunto de protocolos com vista ao recebimento dos valores devidos num período que varia entre os 10 e os 30 anos, sem juros e com planos de pagamento mensais. Ao abrigo dos referidos protocolos a EEM recebeu, em 2009, o montante de 2.484.431 euros e, em anos anteriores, 17.939.244 euros.

Adicionalmente, a EEM tem registado na rubrica Acréscimos e diferimentos o montante de 18.086.822 euros (2008: 41.697.348 euros) resultante do Contrato Relativo à Convergência Tarifária da Energia Eléctrica celebrado em Abril de 2003 entre a EEM, o Governo da RAM e o Governo da República, o qual estabelece as regras relativas ao pagamento à EEM dos montantes referentes à compensação pela redução do tarifário para os anos de 1998 a 2002. Nos termos do referido contrato, o montante da compensação a receber pela EEM e definido pela ERSE no decurso do exercício de 2007, é reembolsável em 40 prestações trimestrais sem juros com início em 2004.

As condições dos créditos referidos relativamente aos quais foi celebrado um acordo para o seu recebimento sem juros, implicam que o valor actual da dívida vincenda seja substancialmente inferior ao seu valor nominal. À data da emissão desta Certificação Legal das Contas, a EEM não tinha determinado o efeito da actualização financeira, dos referidos planos de pagamentos nos seus capitais próprios e resultados do exercício.

- 8 A EEM tem registado na rubrica de Clientes e outros devedores dívidas de entidades oficiais regionais, no montante de 62.415.240 euros (2008: 58.327.667 euros), que não se encontram protocoladas. Em função da materialidade e da antiguidade dos saldos referidos, e embora tratando-se de valores a receber de entidades oficiais regionais, não é possível prever a data em que os referidos valores serão realizados.
- 9 No âmbito das obrigações previstas na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, que estabelece o quadro legal de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais e se define a competência dos Municípios relativamente à iluminação pública rural e urbana e de acordo com a Lei das Finanças Locais, os Municípios da Região Autónoma da Madeira (RAM) aprovaram, por deliberação das respectivas Assembleias Municipais, com referência a 1 de Janeiro de 2006, a constituição de uma Associação de Municípios para a qual transferiram as responsabilidades relativas à iluminação pública rural e urbana, incluindo a competência para a cobrança de uma taxa única anual pela ocupação do domínio público municipal pelos equipamentos de produção e pelas redes de transporte e distribuição de energia eléctrica da EEM (taxa municipal de ocupação).

Neste contexto, foi publicado o Decreto Legislativo Regional n.º 2/2007/M, que regula a transferência da responsabilidade relativa à iluminação pública rural e urbana do Governo Regional para os Municípios da RAM e que limita a taxa municipal de ocupação.



Tendo em consideração a legislação supra referida, a qual suporta legalmente a exigibilidade e liquidação da referida taxa, a EEM procedeu ao registo, com referência a 31 de Dezembro de 2009 e em exercícios anteriores, de custos com a taxa municipal de ocupação no montante total de 26.728.928 euros. Considerando o pressuposto de que os custos incorridos com a taxa municipal de ocupação são elegíveis para efeitos da determinação de tarifas de exercícios futuros, foram constituídos activos regulatórios no mesmo montante por contrapartida dos resultados dos exercícios respectivos.

- 9.1 No final do exercício de 2007, e com base na apreciação da proposta de tarifas e preços para 2008 por parte do Conselho Tarifário, a ERSE considerou que a taxa municipal de ocupação relativa ao exercício de 2006 não deveria ser incluída para efeitos da determinação das tarifas. Na sequência desta decisão, a EEM procedeu, com referência a 31 de Dezembro de 2007, ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos por contrapartida de resultados transitados no montante de 6.027.640 euros, equivalente ao montante da taxa municipal de ocupação registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Com referência a 31 de Dezembro de 2009, entendemos que os activos e os passivos da EEM se encontram sobrevalorizados no montante de 6.027.640 euros, na medida em que a referida provisão deverá ser apresentada como uma redução ao activo.

- 9.2 Relativamente aos exercícios de 2007 a 2009, conforme referido nos documentos relativos à determinação das tarifas, a ERSE tem vindo a considerar que é devido à EEM o valor correspondente à liquidação da referida taxa municipal de ocupação, considerando que esta deverá ser imputada aos consumidores da RAM, não devendo ser repercutida e consequentemente suportada de forma equitativa pelos consumidores do Continente e da RAM. Considerando a diferente interpretação da EEM relativamente à repercussão da referida taxa nas tarifas de todos os consumidores nacionais, a ERSE aceitou a proposta da EEM de não reflectir os custos com a taxa municipal de ocupação exclusivamente nas tarifas dos consumidores da RAM.

À data da emissão desta Certificação Legal das Contas ainda não se encontram definidas e implementadas as medidas e os mecanismos que permitem assegurar a forma de recuperação dos activos referentes aos custos com a taxa municipal de ocupação relativa aos exercícios de 2007 a 2009, e que ascendem ao montante de 20.701.288 euros. Consequentemente, não nos é possível prever a data em que os valores em dívida serão realizados e o impacto, caso exista, nos capitais próprios e resultados do exercício da EEM à data de 31 de Dezembro de 2009.

- 10 Nos termos dos parâmetros da regulação das actividades de distribuição e comercialização de energia eléctrica definidos pela ERSE e aplicáveis ao actual período regulatório (2009-2011), e considerando os pressupostos adoptados na determinação das tarifas para 2010, a EEM procedeu ao registo com referência a 31 de Dezembro de 2009, de uma provisão no montante de 3.058.000 euros, tendo por base a sua expectativa de perdas a ocorrer em 2010, nas referidas actividades reguladas.

É nosso entendimento que a referida provisão respeita ao reconhecimento antecipado de perdas operacionais futuras, pelo que esta não satisfaz a definição de passivo nem os critérios gerais de reconhecimento de uma provisão. Com referência a 31 de Dezembro de 2009, consideramos que o resultado do exercício da EEM se encontra subvalorizado e os passivos se encontram sobrevalorizados no montante de 3.058.000 euros.





### Opinião com reservas

- 11 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7, 8 e 9.2 acima, e excepto quanto aos efeitos das situações descritas nos parágrafos 9.1 e 10 acima, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **EEM – Empresa de Electricidade da Madeira, S.A.** em 31 de Dezembro de 2009, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### Ênfase

- 12 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto da Certificação Legal das Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, emitida em 31 de Março de 2009, incluir uma reserva relativa ao tratamento contabilístico dos valores a receber do Governo da República no âmbito do Contrato Relativo à Convergência Tarifária da Energia Eléctrica celebrado entre a EEM, o Governo da RAM e o Governo da República. À data da emissão da nossa Certificação Legal das Contas referente ao exercício então findo, não nos era possível prever a data em que os valores vencidos seriam realizados e o impacto, caso existisse, nos capitais próprios e resultados do exercício da EEM à data de 31 de Dezembro de 2008.

Em 31 de Dezembro de 2009 esta situação encontra-se resolvida, na medida em que no decorrer do exercício então findo, a EEM recebeu a totalidade das prestações vencidas no montante de 23.610.526 euros acrescidas dos respectivos juros de mora no montante de 2.091.040 euros.

Lisboa, 31 de Março de 2010



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)





# Extracto das Actas da Assembleia Geral

## ACTA NÚMERO VINTE

- «Aos dezoito dias do mês de Maio de dois mil e dez, pelas quinze horas, reuniu nos termos do disposto no n.º I do art.º 376º do Código das Sociedades Comerciais, a Assembleia Geral da EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., pessoa colectiva e matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o n.º 511010435, na sua sede à Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses número trinta e dois, no Funchal. Encontravam-se presentes a Presidente da Mesa da Assembleia Geral Sr.ª Dr.ª Maria de Fátima Castro Fernandes e Freitas, o Vice – Presidente Sr. Dr. Rui Antero Fernandes Pestana, a Secretária Sr.ª Dr.ª Ana Cristina Dantas Andrade, os membros do Conselho de Administração Sr. Dr. Rui Alberto Faria Rebelo, Sr. João Heliodoro da Silva Dantas e Sr. Eng.º Mário Eugénio Jardim Fernandes e bem assim a única accionista desta sociedade, a Região Autónoma da Madeira, representada pelo Sr. Dr. Paulo Jorge Figueiroa de França Gomes, representando a totalidade do capital social, no valor de vinte milhões de euros, pelo que se encontrava a Assembleia em condições de poder funcionar e deliberar validamente nos termos legais, relativamente à seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM: Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2009;

PONTO DOIS: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

PONTO TRÊS: Deliberar sobre a apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.

- Aberta a sessão, foram apresentadas pelos membros do Conselho de Administração da EEM - Empresa de Electricidade da Madeira S.A., o Relatório e Contas do Exercício do ano 2009 e bem assim a proposta de aplicação de resultados, relativamente à qual foi sugerido que ao resultado líquido positivo do exercício, no montante de 4 001 665,04 € seja dada a seguinte aplicação:

Resultados transitados – 3 601 498,54 €

Reserva de investimento – 400 166,50 €

- Uma vez apreciado o documento em questão e a proposta apresentada, foi deliberado aprovar por unanimidade.
- No que respeita ao ponto três, a accionista Região Autónoma da Madeira, representada pelo Sr. Dr. Paulo Jorge Figueiroa de França Gomes reiterou a confiança concedida à Administração desta Empresa extensiva também à Fiscalização da mesma.
- Após apreciação da referida proposta foi deliberado aprová-la por unanimidade.
- E nada mais havendo a tratar foi, encerrada a reunião e lavrada a presente acta que depois de lida e achada conforme vai ser devidamente assinada.»

## ACTA NÚMERO VINTE E UM

- «Aos dezoito dias do mês de Maio de dois mil e dez, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu nos termos do disposto no nº I do artº 376º do Código das Sociedades Comerciais, a Assembleia Geral da EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., pessoa colectiva e matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº 511010435, na sua sede à Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses número trinta e dois, no Funchal.
- Encontravam-se presentes a Presidente da Mesa da Assembleia Geral Srª Drª Maria de Fátima Castro Fernandes e Freitas, o Vice – Presidente Sr. Dr. Rui Antero Fernandes Pestana, a Secretária Srª Drª Ana Cristina Dantas Andrade, os membros do Conselho de Administração Sr. Dr. Rui Alberto Faria Rebelo, Sr. João Heliodoro da Silva Dantas e Sr. Engº Mário Eugénio Jardim Fernandes e bem assim a única accionista desta sociedade, a Região Autónoma da Madeira, representada pelo Sr. Dr. Paulo Jorge Figueiroa de França Gomes, representando a totalidade do capital social, no valor de vinte milhões de euros, pelo que se encontrava a Assembleia em condições de poder funcionar e deliberar validamente nos termos legais, relativamente à seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO: Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas Consolidadas do Exercício de 2009 e sobre a aplicação de resultados.

- Aberta a sessão, foram apresentadas pelos membros do Conselho de Administração da EEM - Empresa de Electricidade da Madeira S.A., o Relatório e Contas Consolidadas do Exercício do ano 2009 e bem assim a proposta de aplicação de resultados, relativamente à qual foi sugerido que ao resultado líquido positivo do exercício, no montante de 4 001 665,04 € seja dada a seguinte aplicação:

Resultados transitados – 3 601 498,54 €

Reserva de investimento – 400 166,50 €

- Uma vez apreciado o documento em questão e a proposta apresentada, foi deliberado aprovar por unanimidade.
- E nada mais havendo a tratar foi, encerrada a reunião e lavrada a presente acta que depois de lida e achada conforme vai ser devidamente assinada.»





09



Annual Report